

*A contribuição de teorias das Ciências Sociais
para a Ciência da Informação na perspectiva
de Gernot Wersig*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
LIARA GOMES DOS SANTOS

**A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a
Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig**

Belo Horizonte
2010

Liara Gomes dos Santos

**A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a
Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Dr^o. Carlos Alberto Ávila Araújo

Belo Horizonte
2010

S237c Santos, Liara Gomes dos.
A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a Ciência da
Informação na perspectiva de Gernot Wersig [manuscrito] / Liara Gomes dos
Santos. – Belo Horizonte: 2010.
162 f. : enc.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 147-153

1. Ciência da informação – Teses. 2. Teoria da informação – Teses. 3.
Teoria da informação em ciências sociais – Teses. 4. Epistemologia social –
Teses. 5. Wersig, Gernot – Teses. I. Título. II. Araújo, Carlos Alberto Ávila.
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

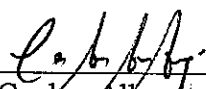
"A CONTRIBUIÇÃO DE TEORIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE GERNOT WERSIG"

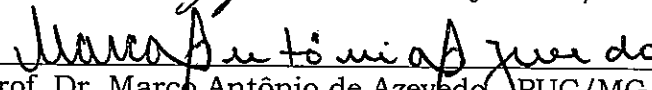
Liara Gomes dos Santos

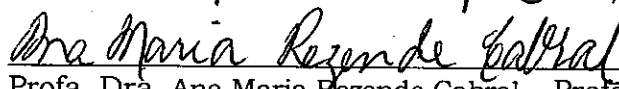
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade (ICS)**".

Dissertação aprovada em: 28 de maio de 2010.

Por:

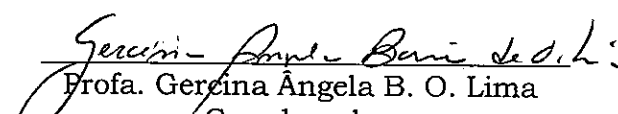

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)

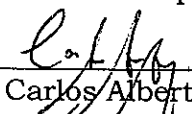

Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo - PUC/MG


Profa. Dr. Ana Maria Rezende Cabral - Prof.ª. Aposentada - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por


Profa. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora


Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **LIARA GOMES DOS SANTOS**, matrícula:
2008654200

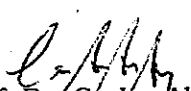
Às 14:00 horas do dia 28 de maio de 2010, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em 29/04/2010, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade (ICS). Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

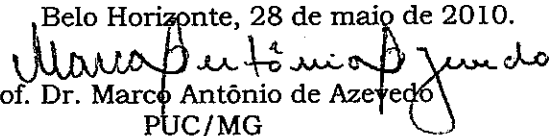
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADA
Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo	APROVADA
Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. A banca sugere, ainda, que a dissertação seja indicada para o Prêmio ENANCIB.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

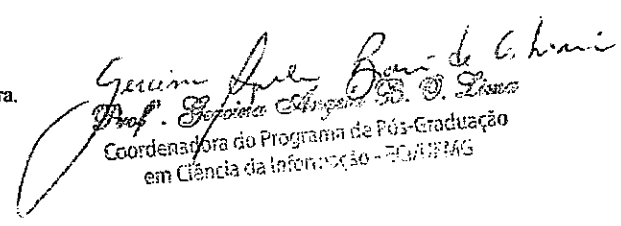
Belo Horizonte, 28 de maio de 2010.


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador - ECI/UFMG


Prof. Dr. Marco Antônio de Azevedo
PUC/MG


Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral
Profa. Aposentada - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Espírita Elvira D. O. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Agradecimentos

Qualquer trabalho que realizamos, embora constitua um objetivo pessoal, não poderia ser concluído sem a ajuda daqueles que compartilham conosco a caminhada da vida ou que a cruzam em algum momento, deixando contribuições de natureza tão diversa que não poderia deixar de mencioná-los.

Agradeço, de forma muito carinhosa, a minha mãe. Sua paciência sem limites e a crença absoluta na capacidade de realização a mim atribuída foram pilares de sustentação durante a construção deste trabalho.

Agradecimento em igual intensidade se estende a um grande amor, Cristiano, que soube, como ninguém, entender o desafio que estava enfrentando. Pelo amor incondicional com o qual sempre tentou entender minhas dificuldades e me ajudar a superá-las, a você dedico, este trabalho. E agradeço ainda aos familiares com cujo apoio sempre pude contar.

No âmbito acadêmico, meu agradecimento especial ao Prof. Dr.º Carlos Alberto Ávila Araújo, cujas orientações proporcionaram o aporte seguro e contribuições imprescindíveis à realização deste trabalho. Seu espírito aberto e acolhedor, revelado desde o primeiro contato – ainda na graduação – possibilitou-me, prontamente, acesso à construção do objeto de estudo que, amadurecido, tornou-se tema desta dissertação. Obrigada, sobretudo, pela disponibilidade ao longo desses anos, especialmente durante o mestrado: “Ser cientista é submeter-se a um aprendizado. Como na Arte, são poucos os primitivos ou autodidatas; adquire-se competência trabalhando sob a direção de um mestre.” (Daniel Bell).

Agradeço aos professores do PPGCI/ UFMG pelas discussões proporcionadas aos alunos durante as disciplinas, que certamente enriqueceram muito o conteúdo deste trabalho.

Agradeço a todos os colegas e amigos da ECI/ UFMG, cujas palavras ou precisos silêncios constituíram grata lembrança em minha vida. Cito, de modo especial, Marina, pelas discussões produtivas e pela alegria de compartilharmos o mesmo orientador; e, com extensivo carinho, Alessandra, Roger, Ana Amélia e Letícia, com quem compartilhei tantos momentos e discussões desta caminhada.

Agradeço ainda à Mário Lúcio Caixeta, que generosamente cedeu sua tradução do artigo analisado e muito colaborou para o entendimento mais profundo das ideias de Wersig.

Agradeço, finalmente, a CAPES, pela bolsa concedida durante o curso e a Universidade Federal de Minas Gerais, por proporcionarem novos rumos a minha vida.

Como é sabido, o homem constitui o único ser existente no universo que busca permanentemente conhecer (o mundo, o contexto e as circunstâncias) e conhecer-se. Esta conduta é inerente à sobrevivência e à afirmação da sua especificidade humana: Ser curioso. Como tal está condenado à educação e formação, à pesquisa e procura do saber, a aprender e a interrogar-se, a um trabalho permanente e inacabado que implica colocar em causa os resultados obtidos e recomeçar sempre.

Jorge Olímpio Bento

Resumo

No escopo dessa pesquisa busca-se entender como tem se desenvolvido a Ciência da Informação e na perspectiva desse desenvolvimento analisar quais são tentativas de se adotar abordagens de teorias das Ciências Sociais no campo da Ciência da Informação. Buscou-se ver essas tentativas a partir da análise da obra de um autor, dessa forma, selecionou-se dentre doze autores o teórico Gernot Wersig, e pela perspectiva identificada em sua obra buscou-se identificar a possibilidade de adoção e incorporação de teorias das Ciências Sociais pela Ciência da Informação. A pesquisa parte, inicialmente, de uma discussão sobre a ciência e seu desenvolvimento para, então, discutir o surgimento e o desenvolvimento das Ciências Sociais e, por conseguinte, da Ciência da Informação. Feita essa discussão, busca-se, então, um enfoque de análise, pautado por um quadro teórico das Ciências Sociais, que permita encontrar teorias dessas presentes nas discussões teóricas da Ciência da Informação pela perspectiva do autor selecionado.

Palavras chave: Teorias da Ciência da Informação; Ciências Sociais; teorias sociais; epistemologia; Gernot Wersig.

Abstract

The scope of this research seeks to understand how it has developed the Information Science and the prospect of this development to analyze what are the attempts to adopt approaches to theories of social sciences in the field of Information Science. We tried to see these attempts at analyzing the work of one author, so was selected among the twelve authors Gernot Wersig theoretical perspective and identified in his work sought to identify the possibility of adoption and incorporation of theories of Social Sciences for Information Science. The research initially part of a discussion about science and its development and then discuss the emergence and development of social sciences and therefore of Information Science. Made this discussion search is then a focus of analysis guided by a theoretical framework of social sciences, enabling find these theories present in theoretical discussions of information science from the perspective of the author selected.

Keywords: Theories of Information Science, social sciences, social theory, epistemology, Gernot Wersig.

Resumen

En el ámbito de esta investigación se busca entender cómo la Ciencia de la Información se ha desarrollado y en la perspectiva de dicha evolución, se pretende analizar cuáles son las tentativas de adoptarse abordajes de teorías de las Ciencias Sociales en el campo de la Ciencia de la Información. Se buscó un análisis guiado por la obra de un autor, por lo que fue seleccionado entre los doce autores la perspectiva del teórico Gernot Wersig, siendo el objetivo de esa investigación identificar por la perspectiva de este autor si es posible la adopción y la incorporación de teorías de las Ciencias Sociales por la Ciencia de la Información. La investigación inicialmente parte de una discusión sobre la ciencia y su desarrollo, para entonces discutir el surgimiento y desarrollo de las Ciencias Sociales y por tanto de la Ciencia de la Información. Una vez hecha esa discusión se buscó un análisis guiado por un marco teórico de las Ciencias Sociales, que permita que se encuentre teorías de éstas que estén presentes en las discusiones teóricas de la Ciencia de la Información desde la perspectiva del autor seleccionado.

Palabras-clave: Teorías de la Ciencia de la Información; las ciencias sociales; la teoría social; la epistemología; Gernot Wersig

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	6
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS DA PESQUISA.....	8
2.1 ETAPA 1: DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA	9
2.1.1 Tefko Saracevic.....	12
2.1.2 Frederic Wilfrid Lancaster	12
2.1.3 Harold Borko.....	13
2.1.4 Arthur Jack Meadows	13
2.1.5 Jesse Hauk Shera.....	13
2.1.6 Rafael Capurro	14
2.1.7 Yves-François Le Coadic	14
2.1.8 Gernot Wersig	14
2.1.9 Birger Hjørland	15
2.1.10 Shiyali Ramamrita Ranganathan.....	15
2.1.11 Paul Otlet.....	15
2.1.12 Jennifer Rowley	16
2.1.13 Seleção do autor	16
2.2 ETAPA 2: ANÁLISE EMPÍRICA.....	18
3. CIÊNCIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	19
3.1 CIÊNCIA	23
3.1.1 Surgimento da ciência.....	23
3.1.2 Desenvolvimento do pensamento científico na humanidade	24
3.1.3 As ciências naturais e humanas.....	25
3.1.4 A questão dos paradigmas e abordagens na ciência.....	27
3.2 CIÊNCIAS SOCIAIS	30
3.2.1 Surgimento e cientificidade das Ciências Sociais.....	30
3.2.2 Desenvolvimento das Ciências Sociais.....	36
3.2.3 A conformação epistemológica do campo	38
3.2.4 Especificidade das Ciências Sociais.....	39
3.3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	43
3.3.1 Surgimento do campo	43
3.3.2 A cientificidade da Ciência da Informação.....	46

3.3.3 Desenvolvimento da área	52
3.3.4 Conformação epistemológica da área	56
3.3.5 Sobre paradigmas e abordagens no campo	60
3.4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – UMA CIÊNCIA SOCIAL	68
4. QUADRO TEÓRICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ENFOQUE DE ANÁLISE	73
4.1 SELEÇÃO DOS MANUAIS PARA ANÁLISE.....	73
4.2 FORMAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO	75
4.3 DESCRIÇÃO EXPLICATIVA DA FORMAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO	84
5. GERNOT WERSIG: UM PENSADOR A SERVIÇO DA CI.....	86
5.1 AS TEORIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA CI PELA PERSPECTIVA ENCONTRADA NA OBRA DE GERNOT WERSIG – UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONCEITOS APRESENTADOS.....	89
5.1.1 Conceito de ação	89
5.1.2 Esclarecimento	94
5.1.3 Identidade	100
5.1.4 Credibilidade do conhecimento	104
5.1.5 Rede	111
5.1.6 Caracterizações da sociedade contemporânea	115
5.2 O PAPEL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA SOCIEDADE POSTULADA POR WERSIG	122
5.2.1 Epistemologia da complexidade	122
5.2.2 A ciência na contemporaneidade	127
5.3 TECENDO OS FIOS: BALANÇO DE UMA ANÁLISE.....	130
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
7. REFERÊNCIAS	137

1. Introdução

Ainda não há consenso no que se refere aos fundamentos teóricos da Ciência da Informação. Há os que sustentam a ideia de que a Ciência da Informação não possui teorias, outros que asseveram que suas teorias são reproduções de outras disciplinas e tantos outros que afirmam a existência de diferentes abordagens teóricas convivendo dentro do campo. Desse modo, tomando como perspectiva a fundamentação teórica da Ciência da Informação, deparamo-nos com diversas linhas de estudos que buscam entender como se tem consolidado este campo científico. Esta pesquisa procurará analisar a Ciência da Informação como uma ciência social – sem desconsiderar, no entanto, tratar-se de uma ciência ainda nos primórdios, em fase de estruturação de sua epistemologia.

Dos diversos autores que têm buscado essa fundamentação enquanto uma ciência social, esta pesquisa pretende fazer uma análise da posição assumida por um autor que se coloca como sujeito da Ciência da Informação, na tentativa de entender como sua visão pode contribuir para a construção de uma perspectiva teórica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento científico da área. Entenda-se, contudo, que nesse exercício não há uma tentativa de definir para o campo uma teoria que seja mais importante ou definir aquela que possa ser considerada fundamental. Longe disso, o objetivo está muito mais pautado em identificar alguma teoria ou um conjunto delas que propicie abordagem pertinente de ser trabalhada numa perspectiva interna, em função das questões propostas pelos objetivos da área.

No próprio campo da Ciência da Informação há estudiosos que a inserem no âmbito de uma ciência social. Entretanto, essa inserção ocorreu num processo gradual, visto que

a Ciência da Informação não surge como uma ciência tipicamente social, mas identifica-se ao longo dos anos com o escopo das Ciências Sociais na medida em que se orienta para uma aplicação em que o sujeito é visto como o principal ator e objetivo dos chamados sistemas de informação. (ARAÚJO *et AL*, 2007, p. 97)

Dentro dessa perspectiva, alguns pesquisadores do Brasil, conforme sinaliza Araújo, afirmam que seu caráter social advém do fato da Ciência da Informação possuir uma aplicação social, por utilizar métodos, teorias e processos das Ciências Sociais, porque o seu objeto é social; enquanto outros afirmam que ela é eminentemente humana e social ou, ainda, que trata-se de um sistema social. Portanto, ao se ponderar sobre esses entendimentos da Ciência da

Informação como uma ciência social, pretende-se aprofundar-se na compreensão daquela enquanto uma ciência das questões sociais.

É pertinente analisar como a Ciência da Informação tem compreendido sua inserção no campo das Ciências Sociais, visto que esse domínio de conhecimentos guarda algumas peculiaridades, a saber, como a identidade parcial entre sujeito e objeto – que trouxe um novo caráter à ciência. Inegável, então, a imersão no caráter ideológico que há em toda ciência que tem como objeto de estudo o homem no decurso de suas interações, lembrando-se ainda que, nesse, caso o objeto de estudo tem uma profunda imbricação com a prática. Ora, tendo como horizonte delineador o pressuposto de que a realidade social tem uma dimensão qualitativa muito forte, o próprio objeto apresenta-se dinâmico e mutável, dado que se relaciona com o processo histórico: “porque os problemas estudados são fenômenos históricos, instituições, relações de poder, classes sociais, manifestações culturais, etc. As próprias ‘verdades’ e ‘compreensões’ produzidas por essas ciências se relacionam com o processo histórico” (LOPES, 2001, p. 36). Ademais, o conhecimento sobre o social traz em si a existência de pensamentos antagônicos onde há “diversidade teórica e metodológica como sendo a realidade das condições de produção do conhecimento nas Ciências Sociais” (LOPES, 2001, p. 36). Nessa perspectiva, busca-se entender o posicionamento do autor selecionado ao tratar as teorias sociais nos trabalhos que publica, e procura identificar, a partir da análise mais específica de um texto seu, outras possíveis abordagens que propiciem a utilização de teorias das Ciências Sociais no campo da Ciência da Informação.

Como a própria ciência, a Ciência da Informação é relativamente nova. A busca por um arcabouço teórico motiva-se por entender que este seja um aspecto *sine qua non* para consolidá-la, cada vez mais, enquanto ciência autônoma epistemologicamente. Nesse sentido, pretende-se que uma incursão pela perspectiva teórica do autor selecionado – também sujeito da construção em tese – possa permitir algum avanço na expectativa de delinear um horizonte para onde seja facultado encaminhar-se a Ciência da Informação.

A observação, neste caso, deve se dirigir não mais para o interior da própria Ciência da Informação, mas sim para aquelas disciplinas através das quais vem buscando expandir suas bases teóricas, a fim de que se possa verificar em que medida a Ciência da Informação se insere no agir da cada uma delas, já que é no campo da ação que se pode identificar até que ponto suas contribuições adentram o universo do conhecimento dessas áreas de fronteira. (GOMES, 2001, p. 05)

Nesse entendimento, buscaremos compreender quais contribuições a adoção e a incorporação das perspectivas teóricas das Ciências Sociais trazem à Ciência da Informação. Assim, a problemática desta pesquisa acredita que, discutindo as questões epistemológicas do campo, sobretudo, partindo daquelas disciplinas das Ciências Sociais que mais proximamente propiciam diálogos com a Ciência da Informação, poderemos vislumbrar quais adoções teóricas serão mais pertinentes para compor seu arcabouço teórico.

A presente pesquisa tem, portanto, a intenção de contribuir para o desenvolvimento da Ciência da Informação com estudos acerca de teorias identificadas na interseção com as Ciências Sociais no que tange a definição de seus fundamentos teóricos.

Baseando-se em tais premissas, esta pesquisa volta-se em sentido prático para o interior da própria Ciência da Informação para, nesse contexto, ir de encontro à prática científica contemporânea, inclusive, amplamente desempenhada por esta Instituição, segundo a qual acredita-se que um trabalho de natureza teórica tende não só a reforçar o caráter interdisciplinar de um campo com outros, mas também a aprofundar as concepções internas do campo, numa produção permanente de diálogos promovam a transdisciplinaridade.

Infere-se, assim, que seja relevante para a Ciência da Informação atuar, sobretudo, por dois lados. Por um, buscar compreender a participação de seus autores na construção de suas fronteiras e na adoção de abordagens teóricas, visto que dessa atuação podem resultar avanços até mais efetivos para a área, pelo maior envolvimento com ela e, conseqüentemente, maior compreensão de sua natureza científica. Por outro lado, deve-se considerar que uma ciência jovem necessita da colaboração de outras áreas e guarda uma dependência de teorias e métodos, no caso da Ciência da Informação, especialmente das Ciências Sociais, pois pressupomos que

a posição ocupada pelos pesquisadores e pelas instituições sociais de fomento à pesquisa é estratégica para a formulação de discursos que representam a realidade social da Ciência da Informação. Nesse sentido, investigar o que e como pensam os sujeitos ligados às instituições mais representativas no que diz respeito ao fomento à pesquisa pode, em certa medida, resgatar alguns aspectos da dinâmica dos pensamentos enraizados nesse campo. (ALMEIDA, 2006, p. 170)

Corroborando-se para essa perspectiva, ressalta-se que um olhar acerca da participação de um autor na construção teórica do campo no qual está inserido possa, além de acrescentar contribuições pertinentes ao seu desenvolvimento epistemológico, contribuir no

desenvolvimento de seu status científico, pois se entende que “(...) a postura histórica do pesquisador é uma constituinte da natureza e das implicações do comportamento observado – o comportamento como descrito não pode ser visto sem a interpretação que lhe foi dada.” (MARCIANO, 2006, p. 188).

Entende-se que o próprio autor é sujeito e objeto, ao mesmo tempo, na construção de seu campo de atuação, sendo-lhe possível uma vasta gama de perspectivas, de possibilidades e filiações teóricas. Assim, esta pesquisa toma como princípio norteador a análise de um artigo de Wersig, procurando nele identificar a incorporação de teorias das Ciências Sociais no campo da Ciência da Informação através do panorama por ele traçado para o campo. No sentido de expandir o exame aqui proposto, buscaremos ainda a identificação das teorias das Ciências Sociais que estão sendo apropriadas pelo autor no campo e, pelo mapeamento das teorias utilizadas, ou conceitos provenientes destas, procurar compreender a forma de sua apropriação. Realizado esse percurso, pretende-se abalizar as possibilidades de apropriação dessas teorias no campo da Ciência da Informação e, finalmente, referir os fundamentos teóricos do autor para o campo, sintetizando e sistematizando as contribuições das Ciências Sociais. No limiar dessa perspectiva, busca-se aqui esboçar um panorama possível de se vislumbrar o ponto no qual as teorias se interceptam “adotando a sugestão de Wersig para a Ciência da Informação, qual seja a de implementar a interação com modelos teóricos de outras áreas das ciências (...)” (FREIRE, 1995, p. 01).

1.1 Estrutura da dissertação

O estudo está organizado em seis partes. Nas duas primeiras partes apresentam-se as premissas para melhor compreensão e aproveitamento deste estudo. Na primeira, conforme apresentado anteriormente, explicitam-se o problema de pesquisa, a justificativa para o estudo e os objetivos pretendidos. Na segunda, expõe-se o modo como foi executada a pesquisa, estabelecendo-se os parâmetros principais no tocante ao objeto da investigação, ao universo averiguado e a metodologia de análise de dados.

Na terceira parte, revisão de literatura, buscou-se alinhar da forma mais abrangente possível, a base teórica que sustenta o estudo. Assim, o capítulo sobre ciência busca trazer um panorama geral de entendimento de seu modelo moderno. Ainda na revisão da literatura, no capítulo sobre as Ciências Sociais, procurou-se tratar esse modelo científico a partir de suas

especificidades, fazendo-se uma compilação das perspectivas de como ocorreu seu desenvolvimento até alcançar o status de ciência. Já no capítulo sobre a Ciência da Informação, apresentam-se as perspectivas que nortearam o surgimento, o desenvolvimento do campo e seu atual estágio científico. Essa parte do estudo fica, finalmente, finalizada com um capítulo sobre o status social da Ciência da Informação.

Na quarta parte, construiu-se um quadro de teorias das Ciências Sociais, onde são descritos de forma sucinta os conceitos relativos a essas teorias, sua manifestação em disciplinas e seus principais expoentes.

Na quinta parte, analisa-se um artigo de Wersig, buscando-se apresentar sua inserção teórica no campo das Ciências Sociais e as correlações estabelecidas pelo autor, tomando-se como base os conceitos teóricos apresentados por ele, analisados pelo prisma do quadro teórico previamente construído.

Na sexta parte, para finalizar este trabalho, procurou-se retratar as relações viabilizadas pelas teorias apropriadas pela Ciência da Informação, descrever possíveis tendências e apontar possibilidades de incorporação de teorias sociais nesta área do saber. Nas considerações finais, buscou-se ampliar as conclusões para sugestões de novas pesquisas na área.

2. Procedimentos metodológicos: caminhos da pesquisa

A presente pesquisa visa buscar na Ciência da Informação elementos que apontem para teorias sociais, procurando mapear as contribuições advindas da apropriação dessas na área. Para subsidiar essa busca, optou-se por analisar um autor destacado pela comunidade acadêmica brasileira¹ como dos mais representativos no que se refere a aplicação dessas teorias na Ciência da Informação. Assim, o arcabouço metodológico irá, num primeiro momento, fazer uma análise do artigo aqui selecionado no intuito de buscar, através dele, a utilização das teorias sociais como aportes teóricos e as possíveis contribuições para a utilização dessas na área. Relevante esclarecer que este estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica, baseando-se em uma análise qualitativa da produção científica do autor. Num segundo momento, serão analisadas quais teorias das Ciências Sociais são mais difundidas e utilizadas dentro da Ciência da Informação, procurando abarcar as possibilidades trazidas por essas apropriações.

A pesquisa descritiva será o método adotado, cujo aporte técnico terá como base a seleção bibliográfica da produção intelectual do autor na Ciência da Informação. De posse desses dados, o passo seguinte será proceder a uma análise descritiva qualitativa (ADQ) das teorias e/ ou conceitos teóricos utilizados no artigo do autor aqui considerado e identificar como esses têm sido abordados na Ciência da Informação, que usos têm sido possíveis e de que forma ocorre essa utilização.

Uma vez identificados, os resultados serão analisados valendo-se da técnica da análise explicativa, identificando as relações entre as teorias, as tendências apresentadas em relação a sua adoção e as possibilidades que a incorporação dessas teorias trouxeram à Ciência da Informação. Neste ponto, é relevante também demonstrar os caminhos que estão sendo traçados e quais definições teóricas encontram maior sustentação no campo, com o objetivo de melhor identificar as contribuições de tais teorias. Como descreveu Renault, “em se tratando de um trabalho teórico, a metodologia empregada se desenvolveu tendo como aporte a teoria”. Ainda de acordo com esse autor, o horizonte empírico aqui vislumbrado busca uma

¹ A comunidade acadêmica citada refere-se ao universo pesquisado em estudo anterior e que, entre outras temáticas, buscava identificar os autores mais representativos da área. Tal universo foi composto de professores e pesquisadores de todas as faculdades de Biblioteconomia e Ciência da Informação do país. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila *et al.* A Ciência da Informação na visão dos professores e pesquisadores brasileiros. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 95-108, maio/ ago. 2007.

“possível interseção com o real (em se tratando de um trabalho teórico).” (RENAULT, 2007, p. 7).

2.1 Etapa 1: definição do universo de pesquisa

Para subsidiar a escolha do autor a ser estudado na pesquisa optou-se, antes, por selecionar aqueles destacados pela comunidade acadêmica brasileira como os mais representativos da área, a partir de um estudo² realizado no ano de 2007. A pesquisa, intitulada “A Ciência da Informação na visão dos professores e pesquisadores brasileiros”, foi publicada pela revista *Informação & Sociedade: estudos*, e tinha por objetivo traçar um perfil da Ciência da Informação no Brasil, sob a ótica de seus docentes e pesquisadores. Constituíam dos elementos da pesquisa a indicação, por parte dos entrevistados, de até dez autores considerados relevantes para a área, quesito no qual se mostrou grande dispersão de opiniões, o que implica, obviamente, considerar que o baixo grau de consenso não deve ser ignorado. Todavia, a pesquisa em questão não deixa de ser um retrato dos autores considerados importantes para a área de Ciência da Informação no Brasil, e, justamente por isso, foi escolhido como fonte primária para a seleção do autor para o trabalho ora proposto. Para melhor compreensão, eis a exposição de alguns critérios adotados no processo de apropriação dos autores selecionados:

✓ Nacionalidade

Acreditou-se ser pertinente não comparar autores nacionais com autores estrangeiros, e por esse motivo, optou-se por trabalhar apenas com autores estrangeiros, excluindo-se nesse caso aqueles que tenham vinculação acadêmica no Brasil, visto que esse quesito garantiria a não vinculação do autor citado com a possível instituição a que também estivesse vinculado o entrevistado. É importante ainda considerar que muitos dos autores estrangeiros citados têm ou tiveram uma presença marcante no cenário nacional, seja influenciando o trabalho dos pesquisadores da área, seja porque estiveram, em algum momento, presentes para orientações e palestras. Em outra instância, esse critério busca fazer uma apropriação, ainda que muito

² A escolha da pesquisa como primeira fonte de análise ocorreu porque retratava a visão dos pesquisadores da área no Brasil, sendo, inclusive, selecionada por ser a presente pesquisa um desdobramento de estudo anterior. Foi de enorme relevância para o desenvolvimento deste estudo ter participado da referida pesquisa, desde sua execução até posterior publicação.

breve, do contexto internacional em que os pesquisadores brasileiros buscam seus pares e/ ou referenciais que consideram relevantes para o campo da Ciência da Informação.

✓ Escopo teórico

Ao selecionar os autores, serão priorizados aqueles em cujos trabalhos percebe-se um propósito de discutir a fundamentação da área, seu estatuto epistemológico, o escopo de sua cientificidade ou mesmo as incursões teóricas da Ciência da Informação. Cabe esclarecer que ficaram excluídos aqueles autores que tenham priorizado em suas obras uma dimensão mais aplicada ou técnica, mesmo que brevemente tenham feito abordagens teóricas. Convém deixar claro que prevaleceram os trabalhos nos quais a dimensão teórica seja o ponto fundamental da produção científica do autor, ainda que em alguns períodos de sua carreira tenha feito incursões por outras dimensões do campo.

✓ Vínculo com as Ciências Sociais

Ao analisar os autores selecionados, serão priorizados aqueles cujas áreas de investigação e interesses acadêmicos tenham um vínculo mais explícito com as Ciências Sociais. Nessa categoria, o objetivo é identificar, com base nas obras do autor analisado e em seu currículo, características e interesses típicos de pesquisadores que trabalham em conexão com as Ciências Sociais, permitindo, desde modo, incluí-lo no grupo dos autores que poderiam compor o objeto empírico da pesquisa. Nesta etapa, a busca terá como objetivo principal fazer um levantamento do quanto o autor faz incursões nas Ciências Sociais para a realização de seu trabalho e, naturalmente, do quanto isso fica explícito em suas obras.

A tabela a seguir foi o parâmetro inicial de escolha do autor que terá, dentre suas publicações, um artigo selecionado para compor o objeto de estudo da presente pesquisa.

Tabela 6: Autores mais citados como relevantes na CI

Autores	Grupos						Total
	1	2	3	4	5	6	
Saracevic	4	1	3	3	2	1	14
Lancaster	2	-	2	2	2	2	10
Borko	3	1	1	1	1	2	9
Pinheiro	3	1	2	2	1	-	9
Barreto	-	3	2	2	2	-	9
Miranda	2	3	1	1	1	-	8
Shera	3	2	1	1	-	1	8
Capurro	1	1	3	2	1	-	8
Le Coadic	2	3	-	2	-	1	8
Robredo	2	1	1	2	1	-	7
Wersig	3	-	2	1	1	-	7
Cunha	1	-	2	1	2	1	7
Meadows	2	3	-	-	1	1	7
Mueller	1	3	2	-	-	-	6
Hjorland	-	-	1	2	1	1	5
González de Gómez	-	-	3	1	1	-	5
Campello	-	-	1	1	1	1	4
Ranganathan	1	-	1	-	1	1	4
Otlet	2	-	-	2	-	-	4
Rowley	1	-	2	-	1	-	4
Total de citações.....	33	21	30	26	20	12	143

Fonte: Dados da pesquisa, 2006

Fonte: Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 95-108, maio/ago. 2007

Seguindo os critérios adotados para escolha dos autores, eliminou-se num primeiro momento, dentre os citados na pesquisa, Pinheiro, Barreto, Miranda, Robredo, Cunha, Mueller, González de Gómez e Campello,³ por serem autores enquadrados dentro do critério de nacionalidade; da mesma forma, Robredo e González de Gómez, por suas vinculações acadêmicas no Brasil. Obtivemos, portanto, um universo de doze autores estrangeiros mais citados na pesquisa: Tefko Saracevic, Frederic Wilfrid Lancaster, Harold Borko, Jesse Hauk Shera, Rafael Capurro, Yves-François Le Coadic, Gernot Wersig, Arthur Jack Meadows, Birger Hjorland, Shiyali Ramamrita Ranganathan, Paul Otlet e Jennifer Rowley.

³ Dos autores eliminados em virtude de sua nacionalidade brasileira ou de alguma vinculação acadêmica no Brasil, apresenta-se a seguir seus nomes completos: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro; Aldo de Albuquerque Barreto; Antônio Miranda; Jaime Robredo; Murilo Bastos Cunha; Suzana Mueller; Maria Nélide González de Gómez e Bernadete Santos Campello.

Os critérios escopo teórico e vínculo com as Ciências Sociais foram analisados em conjunto, a partir da análise dos “currículos” e das obras desses doze autores. Nessa etapa da análise, buscou-se dados do autor referentes a sua biografia, formação acadêmica, publicações, campos de investigação e principais áreas de interesse, para, realizando-se uma análise conjunta das informações obtidas, encontrar indícios de um trabalho mais ligado a teoria por parte desses autores e, ao mesmo tempo, verificar se essa vinculação teórica apresenta proximidade das Ciências Sociais.

Apresenta-se, a seguir, a análise dos autores (em ordem de citação na pesquisa original) que levou a seleção daqueles que poderiam compor o universo empírico da presente pesquisa. Análise ao fim da qual selecionou-se Wersig.

2.1.1 Tefko Saracevic

Nascido na Croácia, Tefko Saracevic graduou-se em Engenharia elétrica, tornou-se mestre e doutor em Ciência da Informação, campo em que procurou estudar o papel da tecnologia no contexto dessa disciplina, bem como a necessidade de sempre manter em foco o lado humano. Desse modo, podemos presumir uma vinculação com as Ciências Sociais, a partir do pressuposto de que, embora do ponto de vista do autor, a tecnologia determine a Ciência da Informação, o seu caráter social e humano é que deve prevalecer em suas interações. O autor trabalha ainda com questões de cunho epistemológico relacionadas às relações da Ciência da Informação com outras disciplinas e às pressões que afetam também a outros campos de conhecimento.

2.1.2 Frederic Wilfrid Lancaster

Nascido na Inglaterra, Frederic Wilfrid Lancaster graduou-se em Biblioteconomia, tornando-se docente em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Seu trabalho focava a recuperação da informação, tomando por objeto de estudo os aspectos aplicados do campo. Preocupou-se em solucionar problemas de indexação e de linguagens documentais, desenvolvendo, inclusive, estudos de avaliação nessas áreas. Seu foco estava dentro do próprio campo, no desenvolvimento de metodologias próprias, o que não o remete a uma vinculação explícita com as Ciências Sociais. Dentro do critério de escopo teórico, seus trabalhos não ganham tanta projeção, dado se concentrarem na esfera técnica do campo, cujas preocupações estão na solução de questões de ordem prática.

2.1.3 Harold Borko

Nascido nos Estados Unidos, Harold Borko graduou-se em Psicologia Clínica, atuando, posteriormente, como professor em disciplinas da Ciência da Informação. Considerado um dos pioneiros da área, Borko trabalhou com recuperação da informação, principalmente em processos de recuperação automatizada. Fez algumas incursões teóricas, porém apenas com o intuito de investigar a aplicação dos conceitos da área, seja para entender a teoria do ponto de vista de sua aplicação, seja para entender a aplicação na criação de produtos e serviços. Não se mostra, portanto, em seus trabalhos uma vinculação explícita com as teorias das Ciências Sociais e nem uma preocupação em fundamentar teoricamente a área, antes, a teoria é utilizada para justificar as aplicações do ponto de vista prático do campo.

2.1.4 Arthur Jack Meadows

Nascido no Reino Unido, Arthur Jack Meadows graduou-se em Física, tornou-se mestre em História e Filosofia da Ciência e doutor em Astronomia. No campo da Ciência da Informação, seus trabalhos voltaram-se para o estudo dos diferentes canais de comunicação, dando especial atenção à comunicação científica. Ao aplicar os estudos de Meadows aos critérios adotados para a presente pesquisa, infere-se que, *a priori*, seus trabalhos não se vinculam às Ciências Sociais para buscar nelas fontes teóricas, destinam-se, mais especificamente, a tratar da comunicação no meio científico, o que enseja uma dimensão aplicada da Ciência da Informação, sem a pretensão de fundamentá-la teoricamente.

2.1.5 Jesse Hauk Shera

Nascido nos Estados Unidos, graduou-se em Língua e Literatura Inglesa, tornou-se mestre em Literatura Inglesa e doutor em Biblioteconomia. Desde o início de sua carreira, preocupou-se com a dimensão humana, que para ele era inerente ao trabalho do profissional da informação. Como especialista da área, acreditava na importância dos aspectos sociológicos e humanísticos da atividade, cuja contribuição verifica-se ao propor uma epistemologia social para o campo. Seus estudos trazem, em primeira análise, uma aproximação com as Ciências Sociais ao considerar a Ciência da Informação uma ciência social, na qual a ênfase deveria ser dada ao ser humano. No âmbito teórico, o autor contribuiu com estudos voltados para a compreensão do campo para além da tecnologia.

2.1.6 Rafael Capurro

Nascido no Uruguai, Rafael Capurro graduou-se em Filosofia e em Documentação, tornando-se posteriormente doutor em Filosofia. No campo da Ciência da Informação, procurou realizar estudos que ajudassem no desenvolvimento e consolidação da área. Apresenta uma contribuição significativa com a proposição de uma hermenêutica aplicada a Ciência da Informação, em que se percebe uma imersão no campo das Ciências Sociais, área na qual esta disciplina vai buscar subsídios teóricos e epistemológicos para o seu desenvolvimento. Rafael Capurro apresenta também uma proposta de paradigmas, dando ênfase ao aspecto social, a partir do qual formula uma base teórica para a área. É um autor que, em primeira análise, atende aos critérios aqui adotados, pois o escopo teórico por meio do qual procura fundamentar o campo apresenta evidente vinculação com as Ciências Sociais.

2.1.7 Yves-François Le Coadic

Nascido na França, Yves-François Le Coadic graduou-se em Engenharia, tornou-se mestre em Física de sólidos e doutor em Ciências. Le Coadic entende a Ciência da Informação como uma disciplina adulta, destacando sua característica de ciência social, característica essa que adviria da preocupação do campo em esclarecer um problema social da informação e, ao se voltar para o ser social, situaria-se, portanto no âmbito das Ciências Sociais. De acordo com Le Coadic, são as necessidades sociais que, de alguma forma, dirigem e financiam a pesquisa em Ciência da Informação. Assim, o autor acredita que a Ciência da Informação deva beber na fonte das Ciências Sociais, como ele próprio já o faz, em alguma medida, em seus trabalhos. Assevera, no entanto, que o campo preocupou-se mais com a prática do que com a teoria, e por isso seus trabalhos apresentam alguns estudos de natureza epistemológica, o que o aproxima das discussões teóricas que considera indispensáveis.

2.1.8 Gernot Wersig

Nascido na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Gernot Wersig estudou Jornalismo, Sociologia e Ciência da documentação, obtendo o título de *Magister Artium* (M.A), tornou-se, ainda, doutor em Ciência da Informação e Documentação. Desde o início de sua carreira dedicou-se a Ciência da Informação, área do saber que, para o autor, só justificaria sua existência se viesse a beneficiar a humanidade como um todo. Foi pioneiro ao trabalhar com um fundamento sociológico para a área, ao propor que a responsabilidade

social deveria fundamentar a prática dos cientistas da informação, na qual a informação teria a qualidade de ser um bem social. Suas concepções de Ciência da Informação o aproximam das Ciências Sociais, o escopo teórico presente em seus trabalhos evidencia uma preocupação em fundamentar a área, ora caracterizando-a pelo trabalho interconceitual, ora pela proposição de uma fundamentação sociológica. Além disso, sempre preocupado com o papel desempenhado pelo profissional da informação.

2.1.9 Birger Hjørland

Nascido na Dinamarca, Birger Hjørland é bibliotecário e cientista da informação, especialista em organização da informação, atuando como docente nessa área. Hjørland traz para a área uma visão de que a Ciência da Informação, enquanto ciência social, deve ser analisada sob um ponto de vista sociológico. As metodologias e teorias com as quais Hjørland trabalha para desenvolver seus estudos são buscadas nas Ciências Sociais e adotadas por ele para conferir à Ciência da Informação uma abordagem social-epistemológica, o que evidencia não só seu vínculo com as Ciências Sociais como também o caráter teórico presente em suas obras em prol da consolidação do campo.

2.1.10 Shiyali Ramamrita Ranganathan

Nascido na Índia, Shiyali Ramamrita Ranganathan graduou-se em Matemática e tornou-se mestre também nessa área. Ranganathan adotou a Biblioteconomia como profissão e nela se especializou procurando resolver as dificuldades inerentes às instituições bibliotecárias. Preocupado com o desenvolvimento das bibliotecas, aprofundou seus estudos com o intuito de resolver os problemas de ordem prática, vendo na Ciência da Informação um campo propício para a Biblioteconomia desenvolver-se. *A priori*, seus trabalhos não levam a vinculá-lo às Ciências Sociais, não de forma explícita, e embora tenha realizado estudos exaustivos, suas contribuições se fazem sentir com maior intensidade em sua aplicação na prática profissional.

2.1.11 Paul Otlet

Nascido na Bélgica, Paul Otlet graduou-se em Direito, realizando intensos estudos no campo da Bibliografia. Paul Otlet foi um dos estudiosos que tomaram a iniciativa de tentar reunir toda a literatura científica produzida mundialmente e disponibilizá-la ao público. Formado na

área de Ciências Sociais, sua grande contribuição ao desenvolvimento da Ciência da Informação se faz sentir, principalmente, em relação às práticas profissionais e institutos voltados para a área. Seu principal objetivo era reunir toda a literatura científica mundial e trabalhou sob diversos enfoques no sentido de alcançá-lo, tanto que em suas publicações como em sua prática profissional esse objetivo evidencia-se claramente. Em primeira análise, este autor não atende ao critério de vínculo com as Ciências Sociais, uma vez que a preocupação está em difundir e disponibilizar o conhecimento, independente das áreas do saber a que ele se vincule. Do ponto de vista de uma fundamentação teórica, o que se percebe em seus trabalhos é que essa mesma base é empregada no sentido de reforçar sua ênfase na prática.

2.1.12 Jennifer Rowley

Nascida no Reino Unido, Jennifer Rowley é professora de Marketing e Administração. Trabalhando na área de Ciências Sociais, Rowley desenvolve nesse campo de conhecimento toda sua pesquisa, voltando-se, no que se refere à Ciência da Informação, principalmente para as questões relativas à gestão e aos processos de ensino e aprendizagem. Desenvolve trabalhos que também se preocupam com a inserção da tecnologia no campo e sob este enfoque tem realizado diversas pesquisas. Numa análise inicial não se percebe um vínculo explícito de suas pesquisas com as Ciências Sociais, tampouco com a dimensão teórica. O que se percebe mais explicitamente são preocupações de caráter técnico, aplicadas à prática do profissional da informação.

2.1.13 Seleção do autor

Analisados os doze autores, foi possível construir um panorama de suas vinculações teóricas e possíveis relações com as Ciências Sociais. A partir dessa análise, delineou-se um horizonte de autores possíveis para constituir o objeto empírico da presente pesquisa.

Obviamente, não se deve perder de vista que a seleção de critérios para nortear a escolha dos autores, leva-nos a deixar de lado tantos outros autores, que talvez pudessem atender aos propósitos da presente pesquisa. Assim, não se empreendeu aqui a uma análise de todos os autores que trataram da Ciência da Informação sob uma perspectiva social; primeiro, porque as dimensões deste trabalho ainda não seriam suficientes para abarcar toda a extensão de

autores da área; segundo, porque a intenção desta pesquisa é, antes, uma elaboração no sentido de endossar a compreensão da Ciência da Informação a partir das Ciências Sociais.

Para atender aos objetivos da pesquisa, acreditou-se, inclusive, ser pertinente reduzir o número de autores selecionados para análise, visto que a pretensão da mesma é, sobretudo, procurar possíveis conexões com as teorias das Ciências Sociais. Nesse entendimento, optou-se, então, por realizar um estudo de maior profundidade, o que levou a decisão de se trabalhar com apenas um dentre os doze autores anteriormente mencionados, fazendo uma análise interpretativa de um de seus artigos. Desse modo, pode-se considerar que esta pesquisa preferiu privilegiar uma análise de maior densidade em detrimento de uma apreciação, certamente, de maior abrangência, todavia, mais superficial.

Em relação à seleção do autor, cabe ressaltar que a opção por trabalhar com Gernot Wersig ocorreu por entendermos que ele construiu uma trajetória de dedicação às questões ligadas ao desenvolvimento da Ciência da Informação. Wersig destacou-se como um dos poucos que, na seleção de pesquisadores que iniciou este trabalho, fora citado como “autor”, no sentido de que há trabalhos que o tomam por referência, explorando suas ideias. No caso de outros autores, aqui, inicialmente considerados, como Saracevic e Le Coadic, existem deles apenas trechos citados para comprovar ou exemplificar alguma proposição. Gernot Wersig foi um pensador da área com quatro décadas de trabalho dedicadas ao pensamento dentro da Ciência da Informação.

É considerado pioneiro ao trabalhar com um fundamento sociológico para a área, tendo proposto que a responsabilidade social deveria fundamentar a prática dos cientistas da informação. Para ele, a informação deve ter por essência a qualidade de ser um bem social. Em seu percurso, vê-se que ele procurou realizar estudos que ajudassem no desenvolvimento e na consolidação área, tendo sempre como norte de sua dedicação à Ciência da Informação a premissa de que o desenvolvimento dessa área do conhecimento só justificaria sua existência se viesse a beneficiar a humanidade como um todo.

Entendendo-se que este autor permitiria, através da análise de seu trabalho – mais especificamente um artigo selecionado dentre suas publicações – uma conexão com as teorias das Ciências Sociais, determinou-se, enfim, o objeto de análise desta pesquisa.

2.2 Etapa 2: Análise empírica

O artigo de Wersig pelo qual se optou trabalhar nesta pesquisa foi publicado já na maturidade do autor, e condensa questões discutidas em artigos de duas décadas antes. Assim, ao proceder com a análise do referido artigo contemplamos questões que são trabalhadas em outras publicações. Decidimos por analisar apenas esse artigo uma vez que o objetivo não é quantificar a frequência dos elementos analisados no trabalho de Wersig, mas explicar como eles aparecem, são justificados e debatidos, em profundidade. O artigo de Wersig coloca-se, pois, como suficiente para o trabalho de identificar os conceitos, discuti-los com base em outros autores e relacioná-los com o quadro de referência das teorias sociais.

Essa etapa consiste, portanto, em identificar teorias sociais e/ ou conceitos teóricos utilizados na obra do autor e realizar uma análise descritiva dos mesmos. E, no intuito de ampliar o horizonte deste estudo, pretende-se conjecturar acerca da abordagem das teorias na obra do autor, que usos têm sido feitos e de que forma tem ocorrido essa utilização. Por conseguinte, o objetivo desse percurso é traçar leituras sistematizadas que possibilitem a busca por teorias sociais na visita ao texto selecionado, do qual serão elencadas as teorias/ conceitos utilizados pelo autor para se compor um quadro que, na etapa seguinte, poderá ser analisado em diálogo com as Ciências Sociais, tendo em vista sempre uma interpretação do uso que o autor faz dessas teorias.

Para a construção do quadro de teorias que pautaria essa análise, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica, que se deu através de consulta ao catálogo do sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais, do sistema de Bibliotecas de um centro universitário particular da cidade de Belo Horizonte e de *sites* da Internet, tornando possível, assim, a composição de referências bibliográficas dos manuais teóricos a serem consultados.

3. Ciência, Ciências Sociais e Ciência da Informação

Buscou-se na literatura corrente, aportes teóricos que ofereçam subsídios para o desenvolvimento desta pesquisa. Pretende-se, desse modo, fazer uma análise que pautar a relevância deste estudo para a área de Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, desde suas origens, tem visto o surgimento de correntes de pensamento acerca de seus mais diversos aspectos, todos à luz de seu objeto de estudos – o ponto de vista organizador das práticas sociais e do uso da informação – aqui entendido sob os múltiplos enfoques com os quais o campo trabalha. Desse modo, ratifica-se, em outras palavras, que o objeto da Ciência da Informação deve ser considerado como uma construção de significado de segundo grau, a partir de práticas e ações sociais de informação, que constituem seu domínio fenomênico (GOMEZ, 2000). O objeto da Ciência da Informação pode ser assim entendido tomando por base a configuração social dos regimes de informação. De acordo com González de Gómez, tal configuração afeta a constituição do campo tanto em sua forma paradigmática quanto em seus conteúdos. A definição de regime de informação é apresentada pela autora como

o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2003, p. 61)

Esses regimes de informação, que segundo a autora afetam a constituição do campo, seriam modos de produção de dados que estão em um contexto de dominação, num funcionamento social, em que o regime de informação teria uma primazia sobre todos os outros regimes sociais. A comunicabilidade e o conhecimento de determinado *corpus* teriam uma centralidade no trato das questões políticas da informação no âmbito da chamada “sociedade da informação”. Nesse sentido, os regimes de informação poderiam ser entendidos como os lugares de convívio de dados e dos seres humanos.

Dito isso, cogita-se, todavia, fazer entender que a própria constituição daquilo que se entende por informação está sujeita às interações entre pessoas, entre estas e o mundo a sua volta. E está sujeita ainda a seu modo de vida, ao que a própria sociedade lhe oferece, aos contextos,

enfim, nos quais se produz, troca e se busca informação. Nesse sentido, deve-se considerar a informação a partir de dois aspectos que se auto-referenciam, ou seja, a informação (...) diz respeito a estes dois elementos: relações entre sujeitos e entre sujeitos e seus artefatos, construídos socialmente para possibilitar diferentes formas de relacionamento. Desta maneira, a cultura “é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade.” (SALDANHA, 2008, p. 218).

Apresenta-se assim a informação como própria construção dos sujeitos, que se constrói dialeticamente enquanto sujeito através de si mesma, seja em suas relações indivíduo-indivíduo, seja nas relações indivíduo-sociedade. A informação é, conseqüentemente, constituída pelos sujeitos ao mesmo tempo em que os constitui. “Assim, para além das representações, o fenômeno da informacional é, então, concebido como produto da interpretação e para além do consenso, é concebido como produto do conflito e da luta pela definição dos sentidos.” (AZEVEDO, 2004, p. 124). É, pois, a noção de informação que vai subsidiar para os sujeitos a construção de significações que farão do mundo. Logo, são os sujeitos em interação constituindo-se como comunidades, que vão dar sentido àquilo a que chamamos informação, pois “são essas comunidades – comunidades de interpretação –, como sujeitos cognoscentes sociais, que vão dizer, segundo seus próprios critérios de seleção e relevância, o que é ou deixa de ser informação, num processo sócio-histórico que determinará, em grande medida, aquilo que tem ou deixa de ter sentido em diferentes contextos.” (AZEVEDO, 2004, p. 125).

Dentro da própria definição daquilo que entendemos ser a informação encontramos, também, um caminho para entender o que seria o objeto próprio da informação:

entendido como uma construção social que vai além do autor/ produtor e insere-se num contexto sócio-político (...), onde a figura do usuário ganha relevo especial porque torna-se um sujeito da informação, e metodológica, porque o pesquisador também não é passivo, possuindo uma identidade com o seu objeto, na medida que o interpreta (AZEVEDO, 2004, p. 128).

A informação, nesse contexto, ganha uma relevância social importante, pois vai além da conceituação, situando-se no campo da prática social, entendida como sendo o conhecimento em ação. De acordo com Azevedo (2004, p. 125), o trabalho informativo requer uma contextualização permanente do conhecimento na prática, isto é, a informação não tem valor definido *a priori*, este valor só se estabelecerá num contexto específico, determinando-se

numa situação sócio-histórica, ou mesmo surgindo a partir de demandas concretas dos indivíduos. Assim, torna-se evidente a relevância da informação, entendida sob o ponto de vista das práticas sociais – sejam essas práticas oriundas dos sujeitos em interação, ou mesmo dos sujeitos em sua subjetividade, amparados no contexto da vida em sociedade; bem como do uso da informação por esses mesmos sujeitos no decurso de sua vida, nas práticas informacionais e relações cotidianas. A informação adquire importância fundamental visto que mediante seu uso se determinam as relações sociais entre os indivíduos.

Após tornarmos evidente o ângulo sob o qual entendemos o objeto da Ciência da Informação, condição necessária para nos posicionarmos dentro do campo, passamos a tratar da questão que mais nos têm motivado: a busca de fundamentos teóricos para a área, que sob uma ótica particular, vai buscar nos horizontes desta pesquisa analisar o campo das Ciências Sociais como uma esfera propícia à adoção de teorias para si. Ora, a Ciência da Informação, ao longo de sua jornada, tem se deparado continuamente com questões de natureza conceitual, e não é tarefa fácil para uma ciência criar consensos. Além de levar tempo, faz-se necessário ainda que aconteçam rompimentos e alianças teóricas na epistemologia do campo.

De acordo com o artigo *‘Information Science: the study of postmodern knowledge usage’* de Wersig⁴, o que se tem até agora em relação às ponderações até aqui tecidas são apenas reflexões ou experiências práticas, não havendo, portanto, fundamentação enquanto ciências no sentido clássico. Talvez, por isso, ainda de acordo com o autor, seja tão latente essa necessidade dos cientistas da informação em possuir um paradigma, para, desse modo, finalmente, assegurar maturidade científica para o campo. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Partindo dessas inferências, identifica-se na área da Ciência da Informação tal necessidade, caracterizando-se, ora por discussões conceituais, ora por discussões de caráter prático-metodológico. O que permanece ainda passível de respostas é que caminhos estão sendo trilhados para se definir fundamentos teóricos para o campo, conforme PINHEIRO e LOUREIRO assinalam no artigo “Traçados e limites da Ciência da Informação”:

tem sido assinalada a ausência, na área, de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da Ciência da Informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam. A falta de estudos nessa linha e, mesmo, a

⁴ Pinheiro busca a afirmação de Wersig em um artigo de 1993, no qual ele faz uma ampla discussão sobre os aspectos teóricos da Ciência da Informação. O referido artigo é: WERSIG, Gernot. *Information Science: the study of postmodern knowledge usage*. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993, também objeto de estudo desta pesquisa.

presença incipiente de teóricos, mantém a Ciência da Informação em um estado de fragilidade teórico-conceitual. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 44)

Refletir acerca de tais aspectos além de necessário, pois a Ciência da Informação não tem suas fronteiras e limites definidos, é motivador, já que trata-se de uma área fértil para seus estudiosos, uma vez que tenta definir-se em meio à diversidade de teorias que lhe são apresentadas. O conflito, torna-se, assim, o cerne da questão para a área, pois ao buscar a resolução de seus problemas teóricos ela está trabalhando no limite de suas fronteiras, o que, por um lado é produtivo, mas por outro, de acordo com Oliveira (2005), pode estar tornando-a vulnerável em vez de resolver sua fragmentação.

Baseando-se nas questões que têm como intuito definir o caráter epistemológico da Ciência da Informação, percebe-se que há ainda dissensos, e se faz imprescindível caminhar rumo a definição de um consenso para a área. Em relação a isso, Oliveira (2005, p. 26) assevera que, em se tratando de uma área em construção, a Ciência da Informação depende muito dos profissionais do campo para seu crescimento, tanto no nível teórico como no das práticas profissionais. Entendemos, por conseguinte, que serão os profissionais formados na sociedade contemporânea que contribuirão para a consolidação teórica da Ciência da Informação e, naturalmente, a prática destes será diretamente influenciada pelo trabalho de seus pesquisadores. Como nos diz, Renault, “antes de ser a informação (como instrumento) que determina a ação, são os atores (pesquisadores) que lhe conferem sentido, quando fazem da ação de informar objeto de conexão e molde do processo científico”. (RENAULT (2007, p. 33).

De acordo com Muniz Sodré, “uma ciência não progride sem uma ideia precisa de sua natureza e de seus meios de desenvolvimento, o que só pode ser conseguido por árduo esforço teórico” (SODRÉ, 1976, p. 6). Por se tratar de uma ciência jovem, ela precisa definir-se para, então, delinear seu campo de atuação, visto que a prática teórica na Ciência da Informação é ainda muito frágil, e uma ciência necessita definir suas teorias e conceitos para almejar desenvolver-se e consolidar-se. Nesse sentido, “às vezes, é preciso retomar a ideia nietzscheana de ‘ruminar’ ideias ao invés de persistir numa exegese que conduz invariavelmente a impasses” (SODRÉ, 1976, p. 6). Adotar, pois, essa reflexão pode corroborar para o aprimoramento teórico e para o desenvolvimento da ciência, por aprofundar-se nas teorias que já estão presentes no campo, incorporar conceitos e então estabelecer um arcabouço teórico.

Dentro dessa perspectiva, é interessante para a área estudar as abordagens teóricas provenientes das Ciências Sociais como campo fértil à adoção de teorias pela Ciência da Informação, visto ser esta a área de conhecimentos na qual está inserida. Para chegarmos a um entendimento do atual estágio em que se encontra a Ciência da Informação, optamos por fazer um percurso que passa pela discussão de ciência para, então, chegar a compreensão do papel e da importância das Ciências Sociais. Por esse caminho, após, finalmente situar a Ciência da Informação no panorama acadêmico-científico, almeja-se partir à pretendida incursão para dentro das Ciências Sociais.

3.1 Ciência

3.1.1 Surgimento da ciência

Será a necessidade do homem de uma compreensão mais aprofundada do mundo e, junto a isso, também a necessidade de trocas precisas de informação, que levará, de acordo com Araújo, à criação de sistemas mais estruturados de organização do conhecimento. Dessa forma, a ciência nasce, de acordo com este autor, da proposta de um conhecimento diferente dos demais conhecimentos disponíveis, uma vez que tem como pressuposto, a tentativa de superar as limitações dos conhecimentos religiosos, artísticos e do senso comum (ARAÚJO, 2006a, p. 131). Portanto,

Ao se pensar a ciência como único campo do conhecimento humano capaz de oferecer aos homens a possibilidade de conhecimento seguro, que poderia ser aplicado com vistas a possibilitar avanços para o seu bem-estar, a verdade torna-se exclusividade desse novo tipo de saber que se instaura, a ciência, e daqueles que dominam os métodos prescritos. (DUARTE, 2001, p. 45)

Assim, é que, deixando para trás a noção de que o conhecimento era algo sobrenatural, intangível, para além do entendimento humano e de sua capacidade de manipulá-lo, ou seja, “de um conhecimento difuso, espalhado, assistemático e desorganizado, passa-se a um trabalho de arranjo segundo certas relações, de disposição metódica. Esse processo é fundamental para a composição de campos específicos do conhecimento.” (ARAÚJO, 2006a, p. 132).

Para entender o surgimento do projeto de ciência é que recorreremos ainda mais uma vez às ideias de Araújo, segundo o qual essa empreitada tem como orientadores René Descartes, com

o racionalismo, e Francis Bacon e Galileu Galilei com o empirismo, que contribuem para entender tal projeto como uma forma específica de conhecer a realidade.

A fundamentação do projeto de construção do conhecimento científico se deu então a partir do trabalho destes três pensadores. Descartes – método dedutivo – opera uma redução da subjetividade humana, tendo o mérito de propor, como método científico, a redução da complexidade, isto é, separar para estudar. Francis Bacon – indução experimental – insere na ciência o caráter ‘prometéico’, um saber instrumental, que possibilite a dominação da natureza; propôs uma separação entre a ciência e as humanidades tendo sido forte impulsionador do empiricismo, para quem o conhecimento devia ser iniciado através da observação, da descrição fiel da realidade, estando isenta de julgamentos e interpretações. Enfim, Galileu – pensamento baseado na experimentação – enfatizou a atitude empírica na pesquisa científica, onde se deveria chegar a um conhecimento exato e preciso. (ARAÚJO, 2006a, p. 133-134)

Dentro desse entendimento e da aceitação do projeto de ciência é que o conhecimento científico poderá ser descrito e caracterizado por suas peculiaridades em relação a outros tipos de conhecimento presentes na humanidade. Assim, este tipo de conhecimento lida com fatos reais, onde o saber produzido é verificável pela experiência, ordenando-se num sistema lógico de experiências, que exige verificação, sendo passível de novas descobertas.

Pautado por uma nova maneira de olhar para a realidade e captar os objetos do mundo é que a ciência – aceita como o método verdadeiro de se conhecer o mundo, a vida –, tendo a primazia pelo direito de explicá-los e compreendê-los, pode ser definida como “uma forma de conhecimento que, compreendida num sentido mais específico, surge historicamente no século XVI, dentro do processo da Modernidade de ruptura com o mundo feudal e eclesiástico, embasada filosoficamente pelo Iluminismo e originada com o Renascimento.” (ARAÚJO, 2006a, p. 134-135).

3.1.2 Desenvolvimento do pensamento científico na humanidade

A ciência, que desde os seus primórdios, busca pela extrema racionalidade, pelo encontro da verdade absoluta, vê-se obrigada a descobrir uma nova forma de conceber o pensar científico no âmbito das sociedades contemporâneas. Entretanto,

A ciência não é reduzida ao senso comum – antes, a pretensão de verdade da ciência é sensibilizada pelo olhar compreensivo; ou seja, a verdade é, antes, um coletivo de interpretações. A própria historiografia das epistemologias das ciências do homem, como demonstra Ivan Domingues (2004), aponta para as movimentações antropológicas ao longo do pós-guerra no século XX. (SALDANHA, 2008, p. 36)

Sob o prisma do fazer científico contemporâneo, tem-se, que cada vez mais, a ideia de que uma verdade absoluta e um domínio pleno da realidade é inconcebível. Antes, o que podemos apreender da realidade, enquanto cientistas, são abstrações do real e um conhecimento parcial e provisório. É fato que “a realidade nunca se nos oferece plena e completa, apesar de o ser. Mas o espírito humano aspira à totalidade do real. O sonho da totalidade é de fato um sonho a que o espírito humano aspira.” (MOSTAFA, 1996, p. 01).

Temos aprendido continuamente que abarcar a totalidade do conhecimento é uma ilusão, pois o nosso conhecimento se dá sempre por aproximação.

O homem se aproxima da realidade. O seu movimento será sempre o de aproximação. Essa aproximação é representada pelas diversas disciplinas. Ser uma disciplina é se aproximar da realidade com uma certa disciplina. São os recortes possíveis. É impossível deixar de recortar. E em recortando deixamos sempre pedaços para trás. (MOSTAFA, 1996, p. 01)

Ocorre que, para além desse entendimento, é pertinente tecer algumas considerações sobre o momento em que a ciência adquire o status de instituição social. Esse momento corresponde a um marco importante para as Ciências Sociais visto configurar sua própria síntese. Assim sendo, Freire (2002, p. 5) afirma que Isaac Newton foi quem fundou a ciência como instituição social, instituindo também um novo modelo de comunicação científica com as associações de cientistas. Todavia, no início do século XX, acontece uma significativa mudança nos padrões culturais e, de acordo com Freire (2002, p. 05), são através desses padrões que percebemos, sentimos e agimos *no-e-sobre-o* mundo. A autora ressalta ainda, com base nos estudos de Fritjof Capra, que o universo não mais é visto como uma máquina, ele passa a ser visto como um sistema integrado, composto de partes inter-relacionadas. “A ciência busca instaurar-se como campo autônomo, liberto das amarras da filosofia e da fé, e trata de tentar consolidar-se na medida em que busca estabelecer as peculiaridades de seu objeto de estudo, de seus objetivos e de seus métodos.” (DUARTE, 2001, p. 24).

3.1.3 As ciências naturais e humanas

Embora o princípio que norteie nesta pesquisa seja o entendimento de que toda ciência carregue em si um componente social, acreditamos ser pertinente levantar algumas questões relativas a divisão das ciências naturais, exatas e humanas e sociais.

A divisão entre ciências naturais e Ciências Sociais não existe meramente por convenção ou devido a fatores históricos, mas sim pelo fato das ciências

naturais terem o mundo físico como objeto de estudo, ao passo que as Ciências Sociais, ao analisarem características das sociedades humanas, lidam com uma complexidade muito maior, não sendo por vezes capazes de isolar partes para análise e muitas vezes, em virtude de dificuldades práticas ou éticas, com a impossibilidade de experimentação.⁵ (MATHEUS, 2005, p. 20)

Assim, analisadas por esse prisma, vê-se que esta divisão ocorre especialmente por força dos objetos de estudos dessas ciências e, mais especialmente, pela forma de se tratar tais objetos e pela metodologia aplicada no estudo destes. É a metodologia que, embora utilizada para fins diferentes, fez as ciências humanas e sociais buscarem nas ciências naturais e exatas subsídios e aportes para se desenvolverem. Assim, as ciências humanas e sociais vão buscar o emprego de teorias e métodos das ciências naturais e exatas para aplicar ao seu campo de estudo, mesmo lidando com objetos muito diferentes:

O emprego do método foi o ponto de partida que propiciou às ciências naturais definirem o que seria o *conceito científico* na busca pela *positividade* do objeto para que este pudesse ser controlado, mensurado, delimitado, etc. A partir do desenvolvimento das ciências naturais sob este requisito, notamos, igualmente, a abertura da instrumentalidade do método que possibilitou o surgimento das ciências humanas por meio, principalmente, de uma nova roupagem dos princípios mecânicos da Física, direcionando-os ao social. (RABELLO, 2008, p. 26)

Dessa distinção de objetos e forma de concebê-los, deriva também uma distinção de teorias para explicá-los, como é o caso das ciências naturais e das ciências exatas, e de teorias para compreendê-los, no caso das ciências humanas e sociais. Habermas apresenta uma distinção entre elas que ajuda-nos a compreender, até certo ponto, essa divisão. Para o caso das ciências naturais e exatas, o autor explica que

As ciências *empírico-analíticas* desenvolvem as suas teorias numa autocompreensão que instaura sem coacção uma continuidade com os começos do pensamento filosófico: ambos se comprometem a uma atitude teórica, que liberta da conexão dogmática e da exasperante influência dos interesses naturais da vida; e ambos coincidem na intenção cosmológica de descrever teoricamente o universo na sua ordem conforme as leis, tal como é (HABERMAS, 2006, p. 131).

Distinguindo destas ciências acima apresentadas, o autor ainda faz uma exposição na qual afirma que

⁵ MATHEUS, Renato Fabiano. **Desafios para a ciência da informação**: enfrentando dificuldades paradigmáticas, dilemas e paradoxos através de programas de pesquisa interdisciplinares. [não publicado], 2005. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000238/02/MATHEUSDesafioV0.57.pdf>. Acesso em : 01/01/2010.

Em contrapartida, as ciências *histórico-hermenêuticas*, que têm a ver com a esfera das coisas percebíveis e da simples opinião, não se deixam em igual medida reduzir a esta tradição – nada têm a ver com a cosmologia. Mas segundo o modelo das ciências naturais, constituem também elas uma *consciência cientificista*. Também os conteúdos de sentido legados pela tradição parecem deixar-se reunir em ideal simultaneidade num cosmos de factos. Embora as ciências do espírito captem os seus factos através da compreensão, e por pouco que lhes interesse descobrir aí leis gerais, elas partilham, no entanto, com as ciências empírico-analíticas, a consciência do método: descrever em atitude teórica uma realidade estruturada. O historicismo tornou-se o positivismo das ciências do espírito. (HABERMAS, 2006, p. 131)

Assim, Habermas diz que, para além das diferenças – no que toca às ciências naturais e exatas, chamadas por ele de empírico-analíticas, ter como princípio a explicação dos fatos e, as ciências humanas e sociais, chamadas por ele de histórico-hermenêuticas, a busca pela compreensão dos fenômenos humanos – o que elas tem em comum é a necessidade de descrever teoricamente uma realidade que é estruturada a partir da captação dos fatos. Entretanto, com o desenvolvimento das estruturas científicas percebe-se as limitações da aplicação acrítica de um modelo próprio a outro conjunto de ciências. Assim, chega-se ao entendimento de que é necessária uma metodologia própria para as “(...) ciências do espírito, uma vez que essas buscam uma *compreensão ou uma interpretação* dos fenômenos humanos e sociais, enquanto as ciências naturais buscam uma *explicação causal* para os fenômenos físicos.” (AZEVEDO, 2004, p. 124). Há, portanto, a necessidade das metodologias se diferenciarem.

3.1.4 A questão dos paradigmas e abordagens na ciência

Entender como se desenvolve o pensamento científico e acompanhar sua escala evolutiva é uma tarefa quase impossível nos dias atuais. Entretanto, aceitar que o conhecimento, cada vez mais, é produzido e disseminado a partir de um todo fragmentado, e neste ponto reside a realidade do conhecimento contemporâneo, auxilia no entendimento, cada vez maior, de que múltiplas teorias e métodos podem propiciar uma compreensão aproximada da realidade.

Dada a forma em que o conhecimento científico hoje é construído, com imprevisibilidade e aventura, visando a um compartilhamento fértil de saberes, se faz necessário um constante reelaborar teórico, capaz de comportar as diferentes correntes teóricas que se entrelaçam na produção de conhecimento científico. Observa-se que, sem essa reflexão, uma ciência tende a se repetir por ser incapaz de perceber os limites do referencial teórico no qual se apóia, incapaz de ter visão crítica dos resultados obtidos, portanto incapaz de se renovar para conhecer. (FERNANDES; KOBASHI, 2009, p. 07)

Nesse sentido, para os limites desta pesquisa, não podemos enxergar a ciência presa aos limites de um paradigma, que detenha a primazia de direcionar o olhar de um campo científico, antes, temos um ponto de vista que se alia à ideia de que “Marx, inegavelmente tem uma contribuição importante para as ciências, mostrando, sobretudo que o percurso científico é sempre um percurso histórico e relacional, estabelecido num jogo de forças em que a elite determina ou mantém as condições de produção e circulação da cultura de modo geral.” (RENAULT, 2007, p. 125). Embora tal aceção não impeça que, em diversas disciplinas científicas, ainda se caminhe por um viés paradigmático restritivo, não há, diante da produção do saber contemporâneo, omitir-nos sobre a complexidade do pensamento e do fazer científico, assunto que trataremos mais adiante.

No século XX a ciência vai ser questionada em vários de seus princípios e suas propostas. De acordo com Santos (1996), o “paradigma dominante”, que é o modelo de ciência surgido no século XVI (...) passa a sofrer um processo de perda de confiança. Para o autor, isso acontece a partir de dois tipos de condições. (ARAÚJO, 2006a, p. 135)

Essas condições seriam, primeiramente, as condições teóricas, isto é,

Descobertas científicas que colocam em evidências limitações do modelo tradicional. Entre essas descobertas o autor destaca as contribuições de Einstein, Heisenberg e Bohr, Gödel, Prigogine e outros que derrubam, entre outros pilares do “paradigma dominante”, o mito da objetividade, da possibilidade de se estudar um objeto sem perturbá-lo, e a ideia de tempo e espaço absolutos. (ARAÚJO, 2006a, p. 136)

Acerca da complexidade que fica evidente na produção do conhecimento científico, ainda nos leva a considerar a contribuição dos fatores de ordem histórica para o avanço dos paradigmas que o permeavam:

O segundo tipo são as condições sociais. Diversas experiências do século XX, como as duas grandes guerras, as experiências totalitárias, os desastres ecológicos, a submissão da ciência aos interesses militares e econômicos, levaram a uma perda do interesse no conhecimento científico tal como vinha sendo produzido. (ARAÚJO, 2006a, p. 136)

Ambas as condições levam ao desabrochar do paradigma de uma nova ciência, denominada pós-moderna (DUARTE, 2001, p. 47). Santos constata a crise do paradigma dominante na ciência contemporânea e arrisca especulações quanto ao futuro da ciência. E, ao lado de outras correntes e pensadores que também perceberam a crise que afeta o paradigma dominante herdado da modernidade (Ilya Prigogine, Fritjof Capra, Eugene Wigner, Erich Jantsch, Daniell Bell e Jurgen Habermas), passa a propor a configuração de um novo

paradigma que se anuncia. Esse, segundo ele, está inevitavelmente contaminado pela vertente social daquele que o elaborou e se configura como sendo, o “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” SANTOS (2003, p. 36 e 37).

Duarte ainda nos lembra que o cerne das discussões científicas no século XIX eram as especificidades dos fenômenos humanos e sociais e, somados a isso, como esses fenômenos aparentemente aleatórios e caóticos poderiam ter sua objetividade garantida. Nas palavras desse autor, somos lembrados ainda que no século XX instaura-se um debate a respeito da ciência em sua totalidade, dado que se começa a questionar diversos princípios e características inerentes ao exercício científico. Todavia, na atualidade, interessa “saber de que forma se pode garantir a validade dos conhecimentos científicos apesar da rejeição de muitos dos princípios da racionalidade moderna que orientam a ciência durante quase quatro séculos.” (DUARTE, 2001, p. 90).

Em consonância com diversos autores Araújo (2006a, p. 136) afirma que a ciência, entendida como conhecimento objetivo, cede lugar “a uma compreensão da atividade científica como um “produto social” (GRESSLER, 2003, p. 32), dotado de uma “matriz coletiva” (ALVES, 1987, p. 206), que lida com “objetos construídos.” (DEMO, 1985, p. 45).

3.2 Ciências Sociais

3.2.1 Surgimento e cientificidade das Ciências Sociais

A racionalidade científica, iniciada no século XVI e desenvolvida nos séculos seguintes, estende sua aplicação a todas as esferas humanas. Um modelo global desta racionalidade vai se dar a partir do século XIX, quando se instaura em todos os campos dos saberes, estabelecendo limites, demarcando espaços e assumindo a hegemonia da construção da realidade. (SILVA, 1999, p. 80).

Os saberes são compartimentalizados em função de um olhar parcial, provindo do paradigma científico que, segundo Silva, em harmonia com a discussão proposta por Alves em sua obra *Filosofia da ciência – introdução ao jogo e suas regras*⁶, “é o conjunto das crenças, visões de mundo e formas de trabalhar reconhecidos por uma comunidade científica.” (SILVA, 1999, p. 82). A autora afirma, então, que esses saberes compartimentalizados indicam que o que está inerente à ciência, na verdade, não é uma questão de racionalidade, mas de escolha de caminhos. Portanto,

racionalização significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional. A isto corresponde a industrialização do trabalho social com a consequência de que os critérios de ação instrumental penetram noutros âmbitos da vida (...). Em ambos os casos, trata-se da implantação do tipo de ação racional relativamente a fins: aqui, trata-se a organização dos meios e, além, da escolha entre alternativas. (HABERMAS, 2006, p. 45)

Toda ação social tem como pressuposto esse caráter contraditório, dado que qualquer ação ou práxis deve ser compreendida como uma decisão entre alternativas, entendido assim que todo indivíduo, em sua particularidade, ao executar uma ação, deve decidir se o faz ou não.

Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação. Marx delineia corretamente essa condição, dizendo que os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo "sob pena de se arruinarem". Eles devem, em última análise, realizar por si as

⁶ Silva faz uma incursão pela discussão proposta por Alves e formula uma ideia, a partir do exposto pelo autor em sua obra, do que é paradigma científico.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 1994. p. 223.

próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção. (LUKÁCS, 1978, p. 07)

A escolha de caminhos se pauta, portanto, a partir da realidade que está subjacente à vida humana, e a expressão dessa realidade acontece através de conceitos que são construções teóricas, conforme afirma Paiva, que ainda articula

que a realidade pode ser vista de infinitos pontos de vista, sendo, portanto, também infinita. Aquilo que nela observamos é fruto de uma seleção do que nos é dado. Assim, todo e qualquer conhecimento (mesmo o “mais” científico) é, compulsoriamente, uma seleção de determinados aspectos do real. (PAIVA, 1997, p. 92)

Essa natureza do real exige, então, um modo de compreensão, um princípio ordenador que lhe dê legitimidade. De acordo com Silva, para se estabelecer uma ordem entre as coisas pressupõe-se “a opção por determinados critérios para categorizá-las, agrupando-as em nome de algum princípio.” (SILVA, 1999, p. 83). Para tanto, a adesão à ordem científica pressupõe a exclusão e a redução, a separação e o isolamento das peças que não se encaixem no arcabouço teórico-conceitual construído pelo pensamento ocidental. Ora, partindo dessas premissas impostas por tal modelo de racionalidade vê-se que somente o que é qualificado como científico se constitui em conhecimento verdadeiro.

No século XX, alguns pensadores irão tentar estabelecer um método que seja adequado e responda às peculiaridades dos fenômenos humanos e sociais e que seja capaz de garantir que o conhecimento desses fenômenos seja objetivo, ou seja, embora se busque a especificidade dos fenômenos humanos e um método que lhe seja adequado, essa busca está inscrita em um cenário em que se pretendia ainda conferir ao conhecimento dos fenômenos sociais e humanos certas características exigidas como condição de validade pelos princípios estabelecidos pelas ciências naturais (objetividade, causalidade, previsibilidade e neutralidade). (DUARTE, 2001, p. 27)

É preciso pois, de acordo com Japiassu (1992, p. 142), abrir mão do conceito de que a ciência é positiva para se adotar a ideia de uma ciência capaz de fazer inferências e análises de suas relações com a sociedade.

Numa vertente que se desenvolve em torno da busca por outros critérios de se entender e se fazer ciência, as Ciências Sociais se apresentam como propícias a essa tendência do século XX, sendo entendidas na “categoria dos fenômenos imprecisos, que não têm – ou quase não têm – ‘ciência’ nem métodos que lhes sejam próprios.” (MOLES, 1995, p. 17). Nesse sentido, Vieira, em estudo sobre a ciência do impreciso – termo definido por Moles – vai dizer que, ao

passo que se esclarece a ciência estabelecida e a ciência em vias de se fazer, a ciência do impreciso vai se firmando, no entendimento de que “a ciência acabada refere-se a uma inteligência universal” enquanto a “ciência por se fazer (...) é a pesquisa e a descoberta científica.” (VIEIRA, 2001, p. 127). É nessa perspectiva que Moles enquadra as Ciências Sociais e afirma que elas estão dentro de um campo que corresponderia “(...) a uma família de disciplinas mal separadas da filosofia-mãe que as engendrou e que classifica sob o nome – também totalmente impreciso – de ciências do homem ou sociais.” (MOLES, 1995, p. 17).

Tal postura, vai sustentar a reivindicação, para as Ciências Sociais, tomando como aporte a especificidade do ser humano, um estatuto próprio, tanto epistemológico como metodológico. Eis que já estão presentes, no bojo da ciência, sinais de inquietação que se estendem por toda parte, evidenciando o questionamento crescente dos próprios cientistas no tocante aos processos e resultados obtidos pela ciência nos últimos anos. Santos e outros autores, assinalam que estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica. (SILVA, 1999, p. 93).

(...) durante muito tempo marginal mas hoje cada vez mais seguida, consistiu em reivindicar para as Ciências Sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza. Estas duas concepções têm sido consideradas antagônicas, a primeira, sujeita ao jugo positivista, a segunda, liberta dele, e qualquer delas reivindicando o monopólio do conhecimento científico-social. (SANTOS, 2003, pág. 34)

Essas reivindicações se fazem necessárias dado que as Ciências Sociais possuem algumas características particulares, conforme nos aponta Santos, cuja compreensão se faz fundamental para entender as bases em que assenta o projeto de cientificidade dessas ciências. Assim, marcadas pela dialética e por carregarem em seu seio a própria contradição a que estão sujeitas, as Ciências Sociais têm a plena consciência daquilo que não são ou não carregam em sua bagagem epistemológica e, ao mesmo tempo, retiram dessa mesma consciência o entendimento daquilo que são e que fazem delas ciências peculiares, justamente por sua relação com o humano e o social.

as Ciências Sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as Ciências Sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as Ciências Sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre

ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento; as Ciências Sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informem a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista. (SANTOS, 2003, p. 36)

Ao produzir ideias e teorias científicas, produzem-se também ideias e teorias sobre o homem, o que o auxilia no processo de autoconhecimento. Partindo do ponto de vista de que “as teorias são construções humanas, é não só legítimo, mas também necessário, estudarmos a influência desses fatores na atividade científica.” (GEWANDSZNAJDER *apud* SILVA, 1999, p. 109). Fatores esses que fazem as Ciências Sociais se distinguirem das ciências exatas e naturais, pela sua consciência de que, ao lidar com um objeto de estudos, é ela própria objeto, e somado a isso o próprio objeto que ela estuda é também sujeito, numa relação de circularidade, em que sujeito e objeto unem-se e se separam, aproximam-se e se distanciam, numa relação que se retroalimenta continuamente.

Por isso, se faz pertinente entender a importância de teorias nesse campo. Aliás, com relação à existência de “teoria” nas Ciências Sociais, seria mais comum encontrarmos “quadro teórico” ou “contexto”, entendido como aquilo “que serve então de matéria-prima para elaboração de teorias, uma vez que obteremos cada uma destas selecionando proposições do contexto e, em particular, guardando tão-somente aquelas que constituam um conjunto coerente (não contraditório).” (BUNGE, 1987, p. 160). Nesse sentido, é a propósito recordar, inclusive, que essa perspectiva é de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que ela visa lidar com as construções teóricas, aqui analisadas sob o ponto de vista de um autor da Ciência da Informação, podendo-se ainda destacar o papel que cumprem as obras produzidas por esse autor dentro do campo, visto que, como salienta Silva (1999, p. 112), “as obras científicas são maneiras de entender o mundo, criadas pela ação humana e elas cumprem um importante papel no que diz respeito ao conhecimento que teremos de nós mesmos e de nosso desenvolvimento.”

Assim, a ciência se apresenta como a transformação do conhecimento em saber, saber esse que é sempre descontínuo e teórico, na medida em que as ciências segmentam e recortam os seus objetos (MOSTAFA, 1996, p. 2). O saber científico lida com a experimentação e teorização direta do mundo natural, que parte de uma observação e experimentação direta do próprio mundo. (DUARTE, 2007, p. 3).

O saber e suas práticas mergulham em diversos domínios da ciência, penetrando em todas as suas dimensões de modo que

o saber vai consolidando campos de pesquisa, de experimentação e teorização e esses, por sua vez, vão desenhando campos de atuação política e econômica. O campo científico emerge de uma natural disputa de concepções que melhor expliquem o funcionamento do mundo natural, como também das relações econômicas no comércio entre os povos, nas formas políticas de governos; dos movimentos dos astros aos costumes dos povos. (DUARTE, 2007, p. 5)

Entende-se, assim, que a ciência é marcada pelo seu tempo, pelas necessidades e circunstâncias da vida no momento em que o pensamento é gerado e, que como todo produto do pensamento, a ciência é uma criação clara de sentido para a experiência da realidade (DUARTE, 2007, p. 6). O saber científico pode ser vislumbrado, então, como parte de um momento histórico de construções coletivas, no qual

O espetáculo da construção do conhecimento gera reorganizações físicas e cognitivas no mundo a nossa volta. As novas emergências implicam em novas dúvidas, novos problemas fundamentais de novos campos de conhecimento pedem urgentemente pesquisa, pedem teorias que as expliquem, trazendo atrelados todos os embates e duelos pelo direito momentâneo da verdade. (DUARTE, 2007, p. 7)

A partir daí, os pesquisadores lançam seus olhares para suas experiências do real e localizam objetos, tomados de uma perspectiva segundo a qual o problema científico funda a razão de um campo. (DUARTE, 2007, p. 8). Em nome dessa razão, e buscando maior legitimidade para a compreensão de ciência, Lakatos (1979) formulou a ideia de núcleo duro para a ciência e da criação de um cinturão de proteção para esse núcleo. A maturidade científica estaria ligada ao fortalecimento dos programas de pesquisa, pois,

A ciência madura consiste em programas de pesquisa em que se antecipam não só fatos novos mas também, num sentido importante, novas teorias auxiliares; a ciência madura – à diferença do ensaio-e-erro corriqueiro – tem “força heurística”. Não nos esqueçamos que na heurística positiva de um programa poderoso, desde o começo, há um esquema geral de cintos protetores: essa força heurística gera a autonomia da ciência teórica. (LAKATOS *apud* RENAULT, 2007, p 56)

O fortalecimento da ciência estaria, segundo Renault (2007, p. 56), ligado aos seus programas de pesquisa. Ideia essa que vem de encontro com o argumento do “sujeito construtor do conhecimento”, de acordo com a qual os programas de pesquisa, bem como toda “criação”

dos pesquisadores de determinada área, podem ser estudados como aporte para se chegar aos fundamentos e/ ou estatuto epistemológico da referida ciência ou disciplina.

Entrecortadas por essas perspectivas, as Ciências Sociais vão delinear seus horizontes discursivos tendo em vista que

A construção de novos discursos sobre as ciências no domínio das Ciências Sociais teria início nas primeiras décadas do século XX e, aos poucos, a referência axiológica passaria do campo dos critérios de explicação ao domínio do explicado. Os estudos sociais da ciência caracterizar-se-iam, no início, pela análise das ciências objetivada em suas atividades e produtos, procedendo-se à aplicação de metodologias empíricas e quantitativas ao estudo das instituições de pesquisa, às práticas dos cientistas e aos resultados da pesquisa. (...) Posteriormente, a ciência, seus agentes, práticas e conteúdos, ficarão simetricamente imersos no campo mais amplo da produção social de práticas, crenças, saberes e discursos. (GOMÉZ, 2001, p.10)

Dessa construção surgem, de acordo com Azevedo (2004, p. 128), possibilidades teórico-metodológicas que veiculam diferentes visões de mundo e expressam, historicamente, a realidade social complexa onde foram geradas, partindo-se das correntes de pensamento, que estão na base da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais. Num enfoque mais específico, tem-se que a realidade social e seus fenômenos só podem ser apreendidos por aproximação, pois é mais rica do que qualquer teoria elaborada sobre ela (AZEVEDO, 2004, p. 129).

Assim, as teorias e métodos assumidos pelas Ciências Sociais partem de dois pressupostos: o primeiro diz que realidade precisa ser interpretada além dos fenômenos perceptíveis pelos sentidos, e que, para tanto, se deve ter um conhecimento prévio (teoria); já o segundo pressuposto afirma que o fenômeno social é singular, devendo, portanto, ser objetivado, uma vez que a subjetividade permite se chegar ao conhecimento e é tomada como parte integrante do processo de investigação.

Ora, a existência desses dois pressupostos indica que, em ciências humanas e sociais, deve-se procurar uma apropriação maior da interpretação do que da representação da realidade. “Isso significa que qualquer trabalho científico é uma criação que carrega a marca de seu autor, o que supõe não só uma recusa de neutralidade, mas, também, a afirmação da necessidade de buscar formas de reduzir a excessiva incursão de juízos na realidade.” (AZEVEDO, 2004, p. 129). Esse traço, marcado pela recusa da neutralidade, é um fator que vai exigir das ciências

humanas e sociais um rigor metodológico sério e criterioso para garantir que sejam reduzidos os juízos na realidade.

Traçando um panorama em que as Ciências Sociais têm como objeto as ações humanas dotadas de sentido, infere-se que esse campo de estudo deva buscar uma profunda relação entre a teoria e a prática, visto que os objetos de estudo de tais ciências se expressam, têm desejos e aspirações, possuem um diversificado repertório imaginário e, portanto, interferem o tempo todo na realidade a ser estudada e, conseqüentemente, no desenvolvimento dessa ciência.

Nas últimas décadas, como mostram Almeida, Bastos e Bittencourt (2007, p. 70), diversos teóricos investigam a ciência a partir de seus aspectos sociológicos e gnoseológicos. Esses autores partilham a percepção de que a ciência deve ser analisada em sua complexidade, e assumem como hipótese de estudo o viés sociológico e a visão crítica da atividade científica e de seu contexto de produção. Isso permite compreender os fenômenos da prática científica como um intrincado espaço social, formado por instituições e sujeitos individuais que dependem das relações construídas com os outros para sua manutenção.

3.2.2 Desenvolvimento das Ciências Sociais

Do nascimento marcado pela proximidade com as ciências naturais, surge uma forma nova de se pensar e fazer ciência, ainda que em moldes positivistas. Entretanto, não há como negar que este passo inicial é extremamente importante para se pensar as Ciências Sociais.

Marilena Chauí (2000) fala das Ciências Sociais com muita perspicácia quando afirma que, sendo resultado da atividade humana de conhecimento, toda ciência é humana, embora ao se falar em ciências humanas a referência seja feita àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto. Aliada a essa observação, podemos acrescentar que “A realização de estudos sobre a produção de conhecimento científico e a necessidade de avaliação do trabalho dos pesquisadores, dos produtos e dos processos de divulgação científica foi um fator condicionante, ao longo do século XX, da evolução de toda uma área do conhecimento.” (ARAÚJO, 2006a, p. 137). Daí, seguiu-se também que as Ciências Sociais buscavam um modo de fazer ciência inserindo-se em diversos campos que procuravam analisar a produção científica. Essa busca pela compreensão do próprio campo científico leva a uma busca pelo

entendimento do que seja o campo social e a própria concepção deste enquanto elemento da sociedade.

Assim, a concepção construída por essa via permite entender a ciência

como resultado dos processos de luta, de utilização e busca por recursos e “capital simbólico”, pela lógica de “distinção”. Essa distinção pode ser compreendida como instâncias de consagração e de prestígio que se relacionam com o grau de aceitação no campo, o que implica, entre outras práticas, a aceitação das regras da prática científica. (ARAÚJO, 2006a, p. 137)

Nesse sentido é que, a distinção de Chauí em relação as especificidades das ciências humanas e sociais, tornar-se relevante para se pensar sobre a necessidade do desenvolvimento de uma ciência e de um conjunto de disciplinas para tratar dessas questões. Assim, a autora afirma que estas ciências gozam de uma situação muito especial, e faz o elenco de três motivos que explicam porque adquiriram essa condição peculiar.

Em primeiro lugar, porque seu objeto é bastante recente: o homem como objeto científico é uma ideia surgida apenas no século XIX. Até então, tudo quanto se referia ao humano era estudado pela Filosofia. Em segundo lugar, porque surgiram depois que as ciências matemáticas e naturais estavam constituídas e já haviam definido a ideia de cientificidade, de métodos e conhecimentos científicos, de modo que as ciências humanas foram levadas a imitar e copiar o que aquelas ciências haviam estabelecido, tratando o homem como uma coisa natural matematizável e experimentável. (...) Em terceiro lugar, por terem surgido no período em que prevalecia a concepção empirista e determinista da ciência, também procuraram tratar o objeto humano usando os modelos hipotético-indutivos e experimentais de estilo empirista, e buscavam leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos. Como, entretanto, não era possível realizar uma transposição integral e perfeita dos métodos, das técnicas e das teorias naturais para os estudos dos fatos humanos, as ciências humanas acabaram trabalhando por analogia com as ciências naturais e seus resultados tornaram-se muito contestáveis e pouco científicos (CHAUÍ, 2000, p. 345).

Busca-se, então, uma compreensão de como a ciências humanas e sociais podem dar respostas enquanto campos autônomos de conhecimento, decorrendo disso o entendimento de que precisam ser pensadas e analisadas de modo diferente daquele utilizado para se pensar as ciências naturais e exatas. Como afirma Renato Janine Ribeiro, a eficácia das ciências humanas e sociais não pode ser tomada na mesma medida das demais disciplinas. Seu conhecimento é diferente e carece de modelos de compreensão específicos. A eficácia, assim, não se dá pela produção de coisas, multiplicação de objetos de uso. Se, no plano das ciências aplicadas, a preocupação acerca de modelos mais abrangentes no que toca ao aspecto

humanitário, é apenas a aresta final dos projetos de pesquisa, mas não necessariamente a mais relevante das execuções da investigação, na construção do “mundo humano” (RIBEIRO, 2003) esta é a mais destacada finalidade das viagens investigativas. E, neste ponto, cabe enfatizar que o mesmo que se passa dentro das ciências comumente entendidas como do homem, se passa também na Ciência da Informação (SALDANHA, 2008, p. 82).

3.2.3 A conformação epistemológica do campo

Pela própria estrutura do conhecimento proposto pelas Ciências Sociais entende-se que elas devam buscar um olhar acerca das possibilidades de compreensão do mundo que seja pautado pela diversidade. Nesse sentido é que o próprio desenvolvimento desta área, enquanto campo científico, não poderia ocorrer de modo análogo ao que se desenvolveu nas ciências naturais e exatas.

Não se pode falar em desenvolvimento paradigmático no seio destas ciências, já que elas carregam, desde seu nascimento, a convivência, como ainda hoje ocorre, nem sempre pacífica de escolas de pensamento divergentes, fato que se explica mais claramente quando analisado a partir da distinção feita por Thomas Kuhn:

Sabemos que nas Ciências Sociais a estrutura das movimentações científicas não pode narrar sua história do mesmo modo que o projeto de Kuhn (1975). Primeiro: a) porque ali não há revoluções, pelo menos no sentido do autor, que coloca o termo revolução sob as condições da exclusão e substituição; em segundo lugar, b) não há eliminação das teorias em sentido absoluto, pois dentro de uma comunidade científica sobrevivem ideias que continuam sendo manifestadas, ainda que menosprezadas pelos seus pares – exemplo é a própria experiência “revolução” terminológica ocorrida nos estudos de organização do conhecimento que, uma vez analisada em seus significados, não transformou, excluiu ou substituiu os conteúdos gerais desta área de investigação, posicionando-se, em algumas vezes, como a re-afirmação destes sob a imagem de outros termos; c) não há a constituição de paradigmas unos de orientação por um determinado período; há, acreditamos, a coexistência de teorias – algumas claramente mais bem sucedidas em termos de aplicação do que outras –, diante da multiplicidade de interpretação do social que cada pesquisador propõe; d) as Ciências Sociais não sobrevivem necessariamente sob a promessa de uma teoria segura, mas na instabilidade teórica reflexiva da sociedade que busca compreender; as Ciências Sociais estão permanentemente mais propensas ao imprevisível, do que à regularidade. (SALDANHA, 2008, p. 126-127)

De modo geral, o que se vê nessa concepção é a clareza de que a proposição de Kuhn, não se estende a esfera das questões sociais, entre outros motivos, como já mencionamos, pela coexistência de correntes de pensamento e filiações teóricas diversas. Para além disso, nas

Ciências Sociais o processo de institucionalização ocorreu antes mesmo de existir um consenso sobre a disciplinaridade do campo.

De qualquer modo, as disciplinas das Ciências Sociais se institucionalizaram em departamentos acadêmicos e como lugares de pesquisa e formação profissional, antes da aquisição do consenso – partindo-se do pressuposto de ser esta a trajetória de qualquer ciência – ou apesar de não se enquadrarem na definição de ciência normal. (NEHMY *et al*, 1996, p. 15)

Em termos mais gerais, Saldanha propõe que, ao nos atermos a ideia de ciência em Ciências Sociais, nos termos de Kuhn, é preciso pressupor uma discussão da proximidade entre Ciências Sociais e naturais, bem como pensar também nas questões que as distanciam, levando-se em conta o lugar do qual este autor faz sua proposição. “Uma vez definida esta relação e suas dicotomias, naturalmente a primeira opção que resta é afirmar: a maior parte das Ciências Sociais são pré-paradigmáticas; a menor ainda nem atingiu este estágio – apenas existe como o rascunho de um projeto de institucionalização.” (SALDANHA, 2008, p. 127).

Ademais dessas questões paradigmáticas, Marilena Chauí nos lembra que o fato humano é histórico ou temporal, pois é no tempo que ele surge e se transforma. A autora lembra ainda que os fatos psíquicos, sociais, políticos, religiosos, econômicos, técnicos e artísticos, em cada momento histórico, possuem as mesmas causas gerais, têm os mesmos sentidos e valores que são igualmente seguidos para que possam ser compreendidos, dado que, ao mesmo tempo, são particularidades históricas ou “visões de mundo” específicas, no seio das quais se constituem como fases em que a humanidade se desenvolve de forma geral. A esse processo a autora chama de um processo causal universal, que é o progresso. (CHAUÍ, 2000, p. 347).

3.2.4 Especificidade das Ciências Sociais

É certo que as Ciências Sociais nasceram e começaram a se desenvolver ligadas às ciências naturais, entretanto, ao se aplicar os métodos, teorias e práticas daquelas ao campo social começou-se a perceber o quanto essa atitude limitava as possibilidades de se entender os fenômenos humanos e sociais.

Assim é que, lutando contra opiniões divergentes, as Ciências Sociais vão buscar caminhos próprios, tomando por base sua configuração peculiar em relação às ciências já estabelecidas, olhando para seus objetos de estudo no entendimento de que estes requerem metodologias e teorias específicas para serem apreendidos.

Se determinados critérios demarcatórios, teorias e métodos de outras áreas não se aplicam às Ciências Sociais e humanas, como lembrado por Ribeiro (2003), isso não quer dizer que estas últimas estejam em uma infância lenta e precária, mas simplesmente por possuírem em sua produção efetiva diferenças elementares com as demais ciências. As semelhanças – suas compatibilidades verificáveis – existem, mas não podem encobrir e negligenciar as dicotomias mútuas, as especificidades de cada saber. (SALDANHA, 2008, p. 133)

A partir do momento em que se insere no seio das ciências humanas e sociais, adquire-se a compreensão de que sua visão de mundo carrega elementos que não são comuns a todos os tipos de ciência, como também a consciência de que seu objeto, antes visto como um objeto a ser apreendido, cuja relação com o conhecimento se dava numa atitude sempre passiva, é dinâmico e guarda uma profunda relação com o mundo em que vive, mundo que ele – objeto – influencia e mundo pelo qual é continuamente influenciado, numa perspectiva de interações e correspondências mútuas.

Nesse sentido, somos apresentados à compreensão de que a dinâmica social que se faz presente no contexto das sociedades e tem uma relação intrínseca com os sujeitos. Sendo assim, não é forçoso dizer que parte-se do ponto de vista que em Ciências Sociais

O conhecimento se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e o objeto estudado, pois todos os comportamentos são comportamentos de seres conscientes que julgam situações e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir. O *cientista social* deve levar em conta, além da adequação do pensamento às coisas e os conhecimentos reais de seu tempo, um fator intermediário entre eles, o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada. (grifo nosso). (FREIRE, 1995, p. 05)

Decorre desse entendimento que, em Ciências Sociais, o conhecimento não pode ser apreendido apenas por observação, de forma neutra e impessoal. O conhecimento passa, necessariamente, pelo lugar social, pelas relações entre sujeito e objeto, nas quais são reciprocamente referenciados. Fica, então, claro, no percurso dessas discussões, que a presença do cientista social não pode ser descrita como a de um mero observador. Essa presença precisa estar colocada de modo que seja possível vislumbrar todas as relações que possa implicar para o objeto a ser estudado.

É pertinente considerar também que as Ciências Sociais, por suas próprias características, são influenciadas de modo determinante pelo seu tempo histórico, é o momento vivido pela sociedade que determina, em grande medida, os problemas e as questões a serem por elas tratadas. Assim, sujeitos e objetos carregam a marca de seu tempo, estão imersos no contexto

social que lhes é contemporâneo e são, portanto, eles próprios parte desse contexto, numa relação que não se reduz a dicotomia sujeito e objeto, mas funda-se na relação dialética entre eles.

Com isso, quer dizer que os problemas humanos e sociais são condicionados pelas questões e problemas característicos de seu tempo, ou seja, pelos limites do desenvolvimento social de sua época e que os atores sociais, de modo geral, e os pesquisadores, em particular, são, dialeticamente, frutos e autores de seu tempo histórico. Há, portanto, uma identidade entre sujeito e objeto da investigação. (AZEVEDO, 2004, p. 129)

As Ciências Sociais se apresentam, portanto, com especificidades em relação ao seu objeto de estudo e, assim, são levadas a uma distinção no tratamento de tais objetos. Rendón Rojas afirma que, sendo o estudo da realidade humana a particularidade destas ciências, é necessário tratar o objeto, que na verdade é um sujeito de estudo, de uma maneira específica. Por isso esse autor diz que a primeira condição para se estudar o sujeito é respeitá-lo. Decorre dessa afirmação outra na qual o autor completa que, embora muitas vezes se esqueça, o sujeito não é objeto e sua existência enquanto tal lhe confere certas características, “el sujeto posee voluntad, imaginación, deseos, intenciones, valores, sentidos, imaginarios colectivos, imaginarios individuales.”⁷ (ROJAS, 2008, p. 05).

Analisado por esse prisma, o estudo das Ciências Sociais deve buscar um conhecimento pautado pela compreensão para além da mera explicação dos fenômenos.

El reto de las Ciencias sociales y humanas es alcanzar ese conocimiento evitando la mera descripción y la tentación de convertir al sujeto en objeto, y al mismo tiempo proporcionar la justificación de su conocimiento con una metodología que fundamente la verdad de sus enunciados. Esa metodología puede ser variada y emplear enfoques pragmatistas, constructivistas, fenomenológicos, sociales, hermenéuticos, e incluso en ciertos momentos, cuando se trabajan fenómenos abstractos como el pensamiento, la información, el lenguaje, es posible emplear métodos formales como la lógica; y en otros momentos, por qué no, no huir de la comprobación estadística o empírica.⁸ (ROJAS, 2008, p. 05)

⁷ O sujeito possui vontade, imaginação, desejos, intenções, valores, sentidos, imaginários coletivos, imaginários individuais. (tradução da autora)

⁸ O certo é que em ciências humanas e sociais se deve alcançar esse conhecimento evitando-se a mera descrição e a tentação de converter o sujeito em objeto, e ao mesmo tempo proporcionar a justificação de seu conhecimento com uma metodologia que fundamente a verdade de seus enunciados. Essa metodologia pode ser variada e empregar enfoques pragmatistas, construtivistas, fenomenológicos, sociais, hermenêuticos, inclusive em certos momentos, quando se trabalham fenômenos abstratos como o pensamento, a informação, a linguagem, é possível empregar métodos formais como a lógica e em outros momentos, porque não, não fugir à comprovação estatística ou empírica. (tradução da autora)

Essa análise, faz do entendimento das especificidades dos fenômenos humanos e sociais um caminho importante para o entendimento do próprio sujeito como constituinte desse processo.

Conforme Duarte (2001, p. 37) o sujeito que realiza a ação é que lhe dá sentido, esse sentido da ação reside no sujeito, embora seja ele próprio constituinte dela, visto que a ação não pode ser compreendida para além do sujeito. Ressalte-se ainda que a compreensão da ação social só é possibilitada pelo sentido, o que garante à ação social a racionalidade, sendo pois o sentido aquele que lhe confere objetividade, previsibilidade e, assim, sua análise científica. É o sentido que, interligado à ação e visando um fim pretendido, e estabelecendo relações entre esse fim e os meios possíveis e necessários para a sua realização, permite a ação social tornar-se racional.

Assim, pautados pelas especificidades das Ciências Sociais, é que “com as metamorfoses do ‘objeto’ das Ciências Sociais e a simultânea alteração das possibilidades que se abrem ao ‘sujeito’ da reflexão, colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos.” (IANNI, 1998). É pela possibilidade de um objeto novo a cada momento, não por ser diferente, mas por trazer em seu seio a condição de tornar-se mutável, que as Ciências Sociais estão sujeitas a redefinir continuamente suas metodologias, seja em razão do objeto que pretendem estudar, seja em razão da afiliação teórica com a qual se propõem a olhá-lo.

3.3 Ciência da Informação

3.3.1 Surgimento do campo

O pensamento científico se desenvolveu ao longo de alguns séculos e trouxe com ele o desenvolvimento tecnológico. Especialmente no período pós-guerra, os registros de conhecimento e seus suportes cresceram de forma exponencial, chegando a dimensões impensadas, sendo que também os suportes de registro destes conhecimentos vão ter suas possibilidades de produção e reprodução multiplicados. Baseando-se nessas questões, Saldanha (2008) afirma que “os problemas resultantes deste crescimento estão de um modo geral, diretamente ligados à impossibilidade de controle de produção, recuperação, reconhecimento, tratamento e disponibilização contextualizada de todo o conteúdo imerso nos suportes multiplicáveis.” (SALDANHA, 2008, p. 20).

Para atender a uma demanda por soluções dos problemas relativos ao acúmulo dos conhecimentos disponíveis, bem como de seus suportes cada vez mais diversificados, é que se faz necessário o surgimento de uma disciplina que trate dessas questões. Assim,

O surgimento da Ciência da Informação se localiza no movimento de pesquisadores e estudiosos de diversos campos do conhecimento que buscam aglutinar esforços iniciais para solucionar problemas decorrentes do *boom* bibliográfico e do caos documental. Pelo menos três perspectivas históricas procuram explicar as bases da origem da Ciência da Informação, fundamentadas no desenvolvimento de atividades e estudos em seus contornos práticos e teóricos: a Documentação de Paul Otlet (1868-1944), a Biblioteconomia de Jesse Shera (1903-1982) e a Recuperação da Informação de Vannevar Bush (1890-1974). A primeira na Europa e as duas últimas nos Estados Unidos. (SOUZA, 2008, p. 03)

Todavia, o surgimento do campo não se dá como uma área pensada epistemologicamente, ela resulta muito mais da prática de profissionais que buscam atender a essa nova demanda. Vê-se, assim, embora ainda em consolidação, “a Ciência da Informação emerge enquanto campo do conhecimento em resposta aos desafios colocados pela sociedade em função do desenvolvimento técnico-científico do século XX, principalmente em sua segunda metade.” (GOMES, 2008, p. 02). A autora afirma ainda que, apesar de atender a lógicas sócio-econômicas e culturais utilizando os meios técnicos disponíveis, a Ciência da Informação se articulará acadêmica e institucionalmente ao campo da Biblioteconomia e Documentação. (GOMES, 2008, p. 02).

Naturalmente, o que se chamava – ou se pretendia chamar – de Ciência da Informação nos anos 1960 e 1970, em geral, mesmo tendo por base a preocupação com o controle bibliográfico-informacional realizado pela Biblioteconomia, pela Bibliografia ou pela Documentação, por exemplo, era uma ciência da tecnologia, exata por orientação, voltada para formação de cientistas capazes de construir máquinas que realizassem o que seres humanos já não eram capazes de executar – ou, pelo menos, não conseguiriam executar com a velocidade e a precisão necessária (AUROUX, 1998). Esta ciência apreendia o fenômeno social da informação como objeto científico – tendo o conceito de fenômeno social bastante próximo da teoria de Comte e Durkheim, de cunho positivista, preocupada com o controle/conquista de uma ordem natural, ou seja, o documento e, por extensão, a informação, como entidades coisificadas. (SALDANHA, 2008, p. 23)

Nesse sentido, a busca por uma conformação teórica para o campo, e por uma aceitação desta enquanto disciplina científica, leva os pesquisadores da área a buscar suas origens, na tentativa de estabelecer aquelas que seriam as bases teóricas da Ciência da Informação.

A preocupação teórico-disciplinar está estampada na diversidade de opiniões de pesquisadores da Ciência da Informação que nela se detiveram e reconheceram a importância da obra do advogado belga Paul Otlet intitulada *'Traité de Documentation'*, de 1934, que seria a base para uma perspectiva européia da Ciência da Informação, em particular, em uma vertente francófona; e do artigo do cientista estadunidense Vannevar Bush, intitulado *'As we may think'*, de 1945, que definiria o marco teórico inicial da vertente anglófona da Ciência da Informação. (RABELLO, 2008, p. 20)

Entretanto, o autor destaca, ainda, que essa busca por parte de alguns teóricos não levou a um consenso entre aqueles que defendem uma delimitação do terreno teórico-disciplinar nas duas perspectivas apresentadas.

Por exemplo, autores como Wersig (1993) e Rayward (1991; 1994; 1995) defendem que a Ciência da Informação se originou com a perspectiva européia; já para Saracevic (1996) e Capurro (2003), esta disciplina surgiu na perspectiva estadunidense. Todavia, na opinião de Rodríguez Bravo (2002), ambas as perspectivas se complementam. (RABELLO, 2008, p. 20)

Há autores, no entanto, que defendem que, independentemente da origem, o fato é que “a Ciência da Informação surge, contudo, num movimento contradisciplinar amplo, como resposta ao esfacelamento da ciência, e numa agenda que se configura como resposta ao caos documental.” (SOUZA, 2008, p. 05). Saldanha, por exemplo, apresenta uma discussão importante, ao enfatizar que, num período marcado pela tentativa de novos entendimentos sobre o fazer científico, a Ciência da Informação se apresenta como campo propício ao desenvolvimento dos estudos de organização dos saberes.

É neste estágio, dentro da dinâmica de especialização na filosofia representacionista ocorrida nos estudos de organização do conhecimento, que a CI aparece como nomenclatura institucionalizada para representar uma prática chamada de “nova” em diferentes narrativas – a informação entra definitivamente para a epistemologia dos estudos voltados para organização dos saberes como objeto científico; a expressão “Ciência da Informação” é criada; na década de 1960, o American Documentation Institute altera seu nome para American for Information Science (ASIS); e em 1968, Borko define epistemologicamente o conceito do termo “Ciência da Informação” como significante que responde por uma disciplina científica. (SALDANHA, 2008, p. 24)

Alguns autores entendem, com base nessas questões, que as fronteiras teóricas e as possibilidades epistemológicas para o campo possam ser pensadas pelo prisma de várias abordagens existentes. Assim, Freire, citando González de Gómez, afirma que pesquisadores como Tefko Saracevic e Gernot Wersig tem visões semelhantes ao afirmar que a emergência do campo da Ciência da Informação ocorre na tentativa de dar respostas a problemas que, com existência preliminar ou não, acentuaram-se no período da II Guerra Mundial. Ocorre, então, que “a história dessa nova área do conhecimento institucionalizado [...] acompanha em seu último tramo a trajetória epistemológica do ocidente, a mudança de estatuto do conhecimento e as crises das principais concepções da ciência e da verdade.” (GÓMEZ *apud* FREIRE, 2002, p. 07).

Decorrente de sua institucionalização, vê-se que a área não nasce interdisciplinar e nem pós-moderna, ela é, nas palavras de Saldanha naquilo que concerne à sua construção social, “uma intensificação da especialização no trato da informação, uma especialização de cunho representacionista; no que se refere à sua movimentação institucional, uma transposição deste olhar representacionista epistemológico para o campo político.” (SALDANHA, 2008, p. 93).

A Ciência da Informação, portanto, passa a se constituir ao longo dos anos em uma ciência voltada para um enfoque marcadamente social, pautado pela investigação da atividade humana em seus diversos contextos de produção de conhecimentos.

A Ciência da Informação é um produto da atividade humana que está sendo construído pelos agentes sociais (pesquisadores, profissionais, instituições de ensino e fomento, associações profissionais e científicas, estados e instituições multilaterais) envolvidos com o ensino, a pesquisa e as práticas de organização e recuperação da informação. (ALMEIDA, 2006, p. 170)

Nesse sentido, a Ciência da Informação estrutura-se, segundo Almeida, numa visão que pressupõe que sua preocupação científica deve ir além dos agentes sociais e fundar-se na

divulgação de seu papel junto à sociedade; “entende-se que a Ciência da Informação é um espaço social de produção de conhecimento.” (ALMEIDA, 2006, p. 170).

3.3.2 A cientificidade da Ciência da Informação

Uma ciência se define amplamente pela atuação dos sujeitos que nela se inserem, sendo que, em grande medida, são os praticantes dessa ciência que a definem, conforme nos aponta Araújo: “Na maior parte das vezes, os critérios históricos e sociais, os fatores humanos, as disputas e os interesses dos cientistas são mais relevantes para determinar a evolução, os rumos e direções de uma disciplina científica, do que propriamente os critérios teóricos e epistemológicos, isto é, relativo aos achados de pesquisa e problematização dos conceitos.” (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 95).

Nascida no entremeio contraditório entre as disciplinas sociais e tecnológicas, e no espaço deixado por recortes já instituídos pela biblioteconomia e demais Ciências Sociais, Mostafa (1996, p. 2) entende que a Ciência da Informação é uma nova configuração temática. A então nova disciplina teve como pano de fundo de seu nascimento diversas transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, e seu desenvolvimento histórico deveu-se, sobretudo, ao fato de que os problemas informacionais trouxeram-lhe novos horizontes e modificaram sua relevância para a sociedade.

As sociedades contemporâneas, como afiança González de Gómez (2000), consideram como objetos de pesquisa e intervenção tecnológica, entre outros domínios, o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem. Dentro dessas sociedades, a Ciência da Informação assumiu que “o problema da transferência do conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social e esta responsabilidade social parece ser o motivo real da ‘Ciência da Informação’.” (WERSIG; NEVELLING, 1975).

Ainda no bojo das contribuições de Wersig e Nevelling (1975), Freire aponta que, de acordo com esses autores, a ciência não se justifica em si mesma, sua justificação se dá sempre pelas necessidades sociais às quais deve atender, sendo, portanto, necessário encontrar, especificamente, que razões conduziram ao desenvolvimento da Ciência da Informação (FREIRE, 2003, p. 57).

Acredita-se, por conseguinte, que refletir acerca dos aspectos de cientificidade que permeiam a Ciência da Informação se faz necessário, antes de mais nada, para delimitar seu escopo

enquanto campo científico, sua configuração epistemológica e, ademais, para se fazer entender no seio de sua própria comunidade científica. Tais pressupostos indicam que compartilhar essas posições pode servir para balizar o desenvolvimento da Ciência da Informação e estabelecer entendimentos de cunho identitário.

A reflexão epistemológica sobre um determinado campo científico, embora não tenha, diretamente, objetivos práticos de resolução de problemas imediatos, serve como base para seu crescimento e para a qualidade dos debates desenvolvidos, permitindo à comunidade de pesquisadores e profissionais um entendimento mais aprofundado acerca de sua própria identidade. (AZEVEDO, 2004, p. 123)

Talvez, assim, a própria gênese epistemológica da Ciência da Informação permita entender porque se faz necessário pensar sua condição de ciência, dado que a própria epistemologia pode ser compreendida como a disciplina que tem por objeto as ciências em vias de se fazer, em seu processo de formação e de estruturação progressiva (JAPIASSU; MARCONDES, *apud* RENAULT, 2007, p. 9). Nesse contexto, entende-se que a própria Ciência da Informação se encaixa como objeto da epistemologia aqui em debate, partindo-se das perspectivas que a consideram uma ciência ainda em construção. A proposição feita pelos pesquisadores e pelas instituições sociais de fomento à pesquisa é estratégica para a formulação de discursos que representam sua realidade social. Assim, investigar o que e como pensam os sujeitos ligados às instituições mais representativas no que diz respeito ao fomento à pesquisa pode, em certa medida, resgatar alguns aspectos da dinâmica dos pensamentos enraizados nesse campo (ALMEIDA, 2006, p. 170).

Corroborando com essa perspectiva, Rendón Rojas (2008) apresenta três elementos que considera os motivos pelos quais se deve realizar uma investigação epistemológica em Ciência da Informação: o primeiro seria para um autoconhecimento da disciplina, o que permitiria encontrar sua identidade; o segundo seria para viabilizar sua autoconstrução, fundamentando seu corpo teórico, isto é, criando um corpo conceitual próprio que seja preciso, claro e definido; já o terceiro e último motivo seria para a interdisciplinaridade, que serviria para dialogar e se inter-relacionar com outras disciplinas, tendo, porém, pleno domínio de sua identidade, evitando, de um lado, a tentação de invadir outros campos de conhecimento e, de outro, não ser absorvida por outras ciências.

Esse mesmo autor traz como proposta de objeto de estudo da Ciência da Informação, em última análise, o Sistema Informativo Documental (SID), que se forma na interação entre

informação, documento, usuário e instituição informativa documental. Posteriormente, o profissional de informação passa a figurar nesse sistema de modo explícito – anteriormente, ele se apresentava de maneira implícita dentro da instituição informativa documental – como elemento autônomo do Sistema Informativo Documental. Incluir, dessa maneira, o profissional da informação reflete a natureza social e humana da Ciência da Informação. Tem-se, pois, que tal sistema está integrado pela informação, pelo documento, pelo usuário, pela instituição informativa documental – os quais se encontram em interação e interdependência permanentes.

Ainda se referindo às concepções de Rojas, a partir do sistema informativo documental surgem teorias diversas para explicar o fenômeno informativo. Tais teorias formam o “cinturão protetor” do programa científico a que correspondem e, conseqüentemente, é nessa parte do programa de investigação da Ciência da Informação que se manifesta a diversidade de propostas teóricas, como também é nesse espaço que aparecem, transformam-se ou desaparecem teorias. Esse cinturão tem como objetivo filtrar aquilo que chegará ao núcleo do programa de pesquisa, constituindo um espaço no qual o programa aceita ou rejeita teorias.

Conclui-se, então, que dentro dessa perspectiva, apontada por Rendón Rojas, refletir sobre a epistemologia da Ciência da Informação é necessário para seu posterior desenvolvimento e fortalecimento, tanto do ponto de vista disciplinar interno quanto do ponto de vista social externo.

En ciencias sociales y humanas siempre existirá una discusión sobre cuál marco filosófico será el adecuado, lo cual, lejos de ser una característica negativa, refleja la naturaleza compleja del fenómeno humano y social. En Ciencias sociales y humanas observamos que hay una comunidad científica pero una diversidad de escuelas y corrientes sin que esto rompa la unidad que como comunidad se tiene. (ROJAS, 2008, p.?)⁹

Contudo não se deve perder de vista que, mesmo se reconhecendo a diversidade de enfoques que pode existir em uma ciência social e humana, isto não significa, ainda de acordo com Rendón Rojas, que “tudo vale”, antes, significa ser necessário que todo o contexto de estudo desses fenômenos estejam fundamentados epistemologicamente e, conseqüentemente, por uma filosofia coerente e teoricamente forte.

⁹ Em Ciências Sociais e humanas sempre existirá uma discussão sobre qual marco filosófico será o adequado, o que, longe de ser uma característica negativa, reflete a natureza complexa do fenômeno humano e social. Em Ciências Sociais e humanas observamos que há uma comunidade científica, porém, uma diversidade de escolas e correntes, sem que isso rompa a unidade que como comunidade se tem. (tradução da autora)

Faz-se imperioso, conforme destacado por Souza (2008, p. 7), uma vigilância epistemológica fundamentada na ideia de que a busca e/ ou adoção de teorias e metodologias localizadas e momentâneas, em função de exigências de um recorte empírico específico, pode não representar um excedente epistemológico à área, não devendo, portanto, ser considerada como necessariamente fecunda à consolidação da mesma. “O tempo talvez seja o argumento mais forte para dizer da falta de teorias e métodos consistentes.” (RENAULT, 2007, p. 59). Enquanto isso, cabe aos cientistas da informação buscar contribuições teóricas que lhes permitam desenvolver e aprofundar teorias de sua área de atuação.

No que tange a busca por uma consolidação teórica para a Ciência da Informação, o trabalho de Mikhailov apresenta-se com uma autoridade singular, conforme podemos observar:

O Comitê de Pesquisa Teórica da Informação da Federação Internacional de Documentação, presidido por A. Mikhailov publicou com apoio do VINITI¹⁰, o documento FID 435 sobre “os aspectos teóricos da informática¹¹”, no qual havia a proposição de um fundamento social para a Ciência da Informação e atribuindo sua emergência a um processo histórico relacionado à necessidade de comunicação do conhecimento no campo científico. Pinheiro (1997) nos diz que, “sob o ponto de vista da elaboração de uma teoria da Ciência da Informação”, este é um documento de extrema importância. (FREIRE, 2003, p. 55)

Houve, de acordo com Renault, dois grandes eventos da Ciência da Informação que tiveram importância capital para o aprimoramento das discussões teóricas na área. Foram eles a segunda reunião do ‘*Georgia Institute of Technology*’ em 1961/62 e três décadas depois a reunião realizada em Tampere, na Finlândia em 1991: “Quanto à segunda conferência do ‘*Georgia Tech*’, esta já se tornou referência na área, pois formulou a primeira definição clássica do que seja a Ciência da Informação. Apesar de haver controvérsias quanto ao seu pioneirismo, alguns indícios revelam que essa definição influenciou as demais em anos subsequentes.” (RENAULT, 2007, p. 12 e 13). Quanto ao refinamento dos debates teóricos para a área, o autor se mostra, enfim, entusiasmo motivador:

O esforço em identificar problemas de informação talvez tenha sido uma das primeiras tentativas de legitimação e instauração da CI como disciplina científica. Talvez o grande problema dessa concepção seja de que a ausência de teorias, ou até mesmo boas elaborações conceituais, tenha feito com que houvesse, como ainda há, dificuldade em se delimitar

¹⁰ Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii, organismo de informação científica e tecnológica vinculado à Academia de Ciências da Rússia, criado em 1952 e dirigido, desde o início, por Mikhailov.

¹¹ Informática (Informatik) é o nome dado para a teoria da informação científica e representa a corrente soviética.

a essência da Ciência da Informação e sustentá-la como ciência de fato, com objeto e metodologias próprias. (RENAULT, 2007, p. 16)

A Ciência da Informação, inicialmente, teve um enfoque prático disciplinar e, somente depois, houve a preocupação por parte de seus pesquisadores “em justificá-la histórica e epistemologicamente.” (RABELLO, 2008, p. 20). Como panorama geral, percebe-se a necessidade latente que tem a Ciência da Informação de rever e ampliar seu quadro teórico-metodológico em busca de uma cientificidade que lhe permita tratar seus problemas à luz de um universo científico próprio.

Para se desenvolver o corpo teórico desta disciplina é imprescindível que não se perca de vista o fato de que ela é marcada pela interdisciplinaridade, sendo influenciada por disciplinas também fragmentadas. Para a construção de uma base teórica deve-se ter em conta que a CI “é uma ciência preocupada com os seres humanos e com a forma como usam o conhecimento.” (RENAULT; MARTINS, 2007, p. 143-144)¹²

No bojo dessas preocupações, deve-se ter em mente que o fato da Ciência da Informação ser uma disciplina fragmentada, influenciada por outras que também o são, pode levá-la a não encontrar concepções hegemônicas. “A discordância quanto aos fundamentos e relações inter e multidisciplinares fazem com que as concepções e a literatura sobre Ciência da Informação originem-se de correntes de pensamento heterogêneas, algumas até mesmo dicotômicas, rumo à construção teórica.” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 54).

Pensar a emergência do relacionamento da Ciência da Informação com outros campos, fez com que Freire buscasse, nas discussões de Saracevic (1991), argumentos que corroborassem com sua opinião. Advertindo-nos que após terem se passado mais de duas décadas, faz-se pertinente desenvolver abordagens teóricas e metodológicas que favoreçam a interdisciplinaridade e permitam o relacionamento da Ciência da Informação com outros campos científicos (FREIRE, 2003, p. 51).

Considera-se, assim, que os cientistas são os sujeitos que, em uma ciência, constroem os critérios de cientificidade e os divulgam através de diversos meios, e como Saracevic afirmara já em 1991, a Ciência da Informação é um fenômeno da comunicação humana e, enquanto tal,

¹² Essa reflexão incorporada na discussão feita por Renault e Martins (2007) é retirada de um artigo publicado em 1993 por Wersig.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

“os problemas de informação não podem ser abordados dentro de apenas uma área da atividade científica.” (FREIRE, 2003, p. 51). Abre-se, então, à Ciência da Informação, a possibilidade de compartilhar visões com outros campos, devendo-se ter em mente, no entanto, que tal abertura precisa, necessariamente, “ser acompanhada de uma busca de referenciais consistentes que deem sustentação aos trabalhos de investigação” (AZEVEDO, 2004, p. 123), que sob o ponto de vista da formulação epistemológica da Ciência da Informação nos oferece, de acordo com Renault (2007, p. 56), “outra possibilidade, encontrada na epistemologia weberiana, que é o construtivismo epistemológico, no qual o conhecimento é concebido como uma construção dos sujeitos”.

Nessa busca, os próprios sujeitos fazem a ciência, são os agentes de seu desenvolvimento e, portanto, seus construtores, pois “considera-se que os cientistas são os sujeitos que, em uma ciência, constroem os critérios de cientificidade e os divulgam por meio de artigos científicos, livros, palestras, comunicação informal e outras formas de veicular suas pesquisas e impressões do que acreditam ser o conhecimento científico.” (ALMEIDA, 2006, p. 170).

Para além dessas questões, impõe-se ao campo uma ininterrupta justificação, sob diversos ângulos busca-se conceituá-lo enquanto campo científico e por isso pairam sobre ele dificuldades e controvérsias.

A procura por conceituar aquilo que, para muitos, significava uma nova ciência faz com que inúmeros trabalhos se interroguem sobre a cientificidade de um campo de investigação para informação e da própria noção de informação. Mas parece que, dada a configuração excessivamente empírica dos estudos informacionais, por mais que vozes teóricas se manifestem aqui e acolá, a memória de seus relatos permanece dormindo entre a grande massa de trabalhos práticos. (SALDANHA, 2008, p. 79)

Autores como Heilprin acreditam que ainda não surgiram as fundações adequadas, do ponto de vista científico e epistemológico, para a Ciência da Informação em geral “(...) é que as fundações da Ciência da Informação são multidisciplinares e, de alguma maneira, intratáveis, até que os muitos campos envolvidos estabeleçam uma síntese.” (HEILPRIN *apud* SILVA, 1999, p. 103). Essa conclusão justifica a lacuna teórica inerente à natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, uma vez que o seu avanço depende de uma síntese de *inputs*, provenientes de muitas ciências. Numa tentativa de resolver esse impasse posto pela questão da cientificidade, ou pelo menos de apresentar contribuições a essa questão

Shera (1973) propõe uma outra sensibilidade para a CI: a área mais sensível a um conjunto maior de experiências, uma circularidade. Neste aspecto, para o autor, o estudo da Epistemologia Social é, antes, a evidência da responsabilidade social da área na sociedade em que ela coexiste – e daí, sua cientificidade. (SALDANHA, 2008, p. 202)

De todos os pontos possíveis de interlocuções, nos diversos aspectos que permeiam a questão da cientificidade, “a área cada vez mais se revela como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil.” (ALMEIDA, 2006, p. 176). Assim, “o caráter essencial para a CI como área científica deve ser o progresso do conhecimento produzido pelo campo.¹³” (MATHEUS, 2005, p. 22).

3.3.3 Desenvolvimento da área

A Ciência da Informação vai, então, se desenvolver voltada para o trato das questões ligadas à informação e seu contexto social de produção e uso. Conformada em meio a uma sociedade marcada pelo conhecimento disciplinar e por configurações teóricas diferentes das que se apresentam como pertinentes ao campo, a Ciência da Informação depara-se com dificuldades na delimitação de seu campo específico de atuação.

Enquanto algumas áreas perceberam alguns problemas decorrentes da especialização exagerada e, a partir daí, procuraram desenvolver práticas metodológicas contradisciplinares, a Ciência da Informação, conforme destacado anteriormente, surge como uma das respostas a dois problemas interligados: o problema da disciplinarização e o crescimento exponencial da produção. Daí decorrer que, o seu arcabouço teórico-metodológico se apresenta como um conjunto de conteúdos originários de áreas participantes de sua constituição, existindo uma dificuldade de identificação do seu campo específico. Da mesma forma, o campo tem encontrado algumas dificuldades para delimitar teórico-metodologicamente seu objeto de estudo, que se apresenta como objeto empírico de estudo de diversas áreas de conhecimento. (SOUZA, 2008, p. 08)

Ocorre, todavia, que, em se tratando de se estudar fenômenos humanos pautados no uso da informação, um único campo de conhecimento não daria, naturalmente, conta de resolver sozinho o problema. Resulta, pois, necessário desenvolver pelo prisma informacional abordagens teórico-metodológicas que facilitem as relações interdisciplinares da Ciência da

¹³ MATHEUS, Renato Fabiano. **Desafios para a ciência da informação**: enfrentando dificuldades paradigmáticas, dilemas e paradoxos através de programas de pesquisa interdisciplinares [não publicado], 2005. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000238/02/MATHEUSDesafioV0.57.pdf>. Acesso em : 01/01/2010.

Informação. Essa abordagem é tratada por Freire numa análise das afirmações de Saracevic, explicando que essa necessidade se dá porque

tendo a informação adquirido extrema relevância para a produção social, sua organização e socialização têm, também, adquirido maior importância e valor social. Nesse contexto, cresce a responsabilidade da Ciência da Informação, enquanto atividade social, cabendo-lhe buscar, nessa interdisciplinaridade, sua estratégia de atuação. (FREIRE, 1995, p. 03)

Portanto, a Ciência da Informação encontra nessa característica interdisciplinar os insumos para definir como lidar com seu objeto, e como assumir perante ele sua responsabilidade enquanto campo científico que busca um novo olhar sobre os fenômenos que trata.

à medida que cada ciência social progride, sua interação com as outras é “intensificada”. Logo, a CI certamente terá cada vez “mais” interdisciplinaridade – se relativizarmos a noção como em geral é feita na epistemologia informacional - por uma ordem social do desenvolvimento científico, não por uma ordem natural, ou por razão de sua natureza. (MILLS *apud* SALDANHA, 2008, p. 113)

Sendo uma área que trata das questões sociais, nas quais sua relevância pode ser sentida de forma cada vez mais evidente, a Ciência da Informação necessita fundamentar sua epistemologia, dado que seus problemas apresentam-se com múltiplas visões de mundo e entrecortados por diferentes perspectivas.

Como ciência interdisciplinar, a Ciência da Informação permeia diversas áreas, sendo por elas influenciada e ainda carecendo de sólidos fundamentos epistemológicos. A análise dos problemas relacionados ao ciclo da informação é feita de modo multifacetado e fragmentado, com o uso de diversos métodos e metodologias que muitas vezes falham ao se reportar à sua base epistemológica e que ilustram uma dependência intrínseca, mesmo que involuntária, quanto às preferências pessoais ou coletivas dos autores, preferências que nem sempre são claramente expostas. (MARCIANO, 2006, p. 182)

Nessa visão, de que a epistemologia funda as razões de ser de um campo científico e na qual a perspectiva interdisciplinar é constante, temos que “se recorre a la interdisciplina para la construcción de la estructura teórica (conceptos, enunciados, teorías) al estudiar un objeto de estudio complejo.”¹⁴ (ROJAS, 2008, p. 06). Eis como é o objeto de estudo da Ciência da Informação.

¹⁴ recorre-se à interdisciplinaridade para a construção da estrutura teórica (conceitos, enunciados, teorías) ao estudar um objeto de estudo complexo. (tradução da autora)

Em uma análise mais detalhada dessas questões, percebe-se que no campo da Ciência da Informação, uma visão de mundo única não pode dar conta de responder aos anseios sociais que se apresentam. Assim, percebe-se a limitação da tentativa de se adotar um paradigma para o campo, visto que pela própria definição de seus objetos de pesquisa, há uma tendência a conviver com múltiplas abordagens teóricas. Desta forma,

desde o princípio, aquilo que era definido como paradigma em CI não cumpria suas promessas – em outras palavras, não foi, em momento algum, um paradigma, pelo menos segundo a conceituação kuhniana. Desta forma, neste contexto específico, Kuhn (1975) era utilizado tanto como recurso historiográfico para afirmar politicamente uma nova área – lembremos, estes mesmos autores apontam a fragilidade epistemológica da área neste momento – como para distanciar a sua suposta nova área de outros campos da organização do conhecimento, em um claro movimento de procura de visibilidade e respeitabilidade científica, lembrado por Goffman em 1970. (SALDANHA, 2008, p. 136)

Decorre dessa ponderação que a tentativa de se adotar um paradigma na área voltou-se numa proposta limitadora e de cunho reducionista. O campo que lida com um objeto de estudos dinâmico, exposto as múltiplas verdades e diferentes intenções, deve se permitir conviver com a diferença, com a contradição e a proposta de múltiplos olhares. Assim, Marciano enfatiza a existência de uma extensa gama de epistemologias possíveis para circunscrevê-lo:

Se, por um lado, isso corrobora em termos basilares a interdisciplinaridade atribuída a essa ciência, uma vez que lhe dá maleabilidade na escolha das ferramentas e recursos a serem utilizados, capacitando-a a imiscuir-se entre diversos domínios, fornecendo-lhes e deles obtendo suporte instrumental, por outro indica claramente a necessidade de uma melhor fundamentação dessa ciência sobre alicerces mais estáveis. Ao lado desse debate epistemológico, ocorre um outro pelo viés filosófico-ontológico, no qual os filósofos e os teóricos dos fundamentos da Ciência da Informação visam a identificar e caracterizar claramente as próprias bases filosóficas dessa ciência. (MARCIANO, 2006, p. 182)

Para além dessas questões até aqui arrazoadas, entretanto, no discurso presente na Ciência da Informação, percebe-se a necessidade latente de justificação em níveis paradigmáticos:

Em uma crítica mais sensível, parece que a CI está mais preocupada com o “complexo” de ser “ciência imatura”, devido à leitura de seus teóricos realizada a partir de Thomas Kuhn (este que, como outros, falava para aquelas ciências naturais, e não das Ciências Sociais, e não da CI), que preocupada com a complexidade que há em seus possíveis núcleos identitários. (SALDANHA, 2008, p. 98)

O campo, enquanto pautado por um pensamento científico, nos dizeres de Souza, está ligado a duas vertentes, uma que se apresenta mais próxima das ciências naturais e exatas e outra que

está mais ligada às ciências compreensivas; a primeira está voltada para estudos ligados ao paradigma físico da informação e a segunda volta-se ao estudo do paradigma sócio-cognitivo (SOUZA, 2008, p. 15). Contudo, é no entendimento contemporâneo da sociedade de sua própria constituição que a Ciência da Informação vai encontrar-se melhor representada. Advém do reconhecimento de uma sociedade pós-moderna que

Diversas características, dissociadas do contexto da modernidade, têm sido apontadas como evidências de uma pós-modernidade, tais como a perda de confiança na razão, nas metanarrativas e no conhecimento científico tradicional, a interdisciplinaridade, a virtualização das relações humanas, a preocupação com os problemas ambientais, o consumismo, entre outros. Diversos autores, como Boaventura Santos, Edgar Morin e Fritjof Capra, têm postulado, então, a existência de uma nova forma de fazer ciência, ou o surgimento de um novo tipo de ciência, tida como pós-moderna. (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 11)

Esse postulado de um novo tipo de ciência, ou ainda, uma nova maneira de compreender o fazer científico, apresenta-se como o nascimento de um novo paradigma científico, identificado como paradigma emergente ou paradigma de uma ciência pós-moderna. “Este paradigma teria um cunho especulativo, superando a dicotomia entre ciências naturais e Ciências Sociais, assim como a re-valorização dos estudos humanísticos.” (SALDANHA, 2008, p. 232). Para Boaventura Souza Santos, é na aproximação entre ciências naturais e Ciências Sociais que estas últimas se aproximam das humanidades, ponto em que é endossado por Saldanha (2008), que em referência a suas reflexões afirma: “o grande valor das humanidades é terem resistido à separação entre sujeito e objeto, preferindo ‘a compreensão do mundo à manipulação do mundo’, o diálogo à representação.” (SALDANHA, 2008, p. 232).

Ainda no tocante às contribuições de Santos, ARAÚJO afirma que ele se apresenta entre os autores que defendem a prática de uma “ciência pós-moderna”, cuja construção vai ser orientada por princípios diferentes daqueles que norteiam a prática das ciências modernas. “Vê-se que não tem sido possível a construção de uma CI puramente técnica/ fisicista e sem sujeito e, assim, caminhar mais proximamente às CHS [ciências humanas e sociais] tem se mostrado promissor.” (AZEVEDO, 2004, p. 132). Consolidar a área de Ciência da Informação no Brasil é uma tarefa que deverá passar “pela consideração dos aspectos humanos envolvidos, isto é, das compreensões específicas daqueles que vêm atuando na área e, com essa atuação, construindo-a da maneira como ela existe hoje.” (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 20).

3.3.4 Conformação epistemológica da área

Pensar a Ciência da Informação enquanto campo científico, no contexto epistemológico, nos leva ao entendimento de que “a epistemologia, como campo da filosofia, dedica-se tradicionalmente ao ‘estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas’, visando identificar seus fundamentos lógicos, seu valor e seu alcance objetivo.” (AZEVEDO, 2004, p. 123).

Entender os fundamentos que norteiam a visão de uma epistemologia para o campo pauta-se pela ideia de que a Ciência da Informação, como apontado por Saldanha é uma ciência humana, ou antes, social-humana, mais que uma disciplina social aplicada. Assim o autor argumenta que ela é, portanto, “fruto direto de um pensamento pragmático dentro a epistemologia dos estudos informacionais que pode ser percebido para além do termo ‘Ciência da Informação’.” (SALDANHA, 2008, p. 87). Outros autores discorrem igualmente:

Em trabalho recente, Pinheiro (2005) cita cinco artigos publicados no ARIST que voltaram a atenção para a história e epistemologia da Ciência da Informação. A partir desses artigos e de suas referências, a autora constrói um delineamento histórico da área, dividindo-a em 3 fases: a) de 1961/62 a 1969 – Fase conceitual e de conhecimento interdisciplinar; b) de 1970 a 1989 – Fase de delimitação do terreno epistemológico: princípios, metodologia e teorias próprios e influência das novas tecnologias e c) o período de 1991 a 1995 – Fase de consolidação da denominação e de alguns princípios, métodos e teorias, além do aprofundamento da discussão sobre interdisciplinaridade com outras áreas. (RENAULT, 2007, p. 12)

Com base em estudos e adoção de estruturas teóricas, a área pode delinear um horizonte possível para a construção de uma base epistemológica. Nesse sentido, adotar uma proposição paradigmática para o campo não é uma ideia fértil, visto que observa-se um desenvolvimento melhor numa relação com os outros campos de conhecimento.

A CI, como ciência social aplicada, tende a importar inúmeros conceitos das Ciências Sociais e humanas em geral – mas também, como tantas, por necessidade, apresenta uma grande rede de empréstimo de vocábulos de disciplinas de estruturas teóricas e metodológicas diferentes, como as ciências exatas e biológicas. Este empréstimo, como visto, é muitas vezes confundido com uma movimentação interdisciplinar. (SALDANHA, 2008, p. 122)

Para se pensar o desenvolvimento epistemológico da área, desde o início, deve-se ter em mente que ele aponta para a formulação de um entendimento da complexidade que permeia todas as estruturas e fenômenos sociais com os quais lida a Ciência da Informação. Assim, a

natureza dos fenômenos abordados pela área é de tal forma ampla e complexa, que é necessário entendê-la a partir de dois contextos distintos.

Assim, na definição de seus domínios epistemológicos, é preciso considerar que a informação se manifesta nos dois contextos amplos e complexos de conhecer e comunicar. Enquanto fenômeno, ela medeia esses dois processos, respectivamente, na relação sujeito-objeto e sujeito-sujeito (sujeito-máquina), que se fundamenta numa relação mais ampla – mente-mundo. (SOUZA, 2008, p. 04)

Inseridos nesses contextos, o conjunto de saberes que visam sistematizar o conhecimento científico do campo se desdobra na busca de uma epistemologia social. Tal ponto de vista se apresenta nos estudos de Marteleto (2002), citada por Saldanha como uma epistemologia que “participa da teorização por um humanismo ‘perdido’, bem como da formulação de Boaventura Santos (1989) por uma outra ruptura epistemológica, ligada à aproximação do conhecimento até então compreendido como senso comum.” (SALDANHA, 2008, p. 220). Ainda nessa mesma menção, o autor afirma que essa epistemologia traz contribuições para compreender o homem e suas relações sociais, bem como as esferas éticas e solidárias que compõem tais relações. A proposição de uma epistemologia social como elemento que vai caracterizar o campo “preocupa-se com a iluminação das comunidades interpretativas, ou seja, dos inúmeros grupos sociais que constroem significados de informação, fazem uso de tecnologias e reconstróem modos de interpretá-las.” (SALDANHA, 2008, p. 220).

O contexto moderno de produção do conhecimento, momento em que surge a Ciência da Informação, é fortemente caracterizado por três estágios que devem ser levados em consideração em qualquer proposta de construção e consolidação epistemológica de um campo de conhecimento: o crescimento exponencial de conhecimento, o conseqüente aumento de fontes de informações em diversos formatos e a especialização do saber, que fundamenta a constituição de novas disciplinas e novos campos de conhecimento. Ao mesmo tempo em que o conhecimento vem expandindo sem precedentes, nas últimas décadas, este tem também tornado obsoleto cada vez mais rápido, exigindo constante vigilância e verdadeira ruptura epistemológicas em algumas áreas específicas. (SOUZA, 2008, p. 07)

Decorre destas questões referentes ao pensar e fazer científico, que a Ciência da Informação, ao lidar com a proposta contemporânea de conhecimento, se vê frente a problemas epistemológicos novos e em grande medida sem solução aparente. Cabe a ela, enquanto campo autônomo de conhecimento, buscar soluções que permitam trabalhar na perspectiva de construir um arcabouço epistêmico que dialogue com as questões que se apresentam como problemáticas ao campo.

Partindo desse ponto de vista e buscando um olhar mais próximo da prática na Ciência da Informação, Saldanha apresenta uma reflexão na qual a pesquisa teórica do campo esteve voltada largamente para os meios e produtos que permitissem a construção de sistemas de informação, dos quais decorreria uma circulação eficaz de conhecimento para um grupo de usuários.

De um modo geral, a urgência de práticas contextuais imediatas no solo das trocas informacionais terminou por definir uma história epistemológica da área mais envolvida com a explicação de possibilidades e alternativas de recuperação da informação que com uma filosofia de salvaguarda e de intervenção, de justificação, preocupada em contextualizar a CI como campo científico e em apresentar-se como aporte de esclarecimento e fundamentação de práticas cotidianas de construção do conhecimento, com seu foco na organização dos saberes. (SALDANHA, 2008, p. 172)

Assim, uma epistemologia que pautar a construção do conhecimento e auxilie o campo na organização dos saberes é que deve ser o foco epistêmico buscado. Nesse sentido, a contribuição dos pesquisadores do campo se faz pertinente, na medida em que estes devem buscar construções teórico-metodológicas que propiciem uma identificação ao campo. Assim, Souza, ao enfatizar essas questões, afirma também que esse processo guarda uma complexidade latente, especialmente quando se trata de ciências humanas e sociais, analisado o “seu objeto de estudo que fala, exigindo do pesquisador maior rigor metodológico na apresentação dos resultados dessas descrições, que, nas palavras de Domingues (2004), podem não apenas ser diferentes, mas opostas e mesmo contraditórias.” (SOUZA, 2008, p. 12-13). Esse autor destaca ainda outro ponto importante para nossa discussão, no qual coloca que

Faz-se necessário destacar preliminarmente, portanto, que a consolidação do campo específico da Ciência da Informação impõe cada vez mais a necessidade de estudos e reflexões epistemológicas que resultem em confluências teórico-metodológicas capazes de possibilitar o entendimento de problemas complexos relacionados a todo o fenômeno informacional e, por conseguinte, o desenvolvimento de teorias, métodos e técnicas que os fundamentem, e que, pelo menos, aproximem do equacionamento desses problemas. (SOUZA, 2008, p. 02)

Contudo, se faz pertinente pensar como a questão epistemológica é importante para contextualizar uma disciplina científica e, ainda mais, para enfatizar a importância de se localizar o pensamento produzido no campo. Tal panorama nos leva à percepção de que a Ciência da Informação caminha na direção de uma epistemologia reflexiva, embora não tenha alcançado ainda um patamar de reflexão que se possa considerar suficiente para as discussões

epistemológicas do campo. No entanto, algumas posições se mostram satisfatórias a esse desenvolvimento, como é o caso de Capurro (1991), cuja contribuição pode ser sentida no seio da Ciência da Informação, quando “manifestou através de uma frase o elemento que mais colaborará para a iluminação de um outro complexo de pensamento dentro da epistemologia da CI: o principal conceito em CI não é informação; o principal conceito desta área é o homem.” (SALDANHA, 2008, p. 186),.

Nessa perspectiva se considera relevante “discutir sobre as questões epistemológicas da CI e traçar uma linha evolutiva no pensamento científico da área contribuindo para que a CI possa escrever a história de seu desenvolvimento teórico.” (NUNES; MURGUIA, 2008, p. 02). Para tanto, não é demasiado ressaltar, sobretudo, a atitude que deve ser adotada por seus pesquisadores:

A Ciência da Informação deve procurar, portanto, construir uma vigilância contínua na adequação das interlocuções com outras áreas, em busca de uma identidade e, ao mesmo tempo, romper com metodologias e técnicas que cerceiam ou esvaziam os significados dos resultados de pesquisas, sobretudo, daquelas que trabalham sob a vertente do paradigma social, que abordam os processos de significação e o papel do sujeito cognoscente nesses. (SOUZA, 2008, p. 10)

No contexto de tais reflexões a Ciência da Informação deveria proceder a uma reformulação ou mesmo uma ampliação, em certo sentido, de seu quadro teórico-metodológico quando se trata de pensar as questões que permeiam o seu universo científico e disciplinar (RABELLO, 2008, P. 17). Todavia, não se pode desconsiderar que no desenvolvimento epistêmico de um campo científico surja problemas de natureza conceitual e, uma vez que o campo busca conceitos bases de outras áreas, tal apropriação pode se tornar problemática em relação a questões como a identificação e definição dos mesmos, conforme afirma Souza:

Entende-se, portanto, que a Ciência da Informação deve desenvolver uma tópica em forma de rede aproximando os conceitos a partir de abordagens transdisciplinares. Isso significa, em última análise, compreender que a consolidação do campo se dará em função do que González de Gómez (2000) denominou de excedente epistemológico sedimentado na efetiva interlocução com as áreas próximas. (SOUZA, 2008, p. 11)

3.3.5 Sobre paradigmas e abordagens no campo

A Ciência da Informação pode ser dividida em uma série de abordagens epistemológicas que, desde o seu nascimento, foram se desenvolvendo de acordo com os objetivos latentes no campo. Assim, não se empreende aqui uma discussão de paradigmas – tal qual é discutido na área em relação à proposição de Thomas Kuhn – antes, esta análise se detém na busca de outro horizonte, qual seja o de discutir as questões epistemológicas do campo sob o entendimento de que aqui deve-se falar em abordagens e não em paradigmas.

Os paradigmas, da forma como sugerido originalmente por Kuhn, não podem ser aplicados diretamente à CI, devido aos seguintes fatos: a CI é uma ciência aplicada, que surgiu da fusão de outras áreas, sendo que tais ciências aparecem no texto de Kuhn como exceção à regra das ciências paradigmáticas; os membros da comunidade de pesquisa em CI provêm de diversos ramos do conhecimento básico, e são treinados em diferentes técnicas e teorias, tendo conseqüentemente, nos termos de Kuhn, diferentes visões de mundo; a CI não tem na informação um objeto de estudo bem definido, o que seria necessário para a formação de uma comunidade científica associada a um paradigma; a “insulação” científica, ou esoterismo, não é uma opção para a CI, dada sua característica interdisciplinar, sua vinculação com a tecnologia e com a sociedade. Autores que utilizaram o termo paradigma em textos que influenciam a CI, como por exemplo Boaventura Santos e Rafael Capurro, têm abordagens mais recentes como o movimento contra-hegemônico e o pós-colonialismo no caso do primeiro (SANTOS, 2004b, 2004) e a Angelética no caso do segundo (CAPURRO, 2000, 2003c, 2003b), nas quais a expressão paradigma científico deixou de ter um papel tão relevante.¹⁵ (MATHEUS, 2005, p. 20-21)

Adota-se aqui uma perspectiva que visa abordar algumas caracterizações contemporâneas da Ciência da Informação, cuja discussão infere-se ser pertinente dado que o objetivo desta pesquisa baliza-se na tentativa de encontrar teorias concernentes ao campo e essas caracterizações podem nos ajudar a compreender e melhor direcionar essa busca.

O campo epistemológico da Ciência da Informação esteve voltado primeiramente para uma abordagem centrada no usuário, cujo objetivo era entender o uso da informação pela ótica dos sistemas de tratamento e recuperação da mesma. Com o desenvolvimento das perspectivas do campo e de outras áreas com as quais mantinha um diálogo produtivo, a Ciência da Informação adotou uma visão que aceitava a presença dos indivíduos, passando a considerar

¹⁵ MATHEUS, Renato Fabiano. **Desafios para a ciência da informação**: enfrentando dificuldades paradigmáticas, dilemas e paradoxos através de programas de pesquisa interdisciplinares, [não publicado], 2005. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000238/02/MATHEUSDesafioV0.57.pdf>. Acesso em : 01/01/2010.

não apenas o uso da informação, mas também o comportamento informacional dos sujeitos. Decorrente dessas visões e do próprio desenvolvimento epistemológico do campo, os indivíduos passam a ser entendidos como sujeitos a partir de suas práticas informacionais, sendo considerados como agentes ativos no processo informacional e não apenas como receptores passivos de informação.

Diante dessas questões, que muito dizem sobre a divisão contemporânea da Ciência da Informação, apresentamos algumas abordagens trabalhadas no campo. Não é demasiado ressaltar que não concluímos aqui a enumeração de abordagens utilizadas atualmente, antes, nos detivemos na apresentação daquelas que se fizeram presentes em nosso percurso teórico.

Uma proposição de um paradigma alternativo para o campo é feita por Brenda Dervin, que apresenta a informação como uma construção contínua dos indivíduos que dentro das restrições dos sistemas de recuperação da informação são seres livres para, através de tais sistemas, criar situações a sua escolha. Essa proposição tem por base três abordagens que facilitarão o estudo dos usuários. A primeira delas é a dos “valores e usos”¹⁶, cujo foco é a percepção que os indivíduos têm da utilidade e dos valores dos sistemas de informação. A segunda abordagem apresentada é a do “sense-making”, em que se analisa a forma como os indivíduos atribuem sentido ao seu mundo e como a informação é utilizada nesse processo. A terceira e última abordagem é a dos “estados anômalos” do conhecimento, que tem por objetivo analisar como as pessoas buscam informações que dizem respeito a situações nas quais seu conhecimento é insuficiente. A abordagem alternativa proposta pela autora tem por objetivo não a medição do desempenho dos sistemas e sim a identificação de características dos usuários que irão utilizá-lo.

Outra perspectiva presente no campo da Ciência da Informação é a abordagem tecnológica identificada por autores como Tefko Saracevic. Alguns autores afirmam que o trabalho de Saracevic sintetiza a origem e evolução do campo “sendo iniciado pela afirmativa de que um campo é definido pelos problemas que trata e pelos métodos escolhidos para solucioná-los ao longo do tempo.” (PINHEIRO, 1997, 1999). Na apresentação dessa orientação da Ciência da Informação, o autor cita algumas abordagens que para ele foram direcionando o campo em seu desenvolvimento.

¹⁶ Users-values, no original.

O campo, que emergiu nos anos 60, adota uma postura em que a Ciência da Informação deve se preocupar com os problemas da informação, suas propriedades, comportamento, fluxos e meios para processá-la, conforme apontou Harold Boroko em 1968. Nessa linha, Saracevic afirma que os objetivos da Ciência da Informação se tornaram mais detalhados, em vista de um entendimento mais específico das análises que deveriam ser feitas pela área. De acordo com esse mesmo autor, nos anos 70, outro estudioso, Goffman, vai definir de forma clara quais são os objetivos da área, a saber as propriedades e processos de comunicação que vão direcionar o comportamento dos usuários, bem como em todos os sistemas de informação associados, isto é, “por volta dos anos 70, o paradigma da recuperação da informação deslocou-se em direção a uma contextualização mais ampla, voltando-se para os usuários e suas interações.” (SARACEVIC, 1996, p. 46). Na década seguinte, ainda segundo o autor, com a presença da administração, a Ciência da Informação passa a ser vista, então, como relacionada ao desenho, à administração e ao uso de sistemas e tecnologias de informação.

Com base nessas perspectivas é que Saracevic vai propor nos anos 90 uma redefinição dos enfoques e abordagens que devem pautar a Ciência da Informação, por entender que o campo precisava buscar a compreensão da natureza da informação, das estruturas do conhecimento e seus registros, precisava estudar o comportamento humano diante da informação e a interação homem-computador. O autor, então, aponta que a Ciência da Informação oscila entre dois fins: tecnológicos e humanos. De acordo com ele, o imperativo tecnológico tende a forçar o desenvolvimento e a aplicação crescente dos produtos e serviços de redes de informação; já os aspectos humanos – conhecimento e seus registros, comunicação, contextos sociais, institucionais e individuais, usos e necessidades de informação – são fundamentais para construção de soluções tecnológicas na relação entre homem e tecnologia.

Identificada essa abordagem tecnológica que perpassa o campo, Saracevic constata que a Ciência da Informação não se decidiu entre o lado humano e o tecnológico. Embora afirme uma oscilação para o lado humano, não deixa de observar que a abordagem tecnológica ainda dirige o campo em sua totalidade. A sugestão proposta, então, é a de que “os objetivos, a filosofia e os conceitos determinantes para o equilíbrio homem-tecnologia precisam originar-se do seu lado humano” (SARACEVIC, 1996, p. 56), o que, no entanto, não vem ocorrendo segundo o autor. Dito isso, fica evidente o papel assumido pela tecnologia no escopo da Ciência da Informação na abordagem que nos foi apresentada por Saracevic.

Seguidas das apresentações sobre uma abordagem alternativa proposta por Brenda Dervin e uma abordagem tecnológica identificada por Tefko Saracevic, podemos nos ater, agora, à discussão sobre paradigmas na Ciência da Informação, valendo-nos do exposto por Rafael Capurro. O autor nos apresenta a Ciência da Informação caracterizada pela existência de três paradigmas: o físico, o cognitivo e o social, os quais, segundo ele, correspondem à evolução de seu pensamento no campo. Ocorre, entretanto, que a aceitação destes paradigmas – também chamados de Trilema de Capurro – não é consensual, visto ser difícil o estabelecimento de um conceito único para o campo já que dentro dele convivem distintas abordagens. Inclusive, o próprio Capurro ressalta que essa distinção é esquemática, e que a relação entre epistemologia e Ciência da Informação não cabe nessa restrição.

(...) vou me aprofundar em três paradigmas epistemológicos predominantes na Ciência da Informação, a saber: o paradigma físico, o cognitivo e o social. Naturalmente que essa seleção e esquematização não só simplificam de forma extrema a complexidade das proposições, como podem dar lugar a um mal entendido, considerando a presente exposição como avanço histórico, posto que muitas teorias se entrecruzam com distintas intensidades e em diversos períodos. (CAPURRO, 2003,)

De acordo com Capurro a Ciência da Informação nasce com um paradigma físico, que será colocado em questão por um paradigma cognitivo, que será substituído, por sua vez, por um paradigma pragmático e social. O paradigma físico é orientado pelo uso de mecanismos automatizados com ênfase em aspectos técnicos e mensuráveis da informação sem qualquer característica semântica. A adoção desse paradigma pressupõe a adoção de um objeto físico, em que um emissor o transmite a um receptor, essa é a ideia proposta pela teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver. Embalados por essa visão há uma “analogia entre a veiculação física de um sinal e a transmissão de uma mensagem” (CAPURRO, 2003), em que os aspectos semânticos e pragmáticos são descartados.

Ainda de acordo com Capurro, são os experimentos de Cranfield, em 1957, que buscam medir os resultados de um sistema de recuperação da informação que marcam o começo problemático da influência desse paradigma no campo, pois, nesse experimento, os valores de *recall* (revocação) e *precision* (precisão), em relação a um sistema de indexação, são controlados em situação semelhante a de um laboratório de física. Faz-se, assim, uma analogia entre a informação semântica e pragmática e um mecanismo de transmissão de sinais, no qual o desenvolvimento posterior da teoria de Shannon e Weaver mostra a intenção de incluir tais dimensões, referenciando-se, seja ao processo interpretativo do sujeito

cognoscente, seja a situações de intercâmbio. De qualquer forma, o que fica evidente nesse paradigma é a exclusão do papel ativo do sujeito cognoscente em todo o processo informativo e comunicativo.

Talvez os limites dessa abordagem tenham permitido o desenvolvimento do paradigma cognitivo, cujo foco está no uso de abordagens cognitivas para analisar os modelos mentais dos usuários, cuja perspectiva centra-se nos processos interpretativos dos sujeitos cognoscentes, com base na observação de suas características fenomenológicas e individuais, passando a ter valor as tentativas de se incluir as dimensões semânticas e pragmáticas. Esse paradigma pode ser inferido dos trabalhos de Paul Otlet e Henri Lafontaine, cuja finalidade está na recuperação da própria informação. Assim, somos levados a buscar argumentos na ontologia popperiana que distingue três mundos: o físico, o da consciência (ou estados psíquicos) e o do conteúdo intelectual, de livros e documentos (o das teorias científicas). O que seria o terceiro mundo é tido por Popper como um mundo de conhecimento sem sujeito cognoscente. Nessa proposição, Bookes vai encontrar subsídios para apresentar a ideia de informação objetiva, na qual os conteúdos intelectuais formam uma rede que existe somente nos espaços cognitivos ou mentais.

Nessa mesma linha de raciocínio, Ingwersen vai tentar entender de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, pautando, para tanto, sua análise na teoria dos estados cognitivos anômalos de Nicolas Belkin, segundo a qual a busca pela informação começa com uma necessidade surgida da existência desses estados cognitivos anômalos. Também Pertti Vakkari vai realizar estudos relativos a essa conexão entre estado anômalo do conhecimento e estratégias de busca. Apesar de se apresentarem nesse paradigma algumas abordagens intermediárias entre o paradigma cognitivo e social, essa visão enfatiza o aspecto comportamental do usuário, sem, no entanto, levar em conta o contexto social em que o indivíduo se insere.

Posto isso, identificamos o paradigma social que Capurro nos apresenta como sendo aquela abordagem que enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para definição de desenho dos sistemas de recuperação de informações, levando-se em conta sua visão de mundo. Autores como Bernd Frohman criticam o paradigma cognitivo justamente por ele considerar apenas num nível numérico os processos sociais de produção, distribuição, intercâmbio e consumo de informações, crítica feita, basicamente, à epistemologia baseada em ideias como mapas cognitivos, modelos de mundo, e outros (CAPURRO, 2003).

Uma outra proposição é feita por autores como Heidegger, a saber, a hermenêutica do existir humano, segundo a qual “não necessitamos buscar uma ponte entre o sujeito e o objeto localizado em um ‘mundo exterior’, visto que existir significa estar já sempre ‘fora’ e socialmente envolvido em uma rede de relações e significados que Heidegger chama de ‘mundo’.” (CAPURRO, 2003).

Centrando-se no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo.

Capurro vai afirmar que o principal teórico desse paradigma é Birger Hjørland, cuja visão apresenta a Ciência da Informação focada na interação do usuário individual e do ambiente social/ organizacional. Essa abordagem apresentada por Hjørland seria um paradigma social-epistemológico denominado análise de domínio, “no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas (discourse communities), ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna.” (CAPURRO, 2003).

Para Capurro e Hjørland a informação no campo da Ciência da Informação deve considerar os indivíduos, a cultura, a subjetividade e a interpretação, posto que “uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo.” (CAPURRO, 2003). Entretanto, Capurro nos lembra que um paradigma não anula o outro, eles convivem dentro do campo em diferentes abordagens.

Há ainda uma última abordagem teórica que apresentaremos por entendermos ser pertinente discuti-la e por se apresentar como uma possibilidade epistemológica para a Ciência da Informação. Essa abordagem é denominada paradigma emergente, também chamada de paradigma da complexidade, e está presente nas discussões das ciências contemporâneas ou pós-modernas. Faremos, então, adiante, uma breve exposição da abordagem do paradigma emergente, visto que ele se insere nas análises empíricas desta pesquisa, por constituir-se parte do pensamento de Wersig. A inserção aqui é, sobretudo, uma forma de lembrar que esta é mais uma das abordagens possíveis ao campo da Ciência da Informação.

Entre outros autores, Boaventura Souza Santos falou, em 1987, sobre um paradigma emergente e, em 2000, Edgar Morin e Fritjof Capra falam sobre um paradigma da complexidade. Tem-se, pois, que a concepção do paradigma emergente tem base no pensamento complexo, na ideia de globalização e de uma visão holística, bem como na ideia sistêmica de redes interconectadas. Portanto, a ideia propulsora dessa abordagem é a de um mundo integrado, numa nova concepção do existir e agir humanos. Tal abordagem, para além das intensas transformações no comportamento dos sujeitos, se concretiza em um complexo de teorias que vem se desenvolvendo para formar a base científica de uma nova visão de mundo.

Souza Santos (2003), ao formular a ideia de um paradigma emergente, indica quatro pilares que sustentariam o projeto de ciência nessa concepção. A primeira afirmação diz que “toda ciência natural é ciência social”, pois em alguns sistemas das ciências naturais já se podem observar comportamentos e propriedades que são inerentes aos seres humanos, tendo por base a ideia de que a consciência está presente na formulação de conhecimentos, na qual a relação sujeito-objeto já não pode mais ser concebida da mesma forma.

A segunda afirmação diz que “toda ciência local é total”, assim, o conhecimento construído localmente serve de exemplo para o todo, em que pode-se fazer uma analogia com o princípio hologramático proposto por Edgar Morin, no qual está presente a ideia de que a parte contém o todo e este está contido nas partes, “onde se percebe também uma crítica a moderna concepção de que o avanço do conhecimento decorre de sua crescente especialização.” (DUARTE, 2001, p. 48).

A terceira formulação afirma que não existem fronteiras entre sujeito e objeto, assim, o autor afirma que “todo conhecimento é autoconhecimento”, uma vez que nessa concepção de ciência complexa sujeito e objeto estão continuamente numa relação de proximidade e influências mútuas, na qual o próprio investigador pode ser também objeto de estudo.

A quarta e última proposição afirma que “todo o conhecimento científico visa constituir-se senso comum”, na medida em que a ciência pode ligar-se a esse para tornar seus resultados usuais. No entanto, o autor afirma que para o reencontro da ciência com o senso comum seria necessária uma segunda ruptura epistemológica.

No seio dessa concepção, abarca-se a ideia de que uma ciência do paradigma emergente deve poder lidar com a complexidade do pensamento, fazer a religação dos saberes, e aceitar que essa complexidade é o pressuposto que vai lhe conferir postura de organização dos saberes pela via da transdisciplinaridade. Por esse modo,

a CI deve criar sua própria abordagem, mas manter abertos os caminhos para receber contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Não se deve partir de uma abordagem exógena à área como modelo para concepção de suas teorias, mas sim usar contribuições delas, sem restrições quanto a limites tradicionais, a fim de criar suas próprias teorias. (MATHEUS, 2005, p. 29)

Aceitar o postulado de um pensamento complexo como inerente à ciência é entender que as relações entre sujeito e objeto devem ser vistas a partir de uma conjunção e de uma articulação, no entendimento de que as incertezas fazem parte do pensamento e suportam múltiplas verdades, em que o pensamento entende a totalidade como sendo ao mesmo tempo mais e menos que a soma das partes. Nesse sentido, é que a atitude diante do conhecimento é de relação e inclusão.

3.4 Ciência da Informação – uma ciência social

Tomando como base todo o contexto discutido anteriormente, vê-se a Ciência da Informação, entendida como uma ciência das questões humanas e sociais, cujo desenvolvimento se dá a partir desse enfoque, especialmente a partir dos anos 70, quando essa visão dos sujeitos passa a ter sentido no escopo do pensamento presente no âmbito das Ciências Sociais. Assim, pressupõe-se que

A finalidade (razão de existir) da CI é contextualizar e recontextualizar, junto do homem inserido em sua comunidade, os usos que este homem confere aos artefatos culturais, inferindo-lhes significados; o dever-ser do “cientista da informação” é contribuir para a construção social crítica das justificativas pelos significados da representação e da transmissão dos saberes e pela sobrevivência do conhecimento que as sociedades formulam - não apenas a sociedade científica -, bem como interpretar as justificativas pelas diferentes linguagens de armazenagem e transmissão da memória que estão por existir; apresentando-se, primeiramente, como intérprete, e não apenas como mero mediador. (SALDANHA, 2008, p. 255)

Entendida por essa perspectiva, a Ciência da Informação deve requerer a incorporação da noção de sentido ao objeto que estuda, é dessa forma que Duarte (2001, p. 75) afirma que seria possível desvincular definitivamente a Ciência da Informação das perspectivas positivistas, especialmente no que se refere às perspectivas físicas e matemáticas. Assim, Saldanha vai apontar que Shera propõe ao campo que este se detenha mais na compreensão dos fundamentos sociais da área que em suas bases físicas (SALDANHA, 2008, p. 201).

Face aos conhecimentos caracterizados durante muito tempo pela aplicação técnica, a Ciência da Informação não poderia, de acordo com Pinheiro (1999), inserir-se nas questões sociais. A autora ressalta, entretanto, que a proposição feita por Shera (1977) traz grande contributo ao campo, já que ao propor o conceito de Epistemologia social, este autor apontou os fundamentos sociais da biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação. Ainda de acordo com Pinheiro, decorridos alguns anos de estudo, o que se verifica é que a Ciência da Informação vem encontrando sua fundamentação social no que Capurro (2003) chamou de paradigma social,

Durante vinte anos de estudos de Ciência da Informação, nossa percepção é de que a Ciência da Informação tem seu próprio estatuto científico, como ciência social que é, portanto, interdisciplinar por natureza, e apresenta interfaces com a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva, Sociologia da Ciência e Comunicação, entre outras áreas, e suas

raízes, em princípio, vêm da bifurcação da Documentação/Bibliografia e da Recuperação da Informação. (PINHEIRO, 1999)

Neste sentido, Almeida (2006, p. 175) afirma que, em grande medida, a área esteve preocupada em tratar as informações científicas e tecnológicas, voltando-se, apenas a partir da década de 80, para questões focadas na dimensão social da informação.

Assim, adentrando o pensamento do pragmatismo, Saldanha (2008, p. 221-222) diz que, nessa vertente, tratam-se os problemas informacionais como questões humanas e, decorre disso, que o objeto da Ciência da Informação é o mundo informacional construído pelo homem.

A aproximação da Ciência da Informação junto às Ciências Sociais ocorre no curso de desenvolvimento das últimas. Dá-se que, a partir dos anos 70 o usuário entra na cena das questões científicas, quando o humano é inserido nesse contexto, e decorre disso que a área passa a dialogar mais intimamente com as ciências humanas e sociais, como nos apresenta Araújo. O autor ainda nos lembra que nesse contexto “a informação passa a ser vista especialmente pelo seu caráter social, ganhando sentido quando inserida no contexto humano.” (ARAÚJO *et al*, 2007, p. 07).

De acordo com Araújo *et al* (2007), alguns autores vão discutir esse movimento de aproximação como é o caso de Cardoso (1996), e Capurro (2003):

Para Cardoso esse processo ocorre na década de 1970 com a “descoberta” do usuário. Para Capurro, inicialmente ocorre, realmente, essa aproximação junto ao usuário, o que configura o paradigma “cognitivo” da CI, em vigor sobretudo na década de 1980, mas o paradigma propriamente “social” da CI, cujos primeiros traços surgem ainda nos anos 1960 com Shera e Egan, se verifica com vigor na década de 1990. Ingwersen (1992) aponta marcos precisos para essa passagem. Na visão do autor, o “marco inaugural” da vigência do paradigma cognitivo da CI é a conferência *Theory and application of Information Research*, ocorrida em Copenhague em 1977. Depois de 14 anos de sucesso, durante a primeira conferência *Conceptions of Library and Information Science*, em Tampere, 1991, ocorre uma “dramática mudança” em direção a uma visão mais humana e social. (ARAÚJO *et al*, 2007, p. 97)

Assim, pode-se identificar no contexto de desenvolvimento da Ciência da Informação que ela não nasce como ciência social, é com o passar dos anos que volta-se para os sujeitos, tornando-os por bases para seus estudos e, assim, aproximando-se das Ciências Sociais.

Adentrando um pouco mais nessa discussão, percebe-se que os pesquisadores da área têm juízos muito diversos do que vem a caracterizar a Ciência da Informação como uma ciência

social. Entre as justificativas pode-se destacar o entendimento de que seu caráter social se deve, principalmente, pelo seu objeto de estudo, a informação, um fenômeno tão abrangente que se envolve com todos os aspectos da vida em sociedade. Por outra via, há o fato de termos em questão uma ciência que busca o papel da informação e do conhecimento no contexto social. Também é apontado pelos pesquisadores como a Ciência da Informação se envolve com a sociedade solucionando os problemas informacionais gerados pelas pessoas. Ainda tem-se dito que a natureza social da Ciência da Informação se deve ao fato de que seu principal foco está em lidar com os usuários e com os ambientes nos quais eles se encontram. Outra justificativa aponta que as teorias e práticas das Ciências Sociais são utilizadas pela Ciência da Informação e que, por isso, esta se insere nas ações da área das Ciências Sociais. Além disso, também foi afirmado que toda ciência é (ou deveria ser) social, uma vez que a atividade científica não pode ser dissociada dos contextos sociais nos quais está inserida (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 07-08). Outro grupo de pesquisadores, tratando da mesma questão – o caráter social da Ciência da Informação – aponta como justificativa para esse entendimento o seu impacto social, uma vez que possui uma aplicação no contexto social. Dizem, ainda, que seus métodos, seus processos, suas teorias ou suas metodologias são típicos das Ciências Sociais, motivo pelo qual se caracterizaria como uma ciência social. Restando também a justificativa de que ela é social pelo seu objeto – a informação é social, está inserida na sociedade e, portanto, a Ciência da Informação é social (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 98).

Mais recentemente, percebe-se uma ampliação da compreensão do campo da Ciência da Informação no que se refere à pertinência do contexto social nas ações de informação. Ao se direcionar mais para o social e para uma tentativa de compreensão do contexto situacional de produção, busca e uso da informação, a Ciência da Informação, de acordo com Almeida, Bastos e Bittencourt (2007, p. 80), tem se aproximado das Ciências Sociais e humanas. Desse modo, a Ciência da Informação conta, por diversos motivos, com fundamentos sociais – no tocante à organização do conhecimento – de ciências que contribuem para ampliar a sua base teórica.

No escopo desse trabalho, a Ciência da Informação é entendida como um produto da atividade humana que está sendo construído pelos agentes sociais (pesquisadores, profissionais, instituições de ensino e fomento, associações profissionais e científicas, estados e instituições multilaterais). Deve-se, contudo, lembrar que a existência e o desenvolvimento desses grupos de agentes são regulados socialmente. Dentro dessa perspectiva, cumpre destacar que a

estruturação da Ciência da Informação pressupõe, de acordo com ALMEIDA (2006, p. 170), além dos agentes sociais, a divulgação de seu papel junto à sociedade e a propagação das concepções manifestas em sua comunidade entre os próprios pares do campo científico. Entende-se, assim, a Ciência da Informação como um espaço social de produção de conhecimento, dentro do qual ela é uma construção social. Portanto, presume-se a comunicação entre os pares para estabelecer efetivamente as finalidades e o alcance da Ciência da Informação na sociedade.

Como uma ciência que se percebe social, Shera (1973) aponta para a ideia de uma epistemologia social, dado que sua preocupação nuclear está no ser humano e na sociedade como um todo, bem como nas suas diversas maneiras de pensar, conhecer, agir e comunicar. Nesse entendimento, Renault e Martins (2007, p. 144) refletem que se deve focar que a perspectiva de compreensão de como o ser humano utiliza o conhecimento consubstancia a ideia da Ciência da Informação como uma ciência da ordem das questões sociais.

Assim, a Ciência da Informação adotou as Ciências Sociais como parte de seu escopo, assumindo suas características como tal e incorporando a visão dos atores sociais como parte fundamental de seu processo científico, no qual

a Ciência da Informação recebe das Ciências Sociais seu traço identificador, que serve de princípio articulador dessas diversidades, e que corresponde ao que nos estudos metodológicos se denomina como a “dupla hermenêutica”. Seja qual for a construção do objeto da Ciência da Informação, ele deve dar conta do que as diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação, numa época em que essa noção ocupa um lugar preferencial em todas as atividades sociais, dado que compõe tanto a definição contemporânea da riqueza quanto na formulação das evidências culturais. (GOMEZ, 2000)

Em outras palavras, como nos apresenta CARDOSO (1994, p. 111-112), é importante ressaltar algumas das características que devem ser pressupostas ao se considerar a apropriação do objeto de estudo da área de informação social, assim, é a historicidade dos sujeitos que determina suas relações culturais, é a totalidade dos fenômenos sociais que permite-nos entendê-los como indissociáveis de seu contexto de ocorrência e, por fim, é a tensionalidade constante do meio social que determina as relações sociais e a produção de sentido sobre eles.

Nessa perspectiva Freire, (2002, p. 10) afirma que nesta ciência nova o campo de atuação se definiria a partir de uma função social, que tem como requisito ser uma facilitadora da

comunicação de mensagens entre um emissor e um receptor humanos. É com o objetivo de elucidar essa questão, que faremos uma tentativa, nos limites desta pesquisa, de buscar na literatura subsídios que deem conta de ‘conversar’ com o autor e identificar em seu artigo aquilo que ele busca em termos de teorias das Ciências Sociais para construir um quadro teórico na Ciência da Informação, pautado na perspectiva de que, enquanto ciência social, ela guarda características específicas e faz parte de um universo que demanda um quadro teórico-metodológico peculiar, repleto de rigor, mas que lhe permita estudar o seu objeto. Inferimos que encontrar essas relações com as Ciências Sociais ajude a clarear as concepções desta ciência enquanto uma ciência social.

4. Quadro teórico das Ciências Sociais: um enfoque de análise

Conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero ‘dar-se conta de’, e significa a apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; um objeto que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido – que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão – que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros. (FRANÇA, 1994, p. 140)

4.1 Seleção dos manuais para análise

Para proceder a criação do quadro teórico que vai subsidiar a análise dos conceitos retirados do artigo selecionado de Wersig, optamos por consultar manuais das Ciências Sociais. Assim, para seleção dos manuais, conforme apontado anteriormente em nossa metodologia, realizamos uma busca bibliográfica no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais e no sistema de bibliotecas de um centro universitário particular da cidade de Belo Horizonte, bem como um levantamento em *sites* da *internet* para conhecer as publicações pertinentes com o respectivo tema.

A decisão por duas instituições baseou-se no entendimento de que uma coleção poderia eventualmente “completar” a outra. Já a limitação da consulta a apenas duas instituições está circunscrita ao próprio caráter do trabalho ora proposto, uma vez que uma dissertação de mestrado não disponibiliza tempo e meios suficientes para uma pesquisa mais ampla. Após consultar o sistema de bibliotecas da UFMG e fazer uma relação dos manuais a serem consultados, procedeu-se, então, a consulta do sistema de bibliotecas do centro universitário privado – eleito devido à facilidade de acesso ao *campus* e ao acervo – para completar a relação de manuais a serem consultados.

Os manuais foram escolhidos tendo como horizonte sua acessibilidade, visto ser necessário um tempo maior de consulta aos mesmos para conseguir-se elencar as teorias presentes em seu conteúdo. Contudo, deve-se esclarecer que não se realizou uma leitura exaustiva desses manuais. O método de trabalho concentrou-se numa análise dos índices e sumários, como também numa garimpagem por todos os capítulos e tópicos descritos. A utilização dos manuais da área de Ciências Sociais foi feita com o objetivo de se enumerar as teorias mais recorrentes, visto que a coexistência de diversos seguimentos no campo das Ciências Sociais

abarcam também uma diversidade de enfoques. Consultou-se um total de quinze manuais, tendo sempre em vista a percepção de que esta construção pode não abarcar todo o conjunto teórico das Ciências Sociais, e pode, inclusive, deixar de apresentar alguma teoria que, de algum ponto de vista, possa ser considerada relevante.

O quadro é, portanto, um prisma sob o qual olharemos para o campo das Ciências Sociais, embora ele represente apenas uma parte do todo. Ressaltamos ainda que as descrições das teorias são uma síntese que construímos com base no que os manuais dizem sobre elas. A tabela abaixo apresenta, pois, a relação dos manuais consultados para a composição do quadro teórico.

Título do manual	Autor (es)	Ano
Antropologia: uma introdução	Marina de Andrade Marconi; Zélia Maria Neves Porto	2005
Capitalismo e moderna teoria social	Anthony Giddens	2000
Introdução às Ciências Sociais	John Biesanz; Mavis Biesanz	1972
Introdução às Ciências Sociais	Nelson C. Marcelino (org.)	2003
Introdução à Psicologia	Linda L. Davidoff	2001
Introdução à Sociologia	Sebastião Vila Nova	1985
Metodologia científica em Ciências Sociais	Pedro Demo	1995
Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação	Jorge Duarte; Antônio Barros (org.)	2006
Métodos e técnicas de pesquisa social	Antônio Carlos Gil	2006
Pesquisa em ciências humanas e sociais	Antônio Chizzoti	2005
Pesquisa social: teoria, método e criatividade	Maria Cecília de Souza Minayo (org.)	1994
Sociologia geral	Eva Maria Lakatos; Marina de Andrade Marconi	1999
Sociologia: uma introdução crítica	Pedro Demo	1995
Teoria e pesquisa em Sociologia	Donald Purson	1945
Teoria social hoje	Anthony Giddens; Janathan Turner	2000

4.2 Formação do quadro teórico

O quadro apresentado a seguir é uma construção feita a partir da análise dos manuais apontados no item anterior.

TEORIAS	DISCIPLINAS ONDE SE MANIFESTAM	SÍNTESE DA TEORIA	AUTORES
Funcionalismo	Sociologia; Antropologia	Tem uma concepção geral da sociedade. Para o funcionalismo todos os padrões de organização social existem à medida que tenham uma função, sendo portanto necessários à sociedade, visto que todas as partes do sistema social concorreriam para a sua organização. Para o funcionalismo, a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo cada uma das funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo.	Herbert Spencer; Émile Durkheim; Bronislaw Malinowski; Radcliffe-Brown; Kingsley Davis; Wilbert Moore; Talcott Parsons, Sigmund Freud, Pareto, Max Weber; William James; Robert Merton, John Dewey
Historicismo	Sociologia	Abordagem relacionada aos fenômenos e às culturas humanas. O <i>historicismo</i> fundamenta-se na noção de que as configurações do mundo humano, num dado momento presente, sempre são o resultado de processos históricos de formação, os quais são passíveis de serem mentalmente reconstruídos e, portanto, compreendidos. Tem como pressupostos fundamentais a ideia de que qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico, e só pode ser compreendido nesse contexto. Para o historicismo há uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais e, por último, não só o objeto da pesquisa é histórico e está imerso no fluxo da história, como também o sujeito da pesquisa, o investigador, está dentro do processo histórico.	Hegel; Karl Popper; Stephen Greenblatt
Fenomenologia	Sociologia	Considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. É uma postura que prima pela modéstia do respeito à realidade social, sempre mais abundante que os esquemas de captação. Primeiro tentou compreender a realidade social em sua intimidade, que reconhece como algo existencial, irredutível à realidade natural. A partir daí, segue a consciência crítica de que os métodos usuais de captação são pobres e empobrecem a realidade captada.	Edmund Husserl, Schutz Strauss

Interacionismo simbólico	Sociologia, Comunicação	Apoiando-se na fenomenologia, rejeita o modelo de pesquisas quantitativas e os conceitos de causalidade e rigor. É uma ação reciprocamente referenciada e ocorre quando duas ou mais pessoas estão em contato e se conhecem mutuamente. O comportamento e o sentido da interação são definidos no momento da relação social e com base nos significados desta interação.	Herbert Blumer; Erving Goffman; Thomas Kuhn
Teorias da origem da religião¹	Antropologia	Diversas teorias foram criadas para explicar a origem do homem e do universo, desde aquelas que pregam a adoração da natureza até aquelas que sustentam a crença em seres sobrenaturais ou forças espirituais. Podem ser explicadas com bases psicológicas, uma vez que tomam como base os sentimentos das pessoas, como também podem ser explicadas com bases sociológicas, quando partem do fundamento explicativo de que a religião é um fenômeno social.	Muller; Taylor; Marret; Spencer; Frazer; Goldenweiser; Durkheim; Fustel de Coulange, R. Smith, Marcel Mauss e Radcliffe-Brown; Summer; Keller; Giddings
Evolucionismo cultural	Antropologia	Teoria segundo a qual toda a vida e o universo se desenvolveram graças ao crescimento e as mudanças. Evolucionismo cultural seria, portanto, a aplicação da teoria geral da evolução ao fenômeno cultural. Nas Ciências Sociais, foi um princípio que norteou a interpretação dos fatos sociais, tendo-se expandido no meio científico através de inúmeras obras publicadas no final do século XIX. O evolucionismo cultural concebe a cultura quando e onde quer que se encontre o seu desenvolvimento progressivo através dos tempos e a sequência básica desse desenvolvimento entre todos os povos da Terra.	Spencer, Maine, Tylor, Frazer, McLennan, Morgan, Bastian, Wundt, Bachofen, Marett, Radcliffe-Brown, Pitt Rivers, Balfour, Westmarck, Landtmanns, Stolpe
Neo-evolucionismo	Antropologia	O estudo da evolução social está intimamente relacionado com o da evolução tecnológica. Para os neo-evolucionistas, o processo da cultura tinha como base etapas de desenvolvimento tecnológico.	Leslie A. White, V. Gordon Childe, Julian Steward
Difusionismo	Antropologia	Corrente que procurava explicar o desenvolvimento cultural através do processo de difusão de elementos culturais de uma cultura para outra, enfatizando a relativa raridade de novas invenções e a importância dos constantes empréstimos culturais na história da humanidade. O difusionismo foi um movimento de reação ao evolucionismo do século XIX, que, mesmo afetando a orientação teórica e os procedimentos metodológicos, não rejeitou completamente os conceitos básicos formulados pelos evolucionistas.	G. E. Smith, W. J. Perry, F. Grabner, W. Schmidt, Franz Boas, C. Wissler, A. L. Kroeber
Configuracionismo	Antropologia	Combinação de diversos traços e complexos que integram um sistema de cultura de uma área em um momento dado, o que depende da presença ou ausência de uns ou outros elementos da cultura e da maneira como os mesmos se encontram unidos. Pode ser considerado um prolongamento do difusionismo norte-americano, em virtude de seu interesse estar voltado também para as culturas particulares, embora com métodos e enfoques diferentes. Destaca a integração e a singularidade do todo. Tem por tema básico a integração da cultura.	Edward Sapir, Ruth F. Benedict, Fairchild

Estruturalismo	Antropologia; Sociologia	O método parte da investigação de um fenômeno concreto e eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando por fim ao concreto, dessa vez, como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. Dessa forma, o método estruturalista caminha do concreto para o abstrato e vice-versa, dispondo, na segunda etapa, de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos. Para o estruturalismo, cada sistema é um jogo de oposições, presenças e ausências, constituindo uma estrutura, em que o todo e as partes são interdependentes, de tal forma que as modificações que ocorrem num dos elementos constituintes implica a modificação de cada um dos outros e do próprio conjunto.	Claude Lèvi-Strauss; Wilhelm Wundt; Ferdinand Saussure, A. R. Radcliffe-Brown
Corrente do equilíbrio	Sociologia	Enfatiza fatores de estabilidade, de manutenção da organização social. Para esta corrente, a sociedade, é, antes de tudo, um sistema de relações que tende à manutenção da ordem estabelecida para a sua organização através do consenso.	Émile Durkheim
Corrente do conflito	Sociologia	A sociedade é concebida como um sistema em equilíbrio necessariamente precário. De acordo com essa concepção, a organização das relações sociais, compreendendo a heterogeneidade e o conflito de interesses entre as classes, que representam sua unidade básica, é, antes, uma realidade em contínua e necessária transformação. Para essa concepção, o conflito, e não o consenso, é a característica necessária e fundamental da sociedade.	Karl Marx
Teoria materialista dialética da estratificação	Sociologia	Para esta corrente, as relações de classe constituem o fato básico na explicação da sociedade humana. Na concepção materialista dialética da estratificação, as relações de classe abrigariam, de forma manifesta ou latente, o inevitável conflito de interesses entre as mesmas e, dessa maneira, o equilíbrio do sistema de estratificação e, logicamente, da própria sociedade, seria necessariamente precário. A ordem social, nesse quadro de interesses inconciliáveis de classes resultaria em última instância, da dominação das classes detentoras dos meios de produção sobre o restante da sociedade, sendo o próprio Estado um instrumento de dominação da elite econômica.	Karl Marx, Frederich Engels
Teoria crítica	Sociologia	Busca unir teoria e prática, entendendo a teoria como lugar da autocrítica do esclarecimento e de visualização das ações de dominação social. Admite a ideia de “progresso” a partir da conscientização e da emancipação dos sujeitos.	Adorno, Horkheimer, Apel, Habermas
Teoria da ação comunicativa	Sociologia, Comunicação	A ação comunicativa pressupõe uma teoria social (a do mundo da vida) e encontra-se em oposição à ação estratégica, regida pela lógica da dominação. Pressupõe a compreensão mútua, o conhecimento compartilhado e a confiança e o acordo para consenso entre as partes.	Habermas

Teoria dos jogos	Sociologia, Economia, Antropologia	A maior parte desta formulação é dedicada aos chamados “jogos de soma zero”, isto é, aquelas instâncias competitivas nas quais os ganhos de uma parte representam exatamente as perdas da outra. Apesar de seus autores se referirem basicamente ao comportamento econômico dos agentes, o campo de estudos e aplicações da Teoria dos jogos abrange um grande número de questões pertencentes às Ciências Sociais: criminologia, antropologia cultural, psicologia social, política, etologia animal etc. Essa teoria pressupõe uma racionalidade puramente instrumental do “homem econômico”.	Von Neumann, Morgenstern
Teoria do falibilismo	Sociologia, Comunicação	Todo conhecimento está sujeito ao erro, conforta o pesquisador ao mesmo tempo em que o leva a assumir a responsabilidade pela precariedade de suas conclusões, reduzindo a tendência à arrogância e à prepotência, sentimentos bastante comuns que acometem o pesquisador iniciante.	Charles Sanders Peirce
Semiótica	Comunicação	A semiótica não se refere diretamente a realidade, ela o prefere fazer por meio do signo e do texto. Compreendida como a filosofia dos signos, tem como tese central a ideia de que todo pensamento se dá em signos. Nesse sentido, os gestos, as ideias, as cognições e até o próprio homem são considerados entidades semióticas, assim, o signo é entendido como alguma coisa que representa algo para alguém.	Charles Peirce, Saussure
Estrutural-funcionalismo	Sociologia	Foca-se no estudo das estruturas das sociedades enquanto elementos pelos quais é possível decodificar as características de uma cultura, o seu modo de funcionamento e essência. Além da vertente funcionalista, aproveita-se, sobretudo, de fontes do funcionalismo inglês e de Durkheim, segundo o qual, no aspecto estruturalista os fenômenos acontecem dentro de formas invariantes, devido à estrutura básica geral e comum.	Parsons
Hermenêutica	Sociologia, Filosofia, Comunicação	Arte da interpretação e da comunicação humanas, nas quais sempre há algo de mistério, para além de horizontes científicos. Parte da constatação de que a realidade social, e nela, sobretudo, o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas, igualmente, para o que não se diz. A hermenêutica se especializa em perscrutar o sentido oculto dos textos, na certeza de que no contexto há, por vezes, mais do que no próprio texto. Esgueira-se nas entrelinhas, porque nas linhas está, por vezes, precisamente o que não se queria dizer. Assim, um discurso não se entende apenas na sua forma, no seu formato, na sua gramática, mas no conteúdo que quer dizer.	Friedrich Daniel Ernest Schleiermacher, Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger, Hans Georg Gadamer, Paul Ricoeur
Behaviorismo	Psicologia	Tinha por premissa o uso de métodos objetivos no estudo de comportamentos observáveis. Os behavioristas contemporâneos ainda investigam estímulos, respostas observáveis e aprendizagem, mas também estudam, cada vez mais, complicados fenômenos que não podem ser observados diretamente – por exemplo, amor, estresse, empatia e sexualidade. As principais características do behaviorismo moderno são o forte envolvimento com a formulação de perguntas precisas e claras e o uso de métodos relativamente objetivos na condução de pesquisas.	John B. Watson, Jay Weiss, B. F. Skinner

Cognitivismo	Psicologia	Estudo das atividades mentais ou cognição. Uma significativa fonte de encorajamento foi a tecnologia e teoria da computação. Se as máquinas podiam ser programadas para processar informações e esse processamento de informação podia ser estudado, naturalmente, se justificava tentar examinar o processamento de informação das pessoas. A área da computação revelou-se fértil tanto para as ideias como para métodos. A linguística (ciência da linguagem) moderna foi uma segunda importante fonte de contribuição.	Wundt, James
Humanismo	Psicologia, Sociologia	Essa visão endossa a filosofia européia chamada fenomenologia, segundo a qual as pessoas veem o mundo de sua própria e única perspectiva. Para obter conhecimento sobre qualquer qualidade ou experiência humana, é preciso focalizá-las tendo como base diferentes quadros de referência, da forma que os diversos indivíduos a experienciam. Em outras palavras, a interpretação subjetiva é central a toda atividade humana e não pode ser ignorada. Nessa perspectiva atribui-se grande valor às questões humanas, especialmente a racionalidade.	Abraham Maslow, Gianozzo Manetti, Augsute Comte, Thomas Morus
Teoria da dissociação	Psicologia	Baseada no modelo de sistemas, começa com a observação de que o cérebro contém numerosos sistemas de controle independentes – todos registram e processam informações independentes e simultaneamente. Cada sistema está isolado, ou dissociado, do outro, e cada um é capaz de consciência.	Ernest Hilgard
Teoria do desempenho de papel	Psicologia	Quando as pessoas têm atitudes e expectativas favoráveis, a indução hipnótica gera um conjunto peculiar de motivos, pensamentos, sentimentos e imaginações. A suspensão do julgamento e a responsividade elevada permitem que as pessoas cooperadas representem novos papéis, atentem a novas ideias e comportem-se segundo novas regras.	Theodore Barber
Teoria do dispositivo de aquisição de linguagem (LAD)	Psicologia	As pessoas nascem com um equipamento mental (LAD) que lhes possibilita descobrir as regras para aglutinar sentenças aceitáveis.	Noam Chomsky
Teoria da solução de problemas	Psicologia	As crianças aprendem a se comunicar no contexto da solução de problemas enquanto interagem com os pais.	Jerome Bruner
Teoria do condicionamento	Psicologia	O nome de B. F. Skinner está associado com a ideia de que as pessoas aprendem a linguagem exatamente da mesma forma pela qual aprendem comportamentos simples: por processos de condicionamento mecânico. Os partidários da ideia de Skinner acreditam que as crianças imitam a linguagem que ouvem. Pouco a pouco, conforme as palavras vão sendo associadas a eventos, objetos ou ações, os bebês aprendem o que elas significam.	B. F. Skinner
Teoria da hierarquia	Psicologia	Os motivos seguem uma ordem. Para Maslow, o ser humano nasce com cinco sistemas de necessidades, os quais são dispostos em hierarquia. As pessoas permanecem como “animais carentes” durante a vida toda. Quando um grupo de necessidades é atendido, um novo grupo toma seu lugar.	Abraham Maslow

Teorias da resposta periférica (teoria James-Lang)	Psicologia	Tem duas afirmações principais: 1- eventos que incitam emoções despertam respostas periféricas (controladas pelo sistema nervoso periférico, responsável pelos reflexos e pelas reações fisiológicas); 2 – as respostas periféricas de cada emoção são distintas, de modo que cada padrão é reconhecido como característico de uma diferente emoção.	William James, Thomas Lange
Teorias do incitamento inespecífico (teoria Cannon-Bard)	Psicologia	As percepções humanas de eventos incitantes de emoções estabeleciam padrões de atividades nos centros cerebrais inferiores, especialmente o hipotálamo e o tálamo. Os centros cerebrais inferiores passam então as mensagens tanto pra o córtex cerebral como para o sistema nervoso autônomo (SNA). O córtex e o SNA produzem reações subjetivas, comportamentais e fisiológicas (não específicas) quase ao mesmo tempo.	Walter Cannon, Philip Bard
Teorias cognitivas do incitamento inespecífico	Psicologia	Elas presumem que as pessoas avaliam, em algum nível, aquilo que lhes está acontecendo e que essa avaliação gera uma emoção. A avaliação não é necessariamente racional, deliberada ou consciente.	Campos e Sternberg, Lazarus e Folkman, Mandler
Perspectiva construtivista²	Psicologia	As pessoas precisam usar o raciocínio para compreender suas experiências. Para entender o pensamento. Piaget alegava, os cientistas precisam descobrir o que as pessoas tiram de suas experiências e o que elas acrescentam – suas “construções”. Conforme as crianças crescem, Piaget observou, suas capacidades de interpretar ou construir a realidade progride em estágios, até que suas capacidades mentais assemelhem-se às dos adultos.	Piaget
Teoria psicanalítica (Teorias psicodinâmicas da realidade)	Psicologia	Nome dado às ideias de Freud sobre personalidade, anormalidade e tratamento. A teoria baseia-se na falácia genética. “Explicou a personalidade normal e anormal e descreveu como tratar de pessoas psicologicamente perturbadas” (DAVIDOFF, 2001, p. 505). As ideias mais fundamentais de Freud são: inconsciente, instinto e libído, modelo da mente, Id, Ego, Superego e o dilema do Ego.	Sigmund Freud
Teorias fenomenológicas – Teoria do self	Psicologia	Tentar entender “o si mesmo – self”. Têm uma visão holística, na medida em que supõem que as pessoas são organismos integrados que não podem ser entendidos estudando-se partes componentes e “acrescentando-se” os achados.	Carl Rogers
Teorias de traços	Psicologia	Referem-se a características singulares. Incluem aspectos do temperamento, motivação, ajustamento, capacidade e valores.	Raymond Cattell
Teoria de tipos (teorias disposicionais)	Psicologia	Estratégia disposicional secundária refere-se à classificação de pessoas em categorias de personalidades (ou tipos), com base em diversos traços relacionados.	William Sheldon
Teoria da aprendizagem cognitivo-social	Psicologia	O comportamento é frequentemente específico a uma situação e é modelado acentuadamente pelos princípios da aprendizagem.	Albert Bandura

Dialética	Sociologia	Tem como pressuposto básico a ideia de que cada coisa traz em si a sua contradição. “Se propõe a buscar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma qualidade dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.” (MINAYO, p. 24-25).	Karl Marx
Empirismo	Sociologia	O conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos.	Bacon, Hobbes, Locke, Hume
Materialismo dialético	Sociologia	Método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios (a unidade de opostos, quantidade e qualidade; negação da negação).	Hegel, Marx, Friedrich Engels
Sociologia compreensiva	Sociologia	Tem como ideia central a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, o significado é o conceito central de investigação na busca pela reconstrução do sentido subjetivo original da ação e o reconhecimento da parcialidade da visão do observador. Para conceituar subjetivamente a ação social, procurou dar-lhe uma orientação compreensiva, baseando-se em critérios internos dos indivíduos participantes e no fato de os seres humanos serem diretamente conscientes de suas ações.	Max Weber
Materialismo histórico	Sociologia	Fundamenta-se no método dialético. Esta corrente entende que a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios. Entende que o mundo real não pode ser inferido do estudo do mundo ideal; pelo contrário, é o mundo ideal que tem que ser interpretado como uma resultante histórica do mundo real.	Marx; Engels; Hegel
Etnometodologia	Sociologia	É uma ciência dos etnométodos, isto é, dos procedimentos que constituem o “raciocínio sociológico prático”. Trata-se, pois, de uma tentativa de analisar os procedimentos que os indivíduos utilizam para levar a termo as diferentes operações que realizam em sua vida cotidiana, tais como se comunicar, tomar decisões e raciocinar (GIL, 2006, p. 40).	Harold Garfinkel; Sacks; Cicourel
Racionalismo	Sociologia	Atitude intelectual formulada com o emprego sistemático da razão, como consequência de sua autonomia diante da teologia, tal atitude se deu não só em relação aos fenômenos da natureza como também em relação aos fenômenos humanos e sociais.	Descartes, Spinoza, Leibniz
Positivismo	Sociologia	Admite a não intencionalidade de seu objeto e almeja um saber “científico” e neutro sobre o mesmo. Em realidade, este saber, se válido, estará disponível em algum lugar ou de algum modo para o exercício de poder de algum agente.	Saint-Simon; Auguste Comte; Émile Durkheim

Determinismo cultural	Sociologia	“Indivíduo como um mero reflexo da sua cultura, que de alguma maneira paira sobre os membros de uma sociedade e os arrasta consigo”. “As normas e imagens culturais presentes nas mentes dos membros de uma sociedade são chamados de representações coletivas (Émile Durkheim), que são anteriores ao indivíduo e externas ao mesmo e tem existência sobre e além das vidas de indivíduos em particular. As representações coletivas exercem influência de coação sobre o indivíduo, pressionando e canalizando sua conduta para a conformidade. Durkheim via a cultura como uma realidade em e por si mesma, e não simplesmente como um nome para as atividades de indivíduos dispares” (BIESANZ, 1972, p. 218). “A teoria proposta por Marx em <u>Q capital</u> , que tanto influenciou o mundo moderno, é essencialmente uma teoria de determinismo cultural. O grupo – em especial a classe social onde uma pessoa nasce – é considerado como a base da motivação, e o fator econômico como o determinante básico da vida humana” (BIESANZ, 1972, p. 218-219).	Karl Marx, Émile Durkheim
Determinismo econômico	Sociologia	A estrutura econômica ou os modos de produção são básicos para todo o resto da cultura.	Karl Marx
Teoria do valor do trabalho	Sociologia	A única coisa que todas as mercadorias tem em comum é que elas são resultado do trabalho; portanto, é o trabalho que lhes dá valor.	Adam Smith
Teoria da mais-valia	Sociologia	“As condições de produção manufatureira e industrial moderna permitem ao operário produzir, num dia médio de trabalho, muito mais do que é necessário para cobrir os custos da sua subsistência. É necessário gastar apenas uma parte do dia de trabalho na produção de um valor equivalente ao valor do trabalhador. Tudo aquilo que o trabalhador produz além disso é a mais-valia. Marx dá a <i>ratio</i> entre o trabalho necessário e o trabalho excedente o nome de “taxa de mais valia” ou “taxa de exploração”. A taxa de mais-valia, tal como acontece com todos os conceitos de Marx, é um conceito de ordem social e não biológica.” (GIDDENS, 2000. p. 87).	Karl Marx
Teoria do desenvolvimento capitalista	Sociologia	Essa teoria “assenta, pois na natureza da expropriação capitalista exposta na teoria da mais-valia. O teor geral da argumentação de Marx é que, apesar de o capitalismo se estruturar originalmente em torno de um sistema de mercado livre, no qual os bens <<se valorizam livremente>> em função da iniciativa empresarial individual, a tendência imanente da produção capitalista tende a minar as condições empíricas nas quais assenta a economia capitalista.” (GIDDENS, 2000. p. 90-91).	Marx

¹ Entre as teorias da religião podemos destacar como segue: **Mito natural (sobrenatural)** - Sustenta que o homem primitivo possuía uma tendência para personificar e venerar fenômenos naturais, como sol, lua, estrela, rios, raio, trovão etc. A gênese da crença seria o medo do sobrenatural. **Animismo (alma)** - Significa a crença em seres espirituais ou espíritos pessoais que animam a natureza. A necessidade de compreender sonhos, alucinações, sono, vida, morte levou o homem a acreditar na existência de um “eu” com propriedades espirituais e dotado de poderes sobrenaturais. A base do animismo é o conceito de alma que, embora intangível, significa a força vital que anima o corpo. **Animatismo (mana, poder)** - Havia crenças na existência de um poder impessoal ou “força espiritual”, não oriunda de qualquer forma de ser. Não consiste em uma força vital nem em obra dos espíritos, mas no poder de fazer coisas excepcionais, incomuns. É sobrenatural. **Manismo (manes, espírito dos mortos)** - O culto dos mortos (fantasmas, sombras) e a veneração de seus espíritos é que deram origem à religião. **Magia** - O homem não sendo capaz de controlar de modo mágico o mundo ao seu redor, acreditou na existência de forças desconhecidas com poderes acima dos seus. Através do culto, aproximou-se delas. **Totemismo (totem)** - Adoração da natureza. Eram atribuídas aos animais, plantas e objetos qualidades espirituais. O totemismo despertou uma controvérsia em relação a seu significado, designado por alguns autores como fenômeno social e por outros como fenômeno religioso. Durkheim observou que o conceito de totemismo e as cerimônias a ele ligadas são as formas elementares da religião, e com isso deu origem a uma teoria sociológica da religião. **Teoria do medo (sobrenatural)** - Sustenta que o medo das forças naturais levou o homem a crer em divindades, forças misteriosas, sobrenaturais, com poder de dirigir a natureza. A gênese das crenças religiosas seria o medo do sobrenatural. **Teoria aministista (mana)** - Os povos “primitivos” acreditavam na existência de um poder impessoal, uma espécie de fluido denominado mana pelos melanésios e polinésios, conforme descrição de Dodrington, capaz de penetrar nos objetos vegetais, animais e pessoas, conferindo-lhes capacidades e propriedades superiores. Marret considerava a existência do mana fundamental na formação da crença religiosa. **Teoria do elemento aleatório (sorte)** - As tribos “primitivas” acreditavam ser os poderes sobrenaturais intimamente ligados ao elemento sorte, devendo o homem atuar no sentido de obter a atenção favorável desses poderes para evitar a má sorte e propiciar a boa sina. Desta maneira, a religião surge como resposta a uma necessidade definida: ajustamento ao meio sobrenatural. **Sagrado e profano** - O contraste entre sagrado e profano é o traço que distingue o pensamento religioso. Seres, lugares, objetos e forças sobrenaturais são sagrados, em face do significado que têm para o crente, as coisas sobrenaturais, consideradas más são ímpias. Profano é tudo aquilo considerado útil, prático ou familiar, que pertence ao mundo cotidiano, sem possuir o significado emocional característico do sagrado.

² Para além da teoria construtivista desenvolvida por Piaget, desenvolveram-se outras correntes teóricas pautadas pelo entendimento dos estágios de desenvolvimento, a saber: **Teoria dos estágios de desenvolvimento**, por meio da qual Piaget propôs que em todas as crianças o pensamento desenvolve-se na mesma sequência fixa de estágios. Esquemas característicos surgem em momentos específicos nos quais as realizações de cada estágio ocorrem com base em realizações anteriores. Ao explicar o desenvolvimento, Piaget enfatizou a hereditariedade. Ele afirmava que o ambiente social e o físico afetam apenas o momento de ocorrência de marcos específicos. (Estágio sensório-motor; pré-operatório; operações concretas; operações formais). **Teorias do desenvolvimento da vida adulta** enfatizam os desafios, os problemas, os conflitos e as mudanças intelectuais e de personalidade que surgem em momentos diferentes. À semelhança de todas as teorias de estágios, considera que os estágios adultos têm uma sequência fixa e são similares para todos os membros de determinada cultura, que vivem em uma mesma época específica. **Teorias de continuidade da vida adulta**, esta teoria tem três pressupostos, sendo que o primeiro refere-se ao desenvolvimento humano que é mais contínuo durante a vida adulta do que durante a infância e em segundo lugar os desafios confrontados pelos adultos, que mesmo em uma mesma cultura, não são uniformes, especialmente hoje, quando as pessoas sentem-se mais livres para “fazer as coisas do seu jeito” e, por último, o fato de que as diferenças individuais aumentam com a acumulação de experiências, tornando as generalizações amplas cada vez menos acuradas. **Teoria de estágio da morte**, afirma que “quando as pessoas descobrem que estão morrendo, ficam chocadas e tendem a negar que a vida delas está chegando ao fim. Logo depois, aparecem sinais de raiva. As pessoas agonizantes sentem-se ludibriadas porque seus planos de vida estão sendo interrompidos. Além disso, elas sentem inveja das pessoas saudáveis. Uma curta fase de barganha vem em seguida – o acordo final com Deus –, na qual há a promessa de bom comportamento em troca do adiamento do inevitável. Cada vez que o prazo limite é ultrapassado, a barganha pode ser retomada. Com o tempo, uma perda antecipada ou real traz a depressão. As pessoas capazes de superar a angústia atingem a fase final, a aceitação.” (DAVIDOFF, 2001, p 495).

4.3 Descrição explicativa da formação do quadro teórico

Na composição do quadro, deparamos-nos com algumas questões que exigiram considerações mais detidas ao se tratar o universo teórico das ciências humanas e sociais. Do universo de teorias encontradas e selecionadas para compor o quadro apresentado, foram excluídas aquelas que não dispunham de explicação e conceituação clara, bem como aquelas que no conjunto de todos os manuais não apareciam com autores definidos ou com uma perspectiva delineada. Assim, apresentamos na sequência as teorias que não entraram na composição do quadro teórico.

Entre as teorias que não foram definidas ou que não tiveram pelo menos uma síntese de suas ideias apresentadas, tem-se a teoria da evolução de Charles Darwin, para a qual não foi apresentada nenhuma perspectiva teórica; as teorias do sonho de Sigmund Freud, para as quais não são apresentadas uma definição. Já a teoria utilitarista aparece no contexto dos manuais, na verdade, apenas para ser criticada por Marx, não sendo, portanto, definida em termos de seus pressupostos, nem apresentando seus autores.

No escopo das teorias que não tiveram autores assinalados como representativos de suas ideias apresentamos a teoria agonística, cuja definição se deu para explicar uma relação com a teoria dos jogos; a teoria da contiguidade, cuja descrição foi bastante sucinta e não especificava ainda a que disciplinas se reportaria; a teoria da relatividade cultural, também sem expoentes apresentados e sem suas filiações disciplinares; a teoria da psicologia social, apesar de definida, não cita seus autores; assim também ocorre com a teoria democrática, para a qual não é apresentado nenhum autor e nenhuma matriz disciplinar. Um caso particular se deu com a teoria do determinismo biológico, que embora possua uma breve conceituação apresentada e um autor definido, não foi inserida no quadro, visto que o manual que a continha afirmava que está desacreditada desde 1942, por isso, optamos por não inseri-la..

Dessa forma, o quadro teórico contou, ao final, com a presença de cinquenta e uma teorias, o que nos leva a inferir, de certo ponto de vista, que encontramos aqui cinquenta e uma maneiras de se entender e estudar os fenômenos humanos e sociais, cada corrente apresentando sua maneira própria de estudo das ciências humanas e sociais. Não se deve perder de vista, porém o entendimento que o referido quadro não abarca a totalidade de teorias possíveis ao campo, antes, elas se limitam pelo universo pesquisado, e, ademais são

sínteses do que está contido nos manuais, nos quais se encontram referenciadas de formas diferentes entre si, visto que algumas são mais utilizadas pelas disciplinas científicas que outras, e também porque algumas aparecem em diversos manuais enquanto outras são menos abordadas.

Entretanto, a utilização dos manuais se configurou como um elemento fundamental para a realização desta pesquisa, dado que nos permitiu construir um direcionamento de análise dentro do universo de teorias sociais. A existência duradoura de paradigmas rivais e outros fatores “levam a crer que a situação ‘normal’ da sociologia não é aquela em que predomina um paradigma único, mas, acima de tudo, aquela em que não cessam de se encontrar, lado a lado, ou mesmo se combater, abordagens do social de cromatismos teóricos bem diferentes uns dos outros.” (LALLEMENT, 2004, p. 12).

Nesse sentido, queremos dizer ainda que “a grande importância da epistemologia moderna consiste em ter mostrado de maneira decisiva que a teoria científica não é o reflexo do real; é uma construção do espírito que efetivamente se esforça por aplicar sobre o real” (MORIN; LE MOIGNE, 2004, p. 37-38). Tal constatação corrobora com o pensamento presente no contexto desta pesquisa, visto acreditarmos que a teoria no contexto científico tem importância fundamental, dado que são as apreensões feitas a partir delas sobre a realidade que nos permitirão uma compreensão mais aproximada da mesma.

Desse modo, as teorias científicas são construções do espírito; não são reflexos do real – são traduções do real numa linguagem que é a nossa, ou seja, aquela de uma dada cultura, num dado tempo. Isso é muito importante. De um lado, as teorias científicas são produzidas pelo espírito humano; portanto, elas são subjetivas. De outro, estão fundamentadas em dados verificáveis e, portanto objetivos. (MORIN; LE MOIGNE, 2004, p. 38)

5. Gernot Wersig: um pensador a serviço da CI

Sabemos da importância para um campo científico de ter autores considerados como expoentes de sua área. Na Ciência da Informação, talvez por sua juventude, ainda não começaram a despontar aqueles autores que possam ser definidos como clássicos.

A literatura de história e filosofia da ciência (Omnés, 1996; Alfonso-Goldfarb, 1994; Rossi, 2001) sempre destacou a importância dos clássicos, isto é, dos autores tidos como fundamentais, basilares, de uma disciplina científica. Um critério que aponta o amadurecimento e a consolidação de uma ciência é o grau de consenso com que seus autores mais relevantes são reconhecidos pelos praticantes dessa ciência. (ARAÚJO *et al*, 2007, p. 15)

Entretanto, não temos aqui a intenção de propor o reconhecimento de Gernot Wersig como um clássico da área, essa tarefa não nos cabe; não é empreitada para nenhum pesquisador solitário; na verdade, definir os clássicos de uma ciência é uma tarefa coletiva e ocorre ao longo de algumas gerações que vão consolidando concepções hegemônicas a esse respeito. Sua importância, entretanto, não pode ser negada, afinal há um certo grau de consenso sobre a pertinência de seu trabalho. Wersig está entre os dez mais citados, entre autores nacionais e estrangeiros, e entre os sete autores estrangeiros mais citados.

Em nosso percurso é inegável a constatação de que esse autor trouxe grandes contribuições ao campo, especialmente quando estamos falando de questões sociais. Afinal, como já dissemos anteriormente, o trabalho de Wersig na Ciência da Informação constituiu-se de quatro décadas de dedicação às questões acerca da proposição de uma fundamentação epistemológica para a área. Nesse sentido, inferimos que “ao ler os teóricos que investigam o cotidiano de sua prática, o cientista passa a ver, ouvir, sentir e cheirar de forma diferente suas próprias construções diárias – aqui, este cientista ou profissional passa a reconhecer sua prática como reflexiva, e não apenas como ‘produtiva’.” (SALDANHA, 2008, p. 81).

Assim, entendemos que a perspectiva adotada por Wersig pode oferecer grandes contribuições ao campo,

Wersig propõe, por sua vez, que se adote para a Ciência da Informação uma estratégia metodológica que envolva a interação com conceitos e modelos de outras áreas científicas, de modo a construir um quadro referencial teórico que possa trabalhar com as formas de expressão do conhecimento como estruturas que transformam e são transformadas no processo de produção e comunicação social. (FREIRE, 1995, p. 03-04)

Queremos dizer, portanto, que ao proceder à leitura do trabalho de Wersig duas questões se mostram particularmente relevantes e foram fundamentais para a seleção do artigo analisado. A primeira delas refere-se ao aspecto sociológico que permeia o campo da Ciência da Informação, constituindo-se esta como uma ciência social, que deve dedicar-se a auxiliar os indivíduos no uso do conhecimento na sociedade contemporânea. A outra questão remete-nos à reflexão sobre os conceitos presentes na Ciência da Informação que, em sentido estrito, revela a preocupação de Wersig com as definições usadas nas discussões geradas dentro do campo.

É recorrente na obra desse autor assuntos como a responsabilidade social da Ciência da Informação, em que a informação é vista como um bem social, contexto no qual o profissional da informação atuaria como intermediário entre as pessoas e os sistemas de recuperação da informação, criando estratégias eficientes e eficazes que tornassem mais rápido e fácil o acesso dos usuários a esses sistemas.

Outra discussão do autor refere-se ao conceito de pós-modernidade, que seria responsável por definir muitas concepções na área. Percebemos, pelos temas tratados por Wersig ao longo dos anos de trabalho no campo, que suas preocupações estão em torno de temas como a sociologia da informação, o foco nas pessoas ao tratar a questão do conhecimento, a percepção das ações humanas diante do conhecimento, o desenvolvimento tecnológico pensado de forma consciente e o conhecimento como fator de mudança cultural¹⁷.

¹⁷ As referências apresentadas abaixo são exemplos de publicações do autor que tratam de temas relativos às questões que analisamos.

1. BURKART-SABSOUB, Margaret; WERSIG, Gernot. **Projekt Klassifikationssysteme**: Nutzung und Möglichkeiten der Weiterentwicklung. Berlin: PROGRIS, [197-].
2. WERSIG, Gernot. **Informationssoziologie**: Hinweise zu e. informationswiss. Frankfurt (am Main): Athenäum-Fischer-Taschenbuch-Verlag, 1973. 193 s.
3. WERSIG, Gernot. **Projekt Instrat**: Informationssysteme als informationspolitisches Gestaltungspotential und gesellschaftliche Entwicklungsstrategie – die Veränderung der Fachinformation als Kulturfaktor durch neue Informations- und Kommunikationstechnologien. Berlin: Freie Universität Berlin, [198-].
4. WERSIG, Gernot. **MIB-Projekt**: abschliessender Projektbericht Juni 1981. Berlin: PROGRIS, Projektgruppe Informationssysteme, 1981. 34 bl.
5. WERSIG, Gernot; BUDER, Marianne. **Informatisierung und Gesellschaft**: wie bewältigen wir d. neuen Informations- u. Kommunikationstechnologien. Munchen; New York; London; Paris: Saur, 1983. 300 s.
6. SCHUCK-WERSIG, Petra; WERSIG, Gernot; WINDEL, Gunther. **Informationskultur und Kommunikation**: Endbericht des Projekts “Die Veränderung der Fachinformation als Kulturfaktor”. Berlin: Freie Univ., 1985. 189 s.
7. SCHUCK-WERSIG, Petra; WERSIG, Gernot. **Ansätze zum Kulturverständnis der Moderne**: Notizen zweier Seminare im WS 1984/85. Berlin: Freie Univ., 1985. 125 s.
8. WERSIG, Gernot. **Die kommunikative Revolution**: Strategien zur Bewältigung d. Krise d. Moderne. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985. 300 s.

Em um contexto geral, o autor constrói um panorama pelo qual entende a constituição atual da sociedade e fala das possibilidades e problemas em relação ao uso do conhecimento nela para definir um marco teórico, com a proposição de se compartilhar ou tornar comum as definições usadas na Ciência da Informação. No artigo que analisaremos, encontramos essas questões presentes, mostrando o quanto Wersig se preocupa com a fundamentação da área. Chamou-nos a atenção o fato do assunto tratado constituir-se, no citado artigo, uma consolidação do pensamento do autor, visto já haver tratado alguns elementos do texto atual em um artigo de 1975, escrito em parceria com Ulrich Neveling, consolidando duas décadas depois essas questões.

Percebemos pelo assunto tratado no artigo, bem como pelos argumentos presentes na discussão, que ele poderia se constituir em objeto empírico desta pesquisa, oferecendo elementos pertinentes à análise – a discussão sobre os objetivos da Ciência da Informação enquanto ciência social; a argumentação em torno de uma nova sociedade; o papel assumido pelo conhecimento nessa sociedade e a discussão sobre as definições que o campo deverá utilizar para construir um discurso inteligível a todos os indivíduos – e que atendem aos objetivos da presente pesquisa.

Buscamos, dessa forma, entender as concepções de Wersig e, assim, chegar a um nível aproximado da realidade na qual se insere o campo, afinal, para além das contribuições que este autor pode trazer, entendemos que, na busca pela perspectiva do outro, podemos nos aproximar de uma compreensão do real.

(...) o nível de aproximação da realidade tem como premissa que todo fato humano é um fato total e sua explicação deve considerar a totalidade dos processos sociais. Assim, quando um pesquisador estuda uma obra como estrutura significativa interna, estará tentando compreender a própria obra; se tentar abordá-la como estrutura parcial em uma estrutura maior, estará compreendendo o movimento da sociedade no qual a obra estudada se insere, ampliando sua compreensão sobre a própria obra. Mas, se inserir esse movimento, no qual se inclui a obra estudada, na estrutura global da classe social à qual pertence o autor, ele finalmente compreenderá a história dessa classe e poderá explicar a gênese do movimento e o conjunto de processos sociais que a obra expressa por meio de sua forma característica, aproximando-se do máximo de consciência possível e das reais possibilidades de comunicação e transferência de informações na sociedade. (FREIRE, 1995, p. 08)

9. WERSIG, Gernot. **Fokus Mensch: Bezugspunkte postmoderner Wissenschaft: Wissen, Kommunikation, Kultur.** Frankfurt am Main; Berlin; Bern; New York; Paris; Wien: Lang, 1993. 249 s.

10. WERSIG, Gernot. **Die Komplexität der Informationsgesellschaft.** Konstanz: UVK, Univ.-Verl. Konstanz, 1996. 244 s.

5.1 As teorias das Ciências Sociais na CI pela perspectiva encontrada na obra de Gernot Wersig – uma análise a partir dos conceitos apresentados

Ao analisar o artigo de Wersig em busca de possíveis relações com as teorias sociais, nos deparamos com a existência de uma série de conceitos trabalhados pelo autor. Em uma análise mais detida vimos que a partir destes conceitos poderíamos fazer uma aproximação das ideias apresentadas por Wersig com definições de outros autores.

Assim, selecionamos no artigo seis conceitos que Wersig utiliza para identificar o momento vivido pela sociedade e outros dois que são utilizados para se discutir o papel do conhecimento na sociedade contemporânea como postulada por ele.

A partir dos conceitos selecionados, fomos em busca de autores com os quais pudéssemos realizar um diálogo para aproximar ou contrapor o discurso apresentado nos conceitos.

5.1.1 Conceito de ação

Weber, ao propor os tipos de ação, apresenta uma visão do indivíduo caracterizado por um comportamento, a que ele denomina ação, que podem ser de quatro tipos, todas consideradas como sociais. A ação configura um comportamento através do qual a relação entre indivíduos ocorre de maneira subjetiva, sendo que, em sua configuração social, caracteriza-se pela atribuição de sentido por parte do indivíduo, entretanto, é determinada pela interseção com o outro no âmbito das relações estabelecidas por ambos.

Existem dois tipos de conduta que podem não ter motivação racional, como apresentado a seguir.

Na ação afetiva são as reações emocionais que ditarão os atos do indivíduo, não sendo consideradas por ele as consequências destes atos, “diz-se que o sujeito age de modo afetivo quando sua ação é inspirada em suas emoções imediatas (...) sem consideração de meios ou fins a atingir.” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 117). A racionalidade não é um pressuposto desse tipo de ação, nessa situação o indivíduo não está se pautando por valores ou objetivos pretendidos, ele age tão somente com base nos sentimentos que lhe ocorrem no momento em que age.

A ação tradicional é definida pelos atos praticados repetidamente pelo indivíduo, ou seja, “quando hábitos e costumes arraigados levam a que se aja em função deles, ou como sempre se fez, em reação a estímulos habituais, estamos diante da ação tradicional.” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 117). É a repetição dos atos e sua força latente nas ações do indivíduo que definem este tipo de ação, de acordo com a qual o indivíduo age muitas vezes sem ter claro para si a motivação de tal conduta.

Os outros dois tipos de ação são racionais, sendo que “A ação de um indivíduo será classificada como *racional com relação a fins* se, para atingir um objetivo previamente definido, ele lança mão dos meios necessários ou adequados, ambos avaliados e combinados tão claramente quanto possível de seu próprio ponto de vista.” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 116). Nesse tipo de ação o que está em jogo é o objetivo pretendido pelo indivíduo e quais recursos ele adotará para alcançá-los, importa para o indivíduo estabelecer um conjunto de atos e definir alternativas prováveis para alcançar suas metas.

A ação orientada por valores é definida pela confiança intrínseca em determinada conduta; nela o indivíduo crê absolutamente em seus princípios, em outras palavras, “a conduta será *racional com relação a valores* quando o agente orientar-se por fins últimos, por princípios, agindo de acordo com ou a serviço de suas próprias convicções e levando em conta somente sua fidelidade a tais valores.” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 116). Para o indivíduo interessa-lhe acreditar que sua conduta está de acordo com aqueles valores nos quais ele pauta sua vivência, isto é, o indivíduo precisa crer que está agindo sem entrar em contradição com seus princípios.

Há que se ter claro, porém, o alerta de Weber de que “muito raras vezes a ação, especialmente a social, está *exclusivamente* orientada por um ou outro destes tipos” que não passam de modelos conceituais puros, o que quer dizer que em geral as ações sofrem mais de um desses condicionamentos, embora possam ser classificadas com base naquele que, no caso, é o predominante. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 117)

O indivíduo, como ser complexo, age muitas vezes influenciado por mais de um tipo de ação, uma vez que hábitos adquiridos ao longo da vida podem levá-lo, por exemplo, a agir com base em determinados valores ou mesmo em busca de objetivos específicos.

Para além dos tipos de ação, Weber fala ainda da relação social, onde

uma conduta *plural* (de vários), reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos que descansam na probabilidade de que se agirá socialmente de um certo modo, constitui o que Weber denomina *relação social*. Podemos dizer que a relação social é a probabilidade de que uma forma determinada de conduta social tenha, em algum momento, seu sentido partilhado pelos diversos agentes numa sociedade qualquer. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 118)

Com base no entendimento do que seja uma relação social, pode-se inferir como essa ação conjugada pelos diversos atores vai influenciar a conduta individual do sujeito, dado que, embora ela seja de ordem subjetiva, é na interação com o outro que ela se determina.

É importante ainda diferenciar a relação social da ação social. A primeira é orientada pelo sentido compartilhado reciprocamente por um grupo de agentes, enquanto a segunda é definida pela conduta do outro.

Na teoria de Max Weber tem-se, então, que todos os seres humanos são considerados como responsáveis pelo processo de desenvolvimento social, para o qual os indivíduos colaboram com a construção da realidade, onde não são considerados apenas sujeitos, mas entendidos como agentes ativos no processo social. Assim, o conceito de ação social faz-nos entender como os seres humanos são agentes sociais ativos dentro da sociedade, onde o seu comportamento é consentido e planejado, sua ação é dotada de sentido e entendida à luz das afinidades sociais no âmbito das relações sujeito-sujeito, constituindo-se ente ativo do processo social.

Weber, ao conferir a primazia do sentido à ação do sujeito, vai rejeitar a existência de organizações e instituições que possam ter precedência sobre o indivíduo, ou mesmo que possam ter vida própria desvinculada da ação dotada de sentido, que é o que lhe dá origem (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 153). Desse modo, Weber afirma que só a consciência individual, ou seja, somente o sentido subjetivo dado pelo indivíduo é capaz de conferir sentido a ação, embora esse sentido possa ser compartilhado por diferentes indivíduos.

A própria obra de Weber toma esse caminho para explicar a compreensão do ser humano, pois a busca desse autor é pelo entendimento da ação individual, assim, ele considera que é importante fazer uma investigação do indivíduo e de suas ações, ou seja, considerar como o indivíduo compreende e confere sentido à própria conduta. Com Weber, evidencia-se o reconhecimento do sujeito ativo dotado de subjetividade a partir do entendimento de suas

ações específicas e individuais. Weber observa ainda que o caráter definidor das ações sociais reside no sentido que dão a elas seus atores. Isso indica como assumiu a fenomenologia, entendendo como é necessário penetrar nos significados das ações sociais, sobretudo através da linguagem, que é inseparável das práticas e das coisas (AZEVEDO, 2004, p. 128).

Partindo dessa perspectiva, temos uma aproximação de Wersig e Weber, dado que ambos estão posicionados dentro do campo das teorias sociais, no conjunto daquelas que enfatizam o sujeito, o micro e a ação individual ou com base em relações mediadas no que concerne aos indivíduos. Nesse sentido, a aproximação entre estes dois autores ocorre no nível microsociológico, ou seja, em que a perspectiva é a do estudo de indivíduos na sociedade, ao contrário do que pressupõem os estudos macrosociológicos, que adotam uma visão de estudo da totalidade social. Nessa visão microsociológica o panorama buscado é como os indivíduos criam e interpretam seu mundo social.

Aproximam-se, portanto, de teorias que também buscam esse entendimento e, assim, pode-se estabelecer uma aproximação nesse momento com a sociologia fenomenológica representada, entre outros, por Adolf Schutz e Edmund Husserl, em que se vê a necessidade de ir além das manifestações imediatas para captar os fenômenos e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas; uma vez que para a fenomenologia não existe um objeto em si, ele existe para um indivíduo que vai lhe conferir diferentes significações ao longo da vida.

Outra aproximação teórica que nos propomos fazer entre as possíveis abordagens dentro desse universo microsociológico é com a etnometodologia, representada entre outros por Harold Garfinkel. A abordagem da etnometodologia busca analisar os procedimentos que os indivíduos utilizam na vivência cotidiana. Ela pressupõe antes a ideia de compreender do que de explicar as ações dos indivíduos.

Dessa forma, imergidos nesse universo das interações individuais, somos levados a buscar uma compreensão mais detalhada da relação específica entre o conceito de ação social de Weber e o tipo de ação informacional definida por Wersig como ação orientada pela informação.

Na definição de Wersig, a informação é entendida como conhecimento para a ação, o que quer dizer que o comportamento racional necessita de conhecimento. Nesse sentido, entender a definição de Weber para ação nos permite localizar o pensamento de Wersig, visto que ele

vai buscar no entendimento daquele o que deve ser o foco da Ciência da Informação: a noção de que o papel da ciência deve ser o de ajudar as pessoas confusas pelas situações causadas pelo uso do conhecimento na sociedade contemporânea.

Embora haja uma aproximação grande do pensamento de Wersig e Weber no plano teórico, o mesmo não se nota quando nos transportamos para o nível da prática. Ocorre nessa perspectiva que Wersig, ao falar dos sujeitos, define-os como indivíduos com lacunas de conhecimento que deverão ser preenchidas, e a Ciência da Informação se apresenta, então, como o campo do conhecimento que preencheria essas lacunas.

A questão que se coloca presente nesse contexto é a da responsabilidade social que a Ciência da Informação adquire frente às necessidades apresentadas pelos indivíduos. Esse entendimento decorre da percepção de que a área pode trabalhar em duas direções que se complementam. A primeira delas aponta para os indivíduos que, de acordo com Wersig, precisam da ajuda de disciplinas como a Ciência da Informação para que possam lidar com as situações problemáticas que aparecem em seu cotidiano, causadas pela complexidade do conhecimento contemporâneo. A outra direção aponta para a própria Ciência da Informação, que deve utilizar a informação, concebida como um conhecimento para a ação, para tornar mais fácil, ou menos complicado, o processo de aquisição de conhecimentos pelos indivíduos. Caberia ao campo, portanto, situar-se no nível intermediário entre indivíduos e conhecimento, oferecendo a ambos as condições de se inserirem no cotidiano social e, em última instância, de se inserirem no contexto da sociedade pós-moderna.

Na perspectiva apresentada, tomando como base a ação racional, dois horizontes se mostram propícios para o desenvolvimento do pensamento de Wersig. Na ação racional com relação a fins, dispondo o sujeito de todos os meios necessários para alcançar seu objetivo, podemos inferir que essa ação se pautará na informação enquanto conhecimento para ela própria, e que esse conhecimento pode ser transformado em algo que vai dar suporte a uma ação específica – nesse caso, voltada para um fim determinado – numa situação que é também específica.

Nesse contexto, pautado por uma ação relativa a fins, entendemos que o indivíduo vai buscar a maior quantidade de informações possíveis para tomar suas decisões, visto que essa ação baseia-se nas expectativas em relação ao comportamento de objetos do mundo exterior e em relação ao comportamento de outros homens. Dessa forma, a informação é o subsídio que permitirá ao indivíduo utilizar essas expectativas como instrumentos para alcançar os

objetivos racionalmente definidos, portanto, é a informação, enquanto conhecimento no qual a ação pode se basear, que permite ao indivíduo definir objetivos e traçar meios para alcançá-lo, tomando decisões sempre com base nesses dados.

Ainda pensando nas ações racionais, o indivíduo pode tomar como base uma conduta orientada por valores, nos quais o conhecimento das tradições ou costumes vai orientar sua atitude. Nesse caso, o que determinará a ação do indivíduo será o fato de que ele crê, de forma consciente e absoluta, no valor de um comportamento. A conduta definida por valores não leva em conta as possibilidades de êxito, ela se sustenta, antes, na crença de que a ação correta é o próprio comportamento adequado. Assim é que a informação, enquanto conhecimento para a ação, penetra no universo deste tipo de conduta. A informação não é utilizada para definir qual conduta melhor levará o indivíduo a atingir um objetivo, ora, não é isso que constitui sua premissa essencial. Nesse tipo de contexto, a informação tão somente será priorizada como subsídio orientador, auxiliando o indivíduo no conhecimento ou mesmo na interpretação dos valores que pautam sua vida.

Como o próprio Weber esclarece, muito raramente o indivíduo age tendo por base apenas um tipo de ação. Na maioria das vezes, ele é influenciado por mais de um modelo, logo, a conduta dos indivíduos na busca de conhecimento também não é uma tarefa simples, mesmo porque o saber buscado para a ação carrega sempre a possibilidade de mudança, tornando muito complexo o comportamento racional; decorre disso que os atores – nas palavras de Wersig, ou indivíduos, de acordo com Weber – precisam de ajuda para definirem suas ações.

Assim, para além das condutas determinadas pela ação racional, Wersig afirma que a Ciência da Informação tem como dever ajudar as pessoas (atores – sejam indivíduos, instituições ou organizações) confusas pelas situações causadas pelo conhecimento. Decorre daí que, a ação, entendida como comportamento que se determina na interação com o outro, pode pautar a necessidade que se faz presente nesse processo, que é capacitar as pessoas para sobreviverem num tal ambiente de conhecimento.

5.1.2 Esclarecimento

Para definir o conceito de esclarecimento, Adorno e Horkheimer partem do ponto de vista de que

a mitologia mais remota de nossa civilização já contém certo elemento “esclarecedor”: pretende organizar o mundo com os instrumentos que possui à sua disposição, cuja precariedade material é compensada com aspectos ideológicos associados à crença e ao culto. Segundo eles, de modo análogo, a super-desenvolvida ciência de nossa época, ao invés de extirpar de vez a credence e a superstição, acaba engendrando uma nova mitologia. (DUARTE, 2002, p. 8-9)

Os autores vão apresentar o esclarecimento como um processo de “desencantamento do mundo”, através do qual desencantar-se do mundo significa livrar-se da magia e dos mitos, bem como de todo pensamento considerado equivocado, em prol da razão, sendo que para isso é necessário dominar a natureza. Ocorre que nesse processo de dominação da natureza para libertar o sujeito, acontece uma dominação do próprio homem, pois o esclarecimento que surge como elemento de libertação, acaba tornando-se uma nova ideologia, na qual o próprio homem é subjugado e dominado, agora, pelo esclarecimento. “Se o Iluminismo pretendeu desmistificar a natureza, desenfeitiçá-la, desencantá-la – pelo recurso a razão explicadora e dominadora dos fenômenos naturais – o resultado foi, segundo Adorno e Horkheimer, ‘uma triunfante desventura’.” (MATOS, 1993, p. 46).

Nesse sentido, o esclarecimento que se apresenta através da razão explicadora e que vem para libertar o homem, transfigura-se em uma técnica que promove apenas o domínio sobre a natureza de forma precisa e eficaz, não objetivando a realização do homem enquanto indivíduo livre.

O ‘conceito de esclarecimento’, tem como objetivo elucidar o escopo da racionalidade restritiva que tem caracterizado o desenvolvimento da civilização ocidental, cujo programa “era o desencantamento do mundo. Ele [o esclarecimento] queria dissolver os mitos e desbanca a credence através do conhecimento”. Em outras palavras, tal conhecimento, oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais, se corporificou no conceito moderno de “técnica”, que não tem como objetivo a felicidade do gênero humano, mas apenas uma precisão metodológica que potencialize o domínio sobre a natureza.. (DUARTE, 2002, p. 26-27)

O esclarecimento pode ser entendido, a partir desses pressupostos, como um modo de livrar os homens do medo da natureza, através do combate aos mitos e à credence, e sua posterior dominação, para torná-los, assim, senhores daquela. O esclarecimento traz como ideia principal “a de que o processo civilizatório, no qual o homem aprendeu progressivamente a controlar a natureza em seu benefício, acaba revertendo-se no seu contrário – na mais crassa barbárie –, em virtude da unilateralidade com que foi conduzido desde a idade da pedra até nossos dias.” (DUARTE, 2002, p. 8).

Nesse horizonte, no qual o homem desenvolve a capacidade de manipular a natureza a seu favor, é ele quem acaba revertendo esse poder da racionalidade contra si próprio, dado que o esclarecimento que o liberta do medo dessa natureza desconhecida torna-se, pois, o seu algoz, dominando-o e manipulando-o.

Segundo Horkheimer e Adorno, o impulso para a dominação nasce do medo da perda do próprio Eu, medo que se revela em toda situação de ameaça do sujeito em face do desconhecido. Nesse sentido, o mito e a ciência têm origem comum: controlar as forças desconhecidas da natureza, a multiplicidade incontrolada do sensível. (MATOS, 1993, p. 45)

Ao invés de libertar os homens pela racionalidade, o esclarecimento vai reconhecer sua própria face inscrita nos mitos, uma vez que “quaisquer que sejam os mitos de que possa se valer a resistência, o simples fato de que eles se tornam argumentos por uma tal oposição significa que eles adotam o princípio da racionalidade corrosiva da qual acusam o esclarecimento. O esclarecimento é totalitário.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 22). Uma vez transformado o mito em esclarecimento, a natureza torna-se, de acordo com os autores, mera objetividade. É na medida em que conhece os homens que o esclarecimento pode dominá-los. “Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação. Essa identidade constitui a unidade da natureza.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 24).

O esclarecimento é totalitário como qualquer outro sistema. Sua inverdade não está naquilo que os românticos sempre lhe censuraram: o método analítico, o retorno aos elementos, a decomposição pela reflexão, mas sim no fato de que para ele todo o processo está decidido de antemão. Quando, no procedimento matemático, o desconhecido se torna a incógnita de uma equação, ele se vê caracterizado por isso mesmo como algo de há muito conhecido, antes mesmo que se introduza qualquer valor. A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37)

De acordo com Duarte (2002, p. 53), o esclarecimento considera ilusão tudo aquilo que não se traduz em números, esses, entendidos como cânon do esclarecimento, na medida em que exprimem o anseio de toda desmitologização. É com essa convicção, todavia, que o esclarecimento vai utilizar todos os recursos do cálculo para explicar a sociedade, a qual não se verá como tendo existência para além dele. Desse modo, é com base na precisão dos números e sua lógica racional que se deve conduzir o desenvolvimento do homem.

Duarte (2002, p. 53) ressalta ainda que o conceito apresentado por Adorno e Horkheimer sobre o esclarecimento seria uma análise crítica da posição que a ciência ocupa em nossa

civilização, neste entendimento “(...) os frankfurtianos afastaram-se do cientificismo materialista, da crença na ciência e na técnica como pressupostos da emancipação social, pois ‘do conhecimento científico da natureza decorre a nulidade do homem’, dizia Schopenhauer. A ciência perdeu sua destinação humana.” (MATOS, 1993, p. 32). A concepção apresentada pelos autores, deixa entrever, portanto, como o esclarecimento se converte em elemento de dominação, em que a própria concepção de ciência se distancia do homem enquanto ser social, negando-lhe a emancipação.

No que concerne à postura dos autores em relação à presença do cálculo em nossas sociedades, cabe ressaltar que ele não é entendido como atributo do gênio humano, mas, antes, como aquilo que já está dado pela natureza e por meio da racionalidade deve ser captado e adaptado por nós. Nesse sentido, o cálculo é apresentado como base da nossa sociedade, sem o qual não conseguiria sobreviver. Entretanto, o cálculo se converte em elemento de dominação, na medida em que o desenvolvimento da ciência anula o homem em sua existência.

A aproximação de Wersig com esses autores se dá quando ele apresenta uma visão que parte do entendimento de que a nossa sociedade é regida pelo cálculo. Dentro dessa perspectiva, apresenta-nos uma discussão na qual o conhecimento ganha cada vez mais importância em nossas sociedades. Disso decorrem duas questões: a primeira, segundo ele, é o advento das tecnologias, das quais falaremos mais detidamente quando tratarmos do pensamento complexo, cujo objetivo é exatamente reduzir a complexidade do pensamento; e a segunda, que nos interessa particularmente neste momento, é sobre o esclarecimento. Wersig, em relação ao esclarecimento, diz que ele tem como pressupostos o fato de que o mundo não pode ser explicado por crenças e sim pelo conhecimento. Entretanto, este conhecimento para explicar o mundo deve ser empiricamente universal, deve poder ser comprovado e deve poder ser acompanhado por todos. Seriam, pois, essas as condições que levam ao desenvolvimento do cálculo pelas sociedades; cálculo esse que deveria estar disponível para todos, ao mesmo tempo em que deveria ser constituído por elementos padrões de conhecimento. Esse processo é denominado pelo autor de racionalização da ação. Trata-se exatamente das ações baseadas em cálculos, sendo que tais ações precisam ser constituídas por elementos padrões. No caso de sociedades constituídas assim, o conhecimento é orientado por cálculos.

Essa questão adquire uma importância crucial, por um lado, está ligada à importância do cálculo em nossas vidas, visto que criamos as tecnologias que permitiram isso e, por outro

lado, as sociedades contemporâneas, de acordo com Wersig, tanto as modernas quanto as pós-modernas, se tornariam impossíveis em sua organização sem essas tecnologias. Wersig afirma que nem tudo pode ser calculado ou é quantificável, e que o processo racional de comportamento deveria se servir de outros meios para tomar o conhecimento como base. Ocorre, entretanto, que mesmo afirmando as limitações impostas pelo cálculo, percebemos no discurso do autor uma tendência a divulgar a ideia de que o cálculo é que determina nossa vida em sociedade.

Na aproximação que buscamos entre Adorno/ Horkheimer e Wersig, inferimos que, naquilo que concerne especificamente ao campo da Ciência da Informação, tal aproximação ocorre quando pensamos no problema causado pela informação, ou seja, o “dilúvio” informacional e percebemos que “the use of calculi that could be mastered by calculating technology (which is called information technology) has increased during the last decades¹⁸” (WERSIG, 1993, p. 233), adquirindo níveis maiores de participação na organização da sociedade.

Outra aproximação que nos pareceu possível refere-se ao papel que o conhecimento tem na realidade pós-moderna, dado que, sem as tecnologias do cálculo, a organização de tais sociedades não seria possível. O que não quer dizer que o autor defenda o uso do cálculo para definir e para ser entendido como síntese de tais sociedades, ocorre que, para além do reconhecimento da importância do cálculo nessas sociedades, nas quais o conhecimento se torna cada vez mais complexo, Wersig defende que “not everything is calculable, not in all cases are simple calculi appropriate, not every knowledge is calculable, and calculi do not make fun. There should be other ways to process rational behavior based on knowledge.¹⁹” (WERSIG, 1987; *apud* WERSIG, 1993, p. 233).

Há mais outro ponto que também consideramos pertinente ressaltar, dado que, pelo discurso apresentado por Wersig, deduzimos que compartilhe a visão de Adorno/ Horkheimer, segundo a qual o esclarecimento se converteu em dominação, visto que quando ele nos apresenta o uso do cálculo como dominado pela tecnologia do cálculo – segundo ele, também chamada tecnologia da informação – nos apresenta juntamente a ideia de que a informação é conhecimento em ação, isto é, o comportamento racional do qual falamos anteriormente

¹⁸ O uso do cálculo dominado pela tecnologia do cálculo (que é chamada de tecnologia da informação) tem crescido durante as últimas décadas. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

¹⁹ Nem tudo é quantificável, nem todos os casos são simples cálculos apropriados, nem todo conhecimento é calculável e o cálculo não é divertido. Deveriam existir outros meios para o processo racional de comportamento baseado no conhecimento. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

precisa de conhecimento, e este, por sua vez, terá como função dar suporte a uma ação específica numa situação que também o é. As pessoas não podem simplesmente desempenhar tarefas com base nos significados dessas porque o conhecimento pode mudar, decorre dessa complexidade que atores precisam de ajuda para desempenhar suas tarefas.

Estamos dizendo tudo isso para justificar havermos inferido que Wersig tenha adotado esse ponto de vista em relação ao esclarecimento, através do qual o autor afirma que a história da Ciência da Informação, pelo então exposto, tenha como sentido fundamental a ajuda às pessoas. Contudo, ele considera que a ciência clássica tem complicado os problemas tentando resolvê-los. E, no que concerne a Ciência da Informação – especialmente a recuperação da informação – acredita que esta tenha cooperado para que os efeitos problemáticos das tecnologias utilizadas para o conhecimento tenham sido reforçados. Todavia, segundo o autor, tal fenômeno, ainda novo, deverá ganhar a devida amplitude e, então, a Ciência da Informação terá elucidado seu objetivo principal, qual seja a ajuda a pessoas confusas pelas situações que ocorrem com o uso do conhecimento.

Deriva desse entendimento que a posição de Wersig esteja em consonância com a de Adorno e Horkheimer, no momento em que ele acredita na possibilidade de uma sociedade esclarecida pela libertação dos homens, ou seja, pelo uso da informação para a ação, em que prevalece a ideia de um sujeito autônomo. No entanto, seu discurso aponta que o atual momento em que a sociedade vive é o da dominação pelo esclarecimento, da dependência intrínseca das tecnologias do cálculo, em que prevalece a ideia de um sujeito dependente.

Justamente em torno dessa problemática que surge a proposição de Wersig de que a Ciência da Informação deve, então, tomar como objetivo a ajuda às pessoas, talvez na intenção de que elas realmente sejam livres: “there is need for people to be educated to behave in this knowledge environment, there is need for rules and guidance for these people, for systems and other means of helping them to find their way.”²⁰ (WERSIG, 1993, p. 233). Nesse sentido, o autor sugere a ciência como instrumento para ajudar o indivíduo, na medida em que afirma que o indivíduo precisa da ciência para ajudá-lo. Decorre daí uma visão um tanto positivista em relação a inserção do sujeito no processo de conhecimento.

²⁰ Existe a necessidade das pessoas serem capacitadas para sobreviverem neste ambiente de conhecimento, existe necessidade de regras e orientações para essas pessoas, de sistemas e outros modos de ajudá-las a encontrar seu próprio caminho. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

Assim, Wersig se aproxima de Adorno e Horkheimer quando acredita na possibilidade de uma sociedade, onde o esclarecimento é possível com sujeitos autônomos. Mas, por outro lado, se afasta do pensamento desses dois autores quando apresenta uma visão positivista, ao afirmar que o papel da Ciência da Informação é ajudar as pessoas confusas pelo uso do conhecimento. Podemos concluir, a esta altura, que embora exista uma aproximação do posicionamento de Wersig em relação a Adorno e Horkheimer, ela é tênue. Basta lembrarmos que os dois últimos filiam-se a perspectiva marxista, da qual Wersig não parece se aproximar tanto, visto que ao analisar sua obra temos a impressão de que ele vê pouco conflito nas situações que apresenta, ora, é justamente o conflito que define o princípio básico do marxismo.

5.1.3 Identidade

Para entender a questão da identidade, Hall (1997) apresenta três concepções que se sobrepõem e são alteradas em função de uma nova sociedade, construindo uma nova concepção de identidade.

O indivíduo apresentado pelo Iluminismo era visto como sendo dotado de uma única identidade, com a qual se desenvolvia durante toda a vida; a identidade era considerada o núcleo de um indivíduo, na qual se tem a figura individualista do sujeito. Portanto, a questão da identidade era pensada como algo já constituído *a priori* pelo sujeito, que já nascia racional, consciente e com capacidades de ação, com as quais se desenvolvia ao longo de sua vida.

o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. (HALL, 1997, p. 11)

A ideia de sujeito sociológico que aqui se apresenta é a de um indivíduo cuja identidade se forma na interação entre o eu e a sociedade. Nesse indivíduo, o núcleo ainda permanece, entretanto, a sua formação se dá no relacionamento com o outro, isto é,

a noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas

importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ ela habitava. (HALL, 1997, p. 11)

O sujeito sociológico era, portanto, pensado como um indivíduo que se completava quando em relação com outros, com os quais ele dividia o próprio mundo, isto é, a identidade desse sujeito se formava pelo compartilhamento da cultura.

Essas concepções de sujeito do Iluminismo e sujeito sociológico é que, no advento da sociedade contemporânea, vão sendo alteradas. O argumento é que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.” (HALL, 1997, p. 12-13). Já não se pensa mais o sujeito como tendo uma identidade única e já constituída *a priori*, a concepção da identidade nesse entendimento, está relacionada a ideia de que ela é uma construção contínua dos sujeitos.

Decorre dessa alteração – na própria constituição da identidade dos sujeitos – a formação de uma nova concepção de identidade, de um sujeito pós-moderno, caracterizado por não possuir uma identidade fixa, essencial ou permanente.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 1997, p. 13)

A concepção de identidade apresentada para o sujeito pós-moderno não se pauta apenas pela construção individual ou coletiva, de forma subjetiva ou em interação, para formar uma identidade única, a identidade nessa sociedade contemporânea vai se formar utilizando também esses elementos, mas não será uma identidade única, imutável, será antes uma identidade fragmentada, que se constitui e se modifica permanentemente, utilizando diversos elementos disponíveis no mundo, no contexto da cultura, da história, das interações face a face ou coletivas.

Entendidas essas concepções de identidade, tem-se por perspectiva que essa construção baseia-se na estrutura da sociedade contemporânea, uma vez entendido que “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 1997, p. 15), nas quais esse ritmo acelerado de mudança implica um

deslocamento no qual “as sociedades da modernidade tardia (...) são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos.” (HALL, 1997, p. 18).

A identidade nessa modernidade tardia, ou pós-moderna, é ela própria resultado dessa concepção de sociedade, na qual as mudanças são constantes, o ritmo acelerado e a própria concepção de sujeito é alterada de acordo com essas mudanças, o que faz com que os indivíduos sejam levados a adquirir outras posturas em face de tais mudanças, o que leva a construção de novas e/ ou diferentes identidades.

Abre-se, assim, a possibilidade de uma identidade ser construída e reconstruída pelos sujeitos através do seu pertencimento cultural e de suas interações. Ela vai ser moldada pelas experiências do indivíduo no decurso do seu próprio desenvolvimento e pelas relações sociais que manter. É na sociedade e pela sociedade que um indivíduo constitui suas identidades, dado que elas podem ser alteradas no decorrer de sua vida e de acordo com a vivência de cada qual. Diante dessas colocações em relação a identidade somos levados a pensar, especialmente, em duas questões quando analisamos essas concepções pelo prisma de Stuart Hall.

A primeira delas está ligada às alterações que de fato ocorrem na realidade, ou seja, a realidade pós-moderna, que traz uma nova concepção de sociedade, dentro da qual os sujeitos integram uma forma de pensar e entender o real de modo diferente do que até então estávamos acostumados. Essa concepção pós-moderna permitiu aos indivíduos adquirir uma postura mais crítica frente à realidade que nos é oferecida, e tem propiciado a estes mesmos indivíduos permanecer numa atitude de constante vigilância frente ao mundo em que vivemos, já não há um mundo a nos ser dado, ele será construído pelos sujeitos e, assim também, as próprias identidades serão construídas nessa realidade, aqui entendida como pós-moderna.

A segunda questão refere-se às alterações conceituais sobre a concepção de identidade, de acordo com as quais ela é uma construção diária do sujeito, pela sua vivência, pelo seu pertencimento a uma determinada sociedade e cultura, assim, a identidade do sujeito pós-moderno é enxergada tendo-se como horizonte seu papel ativo nessa construção. Essa perspectiva leva-nos a aproximar Hall do que Wersig chama de fragmentação, visto que no

desenvolvimento de nossa vida, e por consequência de nossas identidades, deparamo-nos com diversas situações e conhecimentos fragmentados, isto decorre do fato de que “we all belong to different groups and settings, travel to other places, have different hobbies, and so on.”²¹ (WERSIG, 1993, p. 232). Assim, a constituição de nossa identidade é afetada por estes fatores, pois “we all need knowledge from very different fields, we easily change the fields we enter, and we try to compose ourselves out of the fragments that are offered by the different cultural and knowledge industries”²² (WERSIG, 1993, p. 232); com base nessas questões e na combinação delas é que se formam a nossa identidade de sujeitos pós-modernos.

Essa fragmentação do conhecimento sofre a influência de fatores como o volume de conhecimentos disponíveis que torna impossível que alguém o reúna, a crescente diferenciação dos campos de ação que estão envolvidos em diferentes padrões e a existência de sistemas finais, ideologias ou religiões. Essas condições tomadas em conjunto, ou individualmente, colaboram na produção do conhecimento isolado em cada campo do saber, sem dialogar com os demais campos.

Nesse processo, o conhecimento é apresentado como uma consequência de múltiplas visões, resultado de múltiplas verdades e de diversas formas de se conceber o mundo. Dentro dessa perspectiva, os indivíduos se veem diante da fragmentação na busca pela solução de seus problemas. Assim, os indivíduos precisam encontrar uma direção que lhes permita caminhar em meio a uma produção de conhecimentos que é fragmentada, bem como da representação desses conhecimentos que também ocorre de modo fragmentado e, por fim, da sua necessidade, que também é fragmentada pela própria constituição do conhecimento em meio a essa sociedade.

Com base nessas inferências, diante da aproximação das ideias de Wersig e das concepções de Hall, vemos como ambos estão vinculados às teorias que enfatizam o papel do sujeito, mas numa perspectiva, sobretudo, crítica.

²¹ Todos pertencemos a diferentes grupos e estratos sociais, viajamos para outros lugares, temos *hobbies* diferentes e assim por diante. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

²² Todos necessitamos dos conhecimentos dos diferentes e variados campos, mas podemos facilmente mudar de campo e nos tornarmos, nós mesmos, um todo a partir de fragmentos que nos são oferecidos por diferentes culturas e conhecimentos industrialmente processados. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

Nesse sentido, podemos relacionar esse diálogo empreendido pelas ideias de Stuart Hall e Wersig a teorias como a fenomenologia, uma vez que a dimensão subjetiva inerente aos sujeitos se faz presente na captação da realidade, sem, no entanto, perder a consciência crítica de que qualquer método para apreender o real será sempre mais pobre que a própria realidade. Aproximamos também esses autores da teórica crítica no momento em que o desenvolvimento social ocorre a partir da autonomia dos indivíduos conscientizados, e os relacionamos ainda ao humanismo, segundo o qual as experiências humanas precisam levar em conta diferentes quadros de referência, da forma que os indivíduos a experienciam, dando especial importância a racionalidade, tendo como pressuposto que a interpretação subjetiva é central a toda atividade humana e não pode ser ignorada. Entendemos ainda que, neste contexto, podemos incluir também a questão das identidades próprias dos sujeitos.

Essas são algumas relações encontradas entre tais autores e que nos permitem criar uma aproximação com o quadro teórico. Contudo, não nos esqueçamos que outras inferências podem se mostrar possíveis nesta construção.

5.1.4 Credibilidade do conhecimento

Diversos estudiosos afirmam que a sociedade contemporânea se encontra diante de um novo tempo, no qual a própria noção de sociedade se reconstrói e se pauta por uma nova maneira de conceber o mundo, quer dizer, “muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as Ciências Sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade.” (GIDDENS, 1991, p. 11).

Nesse sentido, apresenta-se uma concepção para além da modernidade – a pós-modernidade – que se caracteriza por uma nova maneira de entender o mundo, onde “a perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado.” (GIDDENS, 1991, p. 12). É a essa nova concepção, a qual o autor afirma que as Ciências Sociais devem responder, que constitui um *locus* de entendimento do mundo, onde as diversas compreensões de conhecimento se coadunam e permitem visões diferenciadas.

Para entender essa nova concepção, faz-se necessário olhar para algumas questões que marcaram o momento histórico que culminou na pós-modernidade. O período da modernidade, conforme apresentado por Giddens (1991, p. 30), tem como característica

marcante o dinamismo, que se apresenta como derivado de três fontes, que são a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. É a própria separação entre tempo e espaço a condição principal para o desenvolvimento do processo de desencaixe; já no que concerne ao conhecimento, ele caracteriza-se pela interligação direta entre pensamento e ação. De modo que esse dinamismo característico da realidade coloca-se em correlação direta com aquilo que Giddens denomina como descontinuidades da modernidade. Segundo o autor entre essas descontinuidades estão o ritmo de mudança presente na modernidade, que é extremamente rápido, o escopo dessa mudança que apresenta ondas de transformação social penetrando toda a superfície da terra e, por fim, a natureza intrínseca das instituições modernas, nas quais algumas formas sociais atuais não se encontram em períodos precedentes.

Tratando ainda da questão do dinamismo que marca o período da modernidade, Giddens apresenta os mecanismos de desencaixe envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas, os quais esclarece ele são o “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p. 29 e 30). Os mecanismos de desencaixe apresentados pelo autor são as “fichas simbólicas: meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (GIDDENS, 1991, p. 30), cujo exemplo mais claro é o dinheiro e os sistemas peritos, que são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e sociais em que vivemos hoje.” (GIDDENS, 1991, p. 35).

As fichas simbólicas, como apresentado, não têm qualquer vinculação explícita com os indivíduos que delas fazem uso e não dependem de uma correlação com as características individuais daqueles que as utilizam; já os sistemas peritos estão pautados em uma crença coletiva de que alguns serviços e instituições são legítimos e capacitados para exercerem determinadas atividades, entretanto, a inserção desses sistemas na vida dos indivíduos não dependem de um conhecimento anterior do indivíduo, elas se pautam pela experiência cotidiana e pelas instituições reguladoras que atuam acima das organizações profissionais. Como exemplo desse tipo de sistema, o autor cita a confiança que se tem de que um avião vai decolar e pousar em segurança e que um médico vai acertar o diagnóstico.

Os dois mecanismos apresentados têm por base a questão da confiança, a qual tem um envolvimento intrínseco com as instituições da modernidade. “A confiança, em suma, é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva.” (GIDDENS, 1991, p. 35). Temos, entretanto, que a confiança nos sistemas peritos não se pauta pelo conhecimento dos processos ali envolvidos e, ainda de acordo com este autor, esta além de ser um artigo de fé, parte do pressuposto de que se conhece a possibilidade de risco, pois a fé diferentemente da crença, lida com a questão dos riscos que são inerentes à confiança.

Tendo apresentado os mecanismos de desencaixe, e como a confiança se insere nesse contexto, o autor apresenta a questão do conhecimento no seio da vida social, onde “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (GIDDENS, 1991, p. 45).

Nesse sentido, é pertinente construir um entendimento de que todas as relações sociais são criadas pela vontade humana, a partir da qual “todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas.” (GIDDENS, 1991, p. 45). Assim, cabe inserir aqui uma distinção feita por Tonnies (1947) entre a vontade essencial, entendida como sendo básica e espontânea, interferindo na ação humana pelo passado, e a vontade arbitrária, como sendo reflexiva e deliberada, interferindo na ação humana no futuro. A partir desses dois tipos de vontade é que ele vai explicar a emergência de dois tipos de grupos sociais, a comunidade e a sociedade.

A comunidade, derivada dessa vontade essencial, é constituída por relações pessoais e baseia-se em questões como a religião, os costumes e a cooperação, organizando-se com base em princípios como parentesco, território, língua e religião.

la teoria de la comunidad parte de la unidad perfecta de la voluntad humana considerándola estado primitivo o natural que se conserva a pesar de la separación empírica y a través de la misma, desarrollándose de diversos modos según la índole necesaria y dada de las relaciones entre individuos diversamente condicionados. (TONNIES, 1947, p. 25)²³

²³ A teoria da comunidade parte da unidade perfeita da vontade humana considerando-a um estado primitivo ou natural que se conserva apesar da separação empírica e através dela, desenvolvendo-se de diversos modos segundo a índole necessária, já dada, das relações entre indivíduos diversamente condicionados. (tradução da autora)

A sociedade por sua vez é constituída por relações impessoais, baseando-se em interesses pessoais, no direito e na opinião pública. Ela surge quando a comunidade se torna especializada através de pessoas e serviços, sendo organizada com base em contratos e constituições.

La teoría de la sociedad construye un círculo de hombres que, como en la comunidad, conviven pacíficamente, pero no están esencialmente unidos sino esencialmente separados, y mientras en la comunidad permanecen unidos a pesar de todas las separaciones, en la sociedad permanecen separados a pesar de todas las uniones. Por consiguiente, no tienen lugar en ella actividades que pueden deducirse a priori y de modo necesario de una unidad existente, y que, en consecuencia, también en cuanto se operan por medio del individuo, expresen en él la voluntad y espíritu de esta unidad, o sea que tanto se llevan a cabo para él mismo como para los que con él están unidos. Todo lo contrario: en ella cada cual está para sí solo, y en estado de tensión contra todos los demás. Las esferas de su actividad y de su poder están rigurosamente delimitadas, de suerte que cada cual rechaza contactos e intromisiones de los demás, considerándolos como actos de hostilidad. Esta actitud negativa es la relación normal y siempre fundamental entre estos sujetos de poder, y caracteriza a la sociedad en estado de equilibrio. (TONNIES, 1947, p. 65)²⁴

Como apresentado pelo autor, a comunidade é fundamentada por questões afetivas e pode ser representada por instituições como a família e por ligações locais. No caso da sociedade ela é objetiva e racionalizada, tendo como instituições que a representam as cidades e o Estado.

Assim, “quando as reivindicações da razão substituíram as da tradição, elas pareciam oferecer uma sensação de certeza maior do que a que era propiciada pelo dogma anterior.” (GIDDENS, 1991, p. 46). Nessa perspectiva, as instituições apresentadas pela sociedade ganham em credibilidade por se apresentarem como o *locus* do conhecimento. Todavia, nessa concepção de sociedade que se apresenta na contemporaneidade tem-se que “em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar.” (GIDDENS, 1991, p. 46).

²⁴ A teoria da sociedade constrói um círculo de homens que, como na comunidade, convivem pacificamente, mas não estão essencialmente unidos e sim essencialmente separados, enquanto na comunidade permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permanecem separados apesar de todas as uniões. Consequentemente, não têm lugar nela atividades que podem ser deduzidas *a priori* e necessariamente como sendo de uma unidade existente, e que, em consequência, também enquanto se operam por meio do indivíduo, expressam nele a vontade e o espírito dessa unidade, ou seja, se leva a cabo tanto para ele mesmo como para aqueles com quem ele está unido. Pelo contrário: nela cada qual está por si só, e em estado de tensão contra todos os outros. As esferas de sua atividade e de seu poder estão rigorosamente delimitadas, de modo que cada qual repudia os contatos e intromissões dos demais, considerando-os como atos de hostilidade. Esta atitude negativa é a relação normal e sempre fundamental entre estes sujeitos de poder, e caracteriza a sociedade em estado de equilíbrio. (tradução da autora)

Mientras, por lo tanto, la vida urbana comun se mantiene totalmente dentro de la comunidad de la vida de familia y de la tierra, dedicándose también a la agricultura pero muy especialmente al arte basado en estas naturales necesidades y concepciones y al artesanato, al elevarse a gran ciudad se aparta marcadamente de eso para reconocer y utilizar aquella su base unicamente ya como medio e instrumento para sus fines. La grand ciudad es típica pura y simplemente de la sociedad. Es, por lo tanto, ciudad mercantil y, en cuanto el comercio domina en ella al trabajo productivo, ciudad fabril. (TONNIES, 1947, p. 308)²⁵

Assim, a sociedade se caracteriza por ter relações sempre baseadas na impessoalidade, na racionalidade e na objetividade. Acima da liberdade dos indivíduos paira um poder social que, em nome da sociedade, traz a convenção para ocupar o lugar deixado pelos costumes e pela religião. A própria sociedade se apresenta numa “fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social” (GIDDENS, 1991, p. 52), que se apresenta em consonância com a sociedade evoluída das comunidades, através do desenvolvimento cultural.

afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral. (GIDDENS, 1991, p. 52)

Quando olhamos para o que Giddens nos apresenta em relação à credibilidade do conhecimento, vemos que Wersig, ao trabalhar com as questões de despersonalização e crença, se aproxima desses conceitos. Assim, quando Wersig trata da despersonalização, ele nos lembra que antes da invenção de tecnologias de impressão o conhecimento era, de certa forma, mais pessoal, e sua disseminação ocorria quase que de forma exclusivamente oral. Ocorre, então, como se pode perceber, que era na vida em comunidade que esse conhecimento se disseminava. Ele tinha uma característica pessoal, baseava-se na confiança que se tinha naquele que o transmitia. Com o desenvolvimento das tecnologias de impressão, as pessoas

²⁵ Enquanto isso, portanto, a vida urbana comum se mantém totalmente dentro da comunidade, da vida familiar e da terra, dedicando-se também a agricultura e, muito especialmente a arte, baseada em suas naturais necessidades e concepções, e ao elevar-se a grande cidade se distancia notoriamente disso para reconhecer e utilizar aquela sua base unicamente já como meio e instrumento para seus fins. A grande cidade é típica pura e simplesmente da sociedade. É, portanto, cidade mercantil e enquanto o comércio domina nela o trabalho produtivo, é cidade fabril. (tradução da autora)

pueram registrar e difundir seu conhecimento, decorrendo daí sua despersonalização, já que podia ser transmitido independentemente das pessoas que o manipulavam ou mesmo criavam.

Ao lado do que nos apresenta Giddens, vemos que a despersonalização é uma das características que Tonnies utiliza para fazer a distinção entre o que ele chama de comunidade e o que ele chama de sociedade. Na comunidade o conhecimento é partilhado por todos os membros, ele é pessoal, e sua transmissão se dá de um indivíduo para outro, sendo que nela as relações são baseadas na afetividade, o que permite que se confie no outro que se conhece. Já na sociedade, o conhecimento tem como característica a despersonalização, através da qual o conhecimento não tem uma centralidade de produção e pode ser veiculado independentemente daqueles que estão por trás dele. A confiança também se encontra presente no contexto da sociedade, no entanto, não mais baseada nas relações afetivas, mas nos sistemas peritos que permitem que se confie no aparato mesmo sem conhecer seu funcionamento. Relacionado a isso, vemos que a própria credibilidade do conhecimento se relaciona com essas questões, pois na sociedade na qual a razão vem substituir a tradição, o conhecimento ganha credibilidade maior por apresentar uma sensação mais profunda de certeza.

Assim, quanto mais as técnicas que permitiam desenvolver o conhecimento foram aprimoradas, mais credibilidade o conhecimento adquiriu, de acordo com Wersig, talvez, porque racionalizamos nossas crenças. Todavia, ele nos lembra que, eventualmente, não nos sobra alternativa a não ser acreditarmos no que nos é apresentado pelas tecnologias de observação cada vez mais desenvolvidas. Diante desse fato, somos levados a pensar nessa questão da sociedade estruturada e sempre reexaminada por novas concepções de mundo. Na concepção que ora se apresenta, qual seja a de uma sociedade pensada como pós-moderna, apresentamos ainda uma aproximação das concepções de Wersig com aquilo que Giddens nos apresentou como mecanismos de desencaixe das sociedades modernas, por meio dos quais as relações sociais têm seus contextos de interação alterados e reestruturados pelo prisma da pós-modernidade.

Primeiramente, inferimos que no contexto atual de nossas sociedades, a própria noção de informação pode ser entendida como uma ficha simbólica, na medida em que a informação, enquanto elemento disponível para apreensão pelos sujeitos, não tem relação nenhuma com indivíduos específicos, ou seja, enquanto ela está em processo de transmissão pelos indivíduos ela não tem nenhuma relação com a individualidade desses. A informação só vai adquirir essa relação de proximidade quanto internalizada pelos sujeitos, em outras palavras, a

informação só terá significação específica, para um sujeito em particular, na interação com outro indivíduo, como prática do conhecimento em ação.

Ao tratarmos a questão por esse prisma, entendemos que a própria Ciência da Informação pode ser pensada como um sistema perito, visto que ela é entendida como a instância científica onde o trato da informação é legítimo. Assim, também se pode pensar em relação ao profissional da informação, bem como em relação as suas instituições, nas quais há uma crença prévia, por parte dos indivíduos, de que tais profissionais e instituições são devidamente capacitados para resolver questões relativas à informação. Entende-se, assim, que a confiança da sociedade de que a Ciência da Informação pode dar respostas a estas questões capacita-a para trabalhar sobre elas.

Entretanto, essa confiança se insere num contexto social no qual o conhecimento se faça presente, visto que a informação é conhecimento para a ação e, nesse sentido, Giddens traz uma complementação a essa ideia quando nos apresenta a reflexividade, a qual permite que, à luz de informação, as práticas sociais sejam reexaminadas. No momento em que se pensa a vida social atual – a modernidade tardia ou pós-modernidade – como visão de mundo carregada pelos agentes sociais, essa ideia da reflexividade insere-se como sendo integrante da base que configura a reprodução do sistema social, isto, de acordo com Giddens, quer dizer que “a mudança básica que afeta as sociedades contemporâneas é a expansão da reflexividade social. Em uma sociedade destradicionalizada, os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base nesse processo de filtragem.” (GIDDENS, 1996, p. 45).

Logo, devemos ter em mente que a informação, como conhecimento para a ação, traz implícita a ideia de que o conhecimento pode ser aquilo que vai permitir, em uma ação específica, que se aja de uma forma específica; pois os indivíduos precisam desse conhecimento para agir, e não podem fazê-lo tendo por base simples significações de seus atos, visto que o conhecimento pode vir a ser alterado.

Temos, pois uma questão interessante, embora dialogue tanto com Adorno/ Horkheimer e com Giddens, o pensamento de Wersig parece estar ligado de forma mais íntima com este último, pois, para além das questões de dominação tratadas anteriormente, aqui se pensa muito mais na questão da credibilidade dada a cada forma de conhecimento e como este

conhecimento vai ser inserido e utilizado na vivência cotidiana dos indivíduos, de forma que ele possa permitir uma mudança no contexto social dos mesmos.

Dessa forma, ao buscar o quadro teórico como horizonte, percebe-se uma conexão entre o que nos é apresentado por Giddens e compartilhado por Wersig e o funcionalismo, no ponto em que essa corrente teórica nos traz uma concepção geral da sociedade, na qual cada indivíduo tem uma função que interfere na organização social como um todo. Assim, essa concepção busca apresentar que por meio da sociedade é que as necessidades sociais são satisfeitas.

O ponto de vista apresentado neste contexto é o da estrutura da sociedade, de um olhar voltado para o macro, pois embora se trate, em alguma medida, a questão relativa a autonomia dos sujeitos nessa sociedade, o foco principal consiste em buscar as características estruturais da sociedade contemporânea, numa perspectiva compartilhada por Wersig.

5.1.5 Rede

A sociedade sempre se estruturou através de relações lineares e hierárquicas entre seus indivíduos, entre as organizações ou entre indivíduos e organizações. No contexto contemporâneo, porém, tem ocorrido um deslocamento das relações sociais para outras esferas de conhecimento e para outros níveis dessas relações, de modo que a sociedade, até então estruturada em relações horizontais e verticais, se vê ordenada por outro prisma. A sociedade no advento da pós-modernidade está estruturada em redes, através das quais as relações entre indivíduos e organizações, e dessas entre si ocorre, em diversos sentidos, configuradas por diversas possibilidades de se encontrarem dentro de tal configuração social.

Nessa nova configuração das sociedades todos os processos se dão em redes, e o impacto que essa nova forma de se estruturar a sociedade causou se faz sentir em todos os níveis das relações sociais. Todo esse processo envolvendo a sociedade da informação, caracterizada como uma sociedade em rede, leva o autor a apresentar uma definição do que é uma rede,

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é, depende do tipo de redes concretas de que falamos. (...) A tipologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, ou mais intensa), se ambos pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós. Portanto, a distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma

rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede). A inclusão/ exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades. (CASTELLS, 2006, p. 566)

Entendida a natureza e a configuração das redes nas sociedades, é importante lembrar que “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.” (CASTELLS, 2006, p. 566). O que leva ao entendimento do quanto é importante para as sociedades contemporâneas a estruturação em redes, e o quanto esse modo dinâmico de se relacionar permite aos indivíduos construir diversos níveis de relações, diversas formas de se conectarem ao mundo e de interagir dentro dele.

A formação de redes determina todo o conjunto estrutural da sociedade, pois com base nas redes criou-se uma configuração para a execução de atividades, as quais podem definir os processos sociais mais amplos, inclusive, balizando a estrutura social, conforme apontado pelo autor,

uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social. (CASTELLS, 2006, p. 567)

Nesse contexto, as sociedades apresentam uma série de características que a definem enquanto sociedade estruturada em redes. Uma dessas características é a da constituição das identidades, como resultado da nova concepção de sociedade, a sociedade pós-moderna nos leva a pensar como a constituição das redes está diretamente ligada a questão das identidades.

A sociedade, por muito tempo, pensou que um indivíduo era constituído de forma individualista, crendo-lhe com uma identidade única. Essa concepção se expressava onde “a tendência social e política característica da década de 1990 era a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém-construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade.” (CASTELLS, 2006, p. 57). Assim, constituída por esses parâmetros, as sociedades iniciam

sua constituição embasadas no conceito de identidade única, entretanto, com o advento das sociedades contemporâneas

os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-los pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. (CASTELLS, 2006, p. 57-58)

Ocorre que nesse processo de constituição das identidades, baseadas em grande parte na constituição cultural do contexto de vida dos indivíduos, é que se definem as relações sociais. Pensando a questão da identidade no advento da tecnologia, tem-se que as novas tecnologias da informação vêm apontar um novo rumo para a constituição das identidades,

embora aumentem a capacidade humana de organização e integração, ao mesmo tempo os sistemas de informação e a formação de redes subvertem o conceito ocidental tradicional de um sujeito separado, independente: “a mudança histórica das tecnologias mecânicas para as tecnologias da informação ajuda a subverter noções de soberania e auto-suficiência que sirvam de âncora ideológica à identidade individual desde que os filósofos gregos elaboraram o conceito, há mais de dois milênios. Em resumo, a tecnologia está ajudando a desfazer a visão do mundo por ela promovida no passado. (CASTELLS, 2006, p. 58-59)

Aqui, Wersig utiliza conceitos com os quais trabalha para apresentar seu entendimento dessa sociedade contemporânea. Quando buscamos a definição de rede em Castells, vemos uma semelhança de posição teórica com Hall quando tratam da questão da identidade. Wersig apresenta, conforme vimos com Stuart Hall, que a identidade não é uma constituição *a priori* do indivíduo, ela é constituída ao longo de sua vida. O sujeito, na verdade, é fragmentado e constituído de várias identidades.

Nessa nova concepção o sujeito constrói sua identidade, não sozinho ou de forma isolada, mas na interação com o mundo que lhe é exterior. Acontece, porém, que em se tratando de uma sociedade global, seu espectro de ação se dá numa escala mundial, entretanto, não são todos os indivíduos que podem ser incluídos nesse processo de construções coletivas, assim, “quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social.” (CASTELLS, 2006, p. 60).

O próprio processo de exclusão e negação se dá em rede, conforme apontado por Castells (2006, p. 565), as próprias funções e processos que dominam a sociedade da informação são organizados em redes, entendidas como formadoras do novo tecido social das sociedades atuais e cuja difusão altera, de modo contundente, tanto a operação como os resultados dos modos de produzir experiência, poder e cultura.

Neste contexto, toda a estrutura social está baseada em redes, inclusive a economia, que se vale delas para ampliar seu alcance, “a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação cujo acesso a *Know-how* tecnológico é importantíssimo para a produtividade e competitividade.” (CASTELLS, 2006, p. 567).

Diante desse horizonte apresentado pela sociedade estruturada em redes, “o capital é global ou se torna global para entrar no processo de acumulação da economia em rede eletrônica. As empresas (...) organizam-se cada vez mais em redes, tanto internamente como em seus relacionamentos.” (CASTELLS, 2006, p. 569). Castells afirma que, tanto do ponto de vista social quanto do econômico, não há uma classe capitalista global, o que há é uma rede integrada de capital global, o que de fato determina as economias e também exerce influência sobre as sociedades.

Assim, a concepção de uma sociedade em rede mostra-nos como ela perpassa toda a estrutura social, inserindo-se em todas as esferas da sociedade, desde as relações sociais e técnicas de produção até alcançar a cultura e o poder, visto que “sob perspectiva histórica mais ampla, a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana.” (CASTELLS, 2006, p. 573).

Talvez por isso, a concepção de Wersig para o entendimento das redes esteja ligada a ideia de fragmentação, não no sentido daquilo que está dividido em pedaços, e sim no sentido de haver múltiplas partes existentes, pressupondo-se que podem ser unidas, associadas ou complementadas sob diversos aspectos, a partir dos quais podem criar uma extensa rede de relações. O conhecimento é também fragmentado, visto que é produzido paralelamente por diversas instâncias, entretanto, dessa fragmentação pode se formar o todo. Assim, a concepção de redes como um sistema aberto à contribuição de todos os indivíduos, no qual as possibilidades para se desenvolver o conhecimento são inúmeras, se mostra como sendo característica do momento atual. Todavia, pela própria constituição do entendimento do que

são as redes e das possibilidades que sua perspectiva apresenta, podemos entendê-las como um novo conceito para se estudar a realidade.

A ideia apresentada por Wersig, de que os sujeitos são fragmentados, de que sua constituição identitária é fragmentada e o conhecimento é fragmentado, levam-nos a inferir que, dentro do trabalho apresentado por este autor, mais de um elemento pode ser entendido como característico da sociedade estruturada em redes. A ideia de rede, na qual diversos elementos da vida social se conectam, pode ser pensada como uma metáfora para representar a disposição dos elementos da realidade. Aplicando essa noção à Ciência da Informação, Wersig propõe a criação de uma rede protótipo de conceitos básicos para o campo.

A proposição do autor é que sejam reformulados os modelos e interconceitos de forma disciplinar e independente. Somente depois de realizado esse trabalho é que indivíduos ou equipes poderiam costurá-los e, então, fazer uma vinculação entre esses modelos e interconceitos com os modelos e interconceitos de outras disciplinas. Wersig denomina esse processo como uma rede protótipo, na qual “other individuals may interweave other loose ends, thus making the network more comprehensive and tighter in order to increase its scientific safe-load.”²⁶ (WERSIG, 1993, p. 238).

Nessa perspectiva, vemos um movimento de credibilidade em relação a sociedade atual. Em Castells, percebe-se uma postura mais “esperançosa” em relação a sociedade contemporânea. Delineando nossa análise com base nesse horizonte, inferimos que, ao olhar para o quadro teórico, podemos fazer uma aproximação do pensamento desses autores com a corrente funcionalista. O panorama que vislumbramos, como dito anteriormente, quando fizemos essa mesma aproximação com Giddens, é de uma sociedade pensada em termos gerais, dentro dessa visão cada parte vai oferecer uma contribuição para a organização do todo. Nessa corrente teórica, a sociedade é formada por partes que são diferentes, interdependentes e inter-relacionadas, cada uma tendo um papel a desempenhar na vida social.

5.1.6 Caracterizações da sociedade contemporânea

A pós-modernidade concebida de acordo com o pensamento ocidental começa a ser difundida no início dos anos 70. Diversos autores vão discutir a pós-modernidade, falando de posições

²⁶ Indivíduos poderiam reunir outros pontos, construindo uma rede mais compreensível e ajustada em função de um seguro crescimento científico. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

diferentes, a partir de caracterizações também diferentes da sociedade contemporânea. Dessa forma, alguns autores vão caracterizar esse momento tomando como base para analisá-lo as condições econômicas da sociedade, outros, irão pensá-la pelo horizonte de mudanças gerais efetuadas na condição humana dentro da sociedade e, ainda haverá outros que apresentarão um espectro da pós-modernidade como expressão de uma cultura globalizada e de uma ideologia neoliberal.

Caracterizado de várias formas, o momento atual se apresenta através de concepções diversas, sendo tratado por diferentes autores. Uma das maneiras de caracterizar esse momento é o conceito de sociedade pós-industrial, o qual tem uma interessante perspectiva apresentada por Daniell Bell; outra forma que caracteriza esse momento é o conceito de globalização, que tem uma de suas visões apresentadas por Milton Santos. Claro que essas são apenas duas das diversas visões que se apresentam para pensar o momento contemporâneo.

São muitos os autores que trabalham com a ideia de que vivemos uma nova era da vida em sociedade. Sob diversas denominações, o conceito de sociedade pós-moderna – também conhecida sob o rótulo de sociedade pós-industrial ou sociedade da informação – carrega controvérsias quanto ao seu significado e sua validade.

Para um entendimento desse período, apresentado como sociedade pós-industrial, Daniel Bell (1978) volta no período anterior, denominado sociedade pré-industrial, para, assim, explicitar melhor como chegamos a este momento:

o “projeto” da sociedade pré-industrial é um “jogo contra a natureza”: seus recursos provêm de indústrias extrativas e ficam sujeitos às leis de rendimentos cada vez menores e de baixa produtividade; o “projeto” da sociedade industrial é um “jogo contra a natureza fabricada”, jogo que gira em torno das relações homem-máquina e utiliza a energia para transformar o ambiente natural em ambiente técnico; o “projeto” de uma sociedade pós-industrial é um jogo “entre indivíduos”, no qual uma “tecnologia intelectual”, baseada na informação, surge acompanhando a tecnologia mecânica. (BELL, 1978, p. 138)

Esses períodos diferenciam-se principalmente em virtude da distribuição econômica e, como apontado por Daniel Bell, pelos níveis de ocupação. Também as metodologias são distintas, mas o que ele considera mais importante são os princípios axiais diversos, em que são constituídas, para cada tipo de sociedade, suas características institucionais e de organização. Nesse sentido, “a noção de sociedade pós-industrial, assim como a de sociedade industrial, ou de capitalismo, só tem significado como esquema conceitual” (BELL, 1978, p. 136), visto

que, como citado pelo autor, essa noção traz um novo princípio de organização social, já que traz problemas comuns a elas, os quais as sociedades que se tornam pós-industriais terão que enfrentar.

Referindo-se ao conceito de sociedade pós-industrial, este se apresenta como um momento de mudanças, pois “a referência pós-industrial parece-lhe mais apta a significar, por um lado, que se vive em um ‘tempo intersticial’, já que as novas formas sociais ainda não estão totalmente claras, e, por outro lado, ‘científicas e tecnológicas’.” (MATTELART, 2006, p. 83). Nesse novo entendimento de sociedade, o conhecimento teórico tem uma centralidade em torno da qual, conforme apontado por Bell (1978, p. 134), se organizará o desenvolvimento econômico e a estratificação da sociedade. Daí que nesse tipo de sociedade a organização da ciência seja um problema altamente relevante.

Logo, essa noção de sociedade pós-industrial, ou como dito por outros autores, pós-moderna, não teria ideologias, de acordo com as quais Bell constrói uma tipologia de sociedade ideal, na qual ela é

Uma sociedade submetida a uma quádrupla mutação: o deslocamento do componente econômico principal (passagem de uma economia de produção para uma economia de serviços); uma mudança na estrutura dos empregos (preeminência da classe profissional e técnica); a nova centralidade adquirida pelo saber teórico como fonte de inovação e de formulação de políticas públicas; a necessidade de balizar o futuro antecipando-o; o desenvolvimento de uma nova “tecnologia intelectual” voltada para a tomada de decisões. (MATTELART, 2006, p. 82-83)

Daniel Bell explicita que

O conceito de sociedade pós-industrial não retratava uma ordem social completa; trata-se de uma tentativa visando a explicar e descrever uma transformação axial ocorrida na estrutura social (definida como sistema de economia, tecnologia e sistema e estratificação) da sociedade. Mas essa transformação não implica nenhum determinismo específico entre uma “base” e uma “superestrutura”; pelo contrário, hoje em dia, a iniciativa da organização de uma sociedade vem em grande parte do sistema político. (BELL, 1978, p. 141)

O conceito dessa nova sociedade vem apresentar uma tentativa de identificar uma mudança na estrutura social, na qual “o saber pós-moderno é ambivalente. Ele é ao mesmo tempo um novo instrumento de poder e uma abertura para as diferenças.” (MATTELART, 2006, p. 102). Todavia, o que se vê é uma propensão ao fim das ideologias, conforme Santos (2006, p. 159) aponta, no confronto com a experiência vivida dos povos e indivíduos. Ainda como apontado

pelo autor, a humanidade pode entender-se como um todo unitário, entendendo-se que o movimento do mundo pulsa num só sentido, mesmo que as condições sejam diversas, levando-se em consideração a questão dos continentes, países, lugares, todos valorizados de acordo com sua parcela de inclusão nesse novo horizonte histórico. Nessa perspectiva, de um mundo comum,

O que o conceito de sociedade pós-industrial sugere é a existência de um núcleo comum de problemas, dependentes, em grande parte, do relacionamento entre a Ciência e a Política, e que terão de ser resolvidos por essas sociedades; as soluções, entretanto, poderão vir de diversas maneiras e para diferentes propósitos. O sociólogo busca os “recursos harmonizadores”, que lhe permitam verificar de que maneira ocorrem as transformações sociais. O conceito de sociedade pós-industrial constitui um desses “recursos”, que tornaram mais inteligíveis as complexas mudanças na estrutura social do Ocidente. (BELL, 1978, p. 142)

Essa sociedade pós-moderna, apresentada como uma crítica ao período da modernidade, conforme apresentado por Santos, vem para se contrapor a essa ideia de globalização,

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2006, p. 19)

Nesses termos, o que está em jogo é a questão de que a globalização funda uma adesão a competitividade característica das ações hegemônicas, a partir da qual Santos (2006, p. 37) aponta que, nos últimos anos do século XX, emergem as bases de um sistema ideológico tirânico. O dinheiro e a informação, profundamente relacionados, legitimam as ações peculiares da globalização, conformando as relações sociais e interpessoais que influenciam o caráter das pessoas. “É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do ‘mundo’” (SANTOS, 2006, p. 45), daí decorrem implicações econômicas e, do ponto de vista da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global.

Nessa perspectiva, de uma sociedade globalizada, o autor nos apresenta a informação, caracterizada por um papel despótico, como sendo um dos traços marcantes desse período histórico. Assim, a informação, que deveria permitir uma ampliação do conhecimento para toda a sociedade, acaba tornando-se privilégio de alguns detentores das técnicas de detenção de dados, aumentando as desigualdades.

Para constituir essa ideologia de globalização, o mundo de hoje produz fábulas e mitos, sobretudo através dos *mass media*, limitando nossa percepção ao que nos é apresentado, do modo como nos é apresentado. No entanto, como bem afirma Santos (2006), esse mundo, para além do que nos é apresentado, é um mundo perverso, porque é despótico, desigual e diferenciado por escalas de poder. Todavia, para além disso, existe um mundo possível, um mundo que poderá vir a ser, no qual, segundo a perspectiva do autor, encaixaria com justeza o conceito de sociedade pós-moderna.

Tocando a questão da existência de um mundo comum, compartilhado em diferentes escalas pelas diversas estruturas sociais, Santos ainda afirma que as bases técnicas em que assenta o mundo globalizado deveriam ser colocadas a serviço de outros fundamentos políticos e sociais. Essa possibilidade é apontada pelas condições históricas do fim do século XX, sendo que tais condições se dão no plano empírico e no plano teórico.

No plano empírico: a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. (SANTOS, 2006, p. 21)

No plano teórico: possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. (SANTOS, 2006, p. 21)

O projeto pós-moderno trouxe a possibilidade de se pensar o final do século XX sem a ideia de sujeitos históricos, sem visões de totalidade, programas e projetos, integrando no discurso presente as tecnologias.

A ideia de uma sociedade pós-moderna visa, então, permitir uma nova concepção de mundo, fundada em novas significações para as sociedades e para os sujeitos. Insere-se, neste contexto, que a globalização como fenômeno deve ser posta a serviço de uma nova ordem social, na qual o micro se insere no global, e o conhecimento total é também local e provisório, ao mesmo tempo que está intimamente relacionado ao contexto de sua produção.

Em meio ao debate, ganhou consistência a ideia de que o final do século XX marcaria o início de uma nova forma de se fazer ciência. Santos é um dos

autores que defendem a prática de uma “ciência pós-moderna” que se constrói orientada por princípios diferentes daqueles norteadores das ciências modernas como, por exemplo, a crença na neutralidade e na completa separação entre sujeito e objeto. (ARAÚJO *et al*, 2007, p. 100)

A ciência pós-moderna pode ser entendida, nessa conjuntura, como uma crítica às grandes ciências, que seriam utilizadas como instrumentos para disfarçar as contradições e instabilidades inerentes às práticas ou organizações sociais, “portanto favorece as mini-narrativas (histórias de práticas e eventos locais, embora influenciados por tendências globais) que são sempre situacionais e provisórias, não propensas à universalidade, verdade, razão ou estabilidade.” (ALVES *et al*, 2007, p. 51). Nesse sentido, Araújo (2005, p. 35) afirma que a ciência pós-moderna não busca compreender o modo de funcionamento do mundo, tal como era pressuposto pela ciência clássica, ela volta-se para a resolução de alguns problemas causados pela ciência moderna e suas tecnologias.

Antes de fazermos uma aproximação das caracterizações apresentadas para a sociedade contemporânea das ideias de Wersig, entendemos ser pertinente ressaltar alguns conceitos que apresentamos neste tópico, para que o entendimento geral que nos propomos buscar para a sociedade contemporânea seja mais bem compreendido.

Assim, voltaremos a quatro conceitos que foram apresentados e cujo bom entendimento se faz necessário. O primeiro deles é o conceito de globalização, que traz a ideia de integração econômica a partir do neoliberalismo, através do qual dá-se a ampliação da hegemonia por parte de algumas nações sobre as demais. Ainda de acordo com as concepções sobre globalização, alguns autores, como Stuart Hall, afirmam que esse processo ocasiona uma alteração nas noções de tempo e espaço, permitindo hegemonias plurais. Outros autores, entretanto, acreditam que ela se constitua como um elemento ideológico.

O segundo conceito aqui tratado refere-se ao fim das ideologias, as quais, por esse entendimento, não conseguiriam mais responder aos problemas com os quais nos defrontamos em nossas vidas. Aliás, de acordo com o que nos apresenta Daniel Bell, a estrutura social estava baseada muito mais em questões técnicas e econômicas do que pela ideologia política.

Outro conceito importante para a distinção da sociedade contemporânea é o de mudança na estrutura social, visto que no advento da contemporaneidade, houveram mudanças significativas do papel e da inserção dos indivíduos no plano da coletividade, surgindo uma abertura para o novo e para as diferenças, dado que a ideia de estrutura social nos reporta a

noção de como se distribuem as pessoas nos diversos níveis sociais e como isso afeta as interações e a posição dos indivíduos nesse cenário.

O quarto e último conceito que apresentamos refere-se ao novo discurso que se concebe com a ideia de uma sociedade contemporânea. Nesse plano, vê-se um declínio das metanarrativas, as significações são construídas na relação interativa entre sujeitos e o discurso já não é único e hegemônico, o local insere-se nessa concepção de mundo e viabiliza novos discursos.

Dito isso, olhamos para o trabalho que Wersig nos apresenta e buscamos um diálogo dele com os autores que apresentamos. Inferimos, então, que a ideia por ele apresentada, sobre a complexidade do conhecimento na sociedade pós-moderna, se aproxima da ideia de centralidade do conhecimento apresentada por Bell, de acordo com a qual será em torno do conhecimento teórico que se organizará tanto o desenvolvimento econômico quanto a estratificação da sociedade, e, por isso mesmo, se faz tão importante que a ciência seja organizada para esse tipo de sociedade.

Vemos, neste ponto, uma proximidade maior de Wersig com as ideias propostas por Daniell Bell, segundo o qual a sociedade é apresentada como dotada de um papel mais econômico, ligado as forças produtivas, em que menos ênfase é dada a questão da dominação e da hegemonia da globalização, conforme também apresentado por Milton Santos.

Em perspectiva semelhante, Wersig nos apresenta a ideia de que o conhecimento na sociedade pós-moderna tem se tornado cada vez mais complexo, dado a importância que a ciência vem adquirindo nesse novo cenário o que, conseqüentemente, o surgimento de novas estruturas de discussão e desenvolvimento. Assim, somos apresentados a ideia de que a importância do conhecimento aumenta cada vez mais, “one reason is that our world, due to the increase of knowledge about it and the effects of knowledge for the organization of societies, has become enormously complex and still is becoming more complex²⁷” (WERSIG, 1993, p. 232-233).

²⁷ Uma das razões é que o nosso mundo, devido ao crescimento do conhecimento sobre ele e o efeito deste conhecimento para a organização das sociedades, vem adquirindo uma enorme complexidade e se tornará ainda mais complexo. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

5.2 O Papel do conhecimento científico na sociedade postulada por Wersig

5.2.1 Epistemologia da complexidade

Diante do panorama apresentado por Wersig, por meio do qual foi buscado o entendimento do autor sobre a sociedade em que vivemos, somos levados a um segundo momento de nossa análise, em que o autor nos coloca em contato com o papel do conhecimento nessa sociedade por ele postulada.

Buscamos compreender o papel do conhecimento na sociedade contemporânea, na qual o pensamento complexo insere-se para atender às demandas sociais que buscam uma nova forma de conceber o conhecimento científico, ao mesmo tempo em que busca atender um anseio presente no próprio projeto científico, assim

a complexidade surge, é verdade lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade. (MORIN, 2005, p. 06)

Nesse sentido, a complexidade se apresenta, então, como um movimento de circularidade interativa do conhecimento, de aceitação das contradições, em que se reconhece a existência *a priori* da incompletude e da incerteza no seio da própria ciência.

Logo, o pensamento complexo precisa, necessariamente, trabalhar em dois sentidos, a primeira vista, contraditórios, mas na realidade, complementares. De um lado, a complexidade aceita sua constituição heterogênea e diferenciada e, por outro lado, ela tem que dar conta de conviver e conversar com o pensamento simplificador presente no bojo da ciência para, então, ser um pensamento verdadeiramente complexo. Dito isso, entende-se que “o pensamento complexo também é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento.” (MORIN, 2005, p. 07).

Somos apresentados por Morin a três princípios que podem ajudar a pensar a complexidade: o primeiro deles, o pensamento dialógico “permite manter a dualidade no seio da unidade. Ele

associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos.” (MORIN, 2005, p. 74). O segundo princípio apresentado pelo autor seria o da recursão organizacional, cujo conceito nos traz a ideia recursiva como “uma ideia em ruptura com a ideia linear de causa/ efeito, de produto/ produtor, de estrutura/ superestrutura, já que tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz num ciclo ele mesmo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor.” (MORIN, 2005, p. 74). O último princípio é o hologramático, que nos traz o entendimento de que “não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte.” (MORIN, 2005, p. 74). Princípio esse que, de acordo com o autor, traz a ideia de que uma pequena parte já contém a informação do todo.

Esses três princípios se ligam numa ideia de circularidade, em que “a própria ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que está ligada, em parte, à ideia dialógica.” (MORIN, 2005, p. 75). O pensamento complexo, nesse sentido, abarca a existência conjunta desses três princípios para se constituir enquanto tal e se desenvolve na interação entre eles.

Entendido o que nos é apresentado como conceito de complexidade fica-nos evidente a proposição da

construção de uma nova ciência, que exige a superação do paradigma disjuntor, no qual o conhecimento é fundamentado na ordem, na separabilidade, na razão absoluta, para construir o paradigma da complexidade em que o conhecimento deve, ao mesmo tempo, detectar a ordem e a desordem, reconhecendo as relações de complexidade entre elas. (PÁDUA; 2008, p. 17)

É sobre a ordem, a separabilidade e a razão absoluta, ou seja, é sobre os três grandes pilares da ciência que Morin concentra sua análise. Assim, para além do pensamento simplificador ou do caráter absoluto, que a ciência atribui a lógica indutiva-dedutiva-identitária, conforme apontado por Pádua (2008, p. 19), autor que nos apresenta o princípio dialético como fundamental ao pensamento complexo. A dialética pressupõe pois, que cada coisa traz em si a sua própria contradição, assim, dentro de um mesmo pensamento, coexistem as oposições, as visões contraditórias e a aceitação das diferenças.

O grande desafio que se apresenta ao conhecimento complexo é “elaborar e encontrar operadores – instrumentos do conhecimento, que efetivamente permitam abordar a complexidade.” (MORIN, 2006, p. 13). A complexidade necessita de uma forma de atuação característica e um novo modo de conceber os conceitos, pois

o método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecemos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. (MORIN, 2003, p. 192)

Nessa linha,, também Wersig entende que se deve trabalhar com os conceitos, dessa forma, o autor afirma que no campo da Ciência da Informação existem alguns conceitos, segundo ele, essenciais para a conquista de um campo teórico que se faz necessário, que não estão estabelecidos dentro de uma estrutura científica. Wersig apresenta a ideia de que a reformulação científica desses interconceitos deveria ocorrer no cruzamento de disciplinas diversificadas, surgindo, assim, articulações possíveis dentre as quais a multidimensionalidade de compreensão dos conceitos tenha lugar.

Tratando ainda da questão da complexidade, Wersig afirma que, dado a importância do conhecimento na sociedade atual, o mundo vem adquirindo uma enorme complexidade e tende a se tornar cada vez mais intrincado. Nesse caminho, o autor afirma que os problemas que se colocam ao campo da Ciência da Informação decorrem das implicações do conhecimento e das contradições presentes nele.

Nesse nível de compreensão, acreditamos ser pertinente entender o pensamento complexo a partir de sua diferenciação em relação ao pensamento simplificador, pois interessa-nos caracterizá-lo a partir de um pensamento pós-moderno, em vista de sua aceitação da contradição, de uma causalidade circular que busca a transdisciplinaridade, num mundo onde convivem ordem e desordem, e no qual o real pode ser entendido como incontrolável. Nesse contexto, admitem-se incertezas, verdades diversas, uma vez que o todo está nas partes e estas estão no todo, e o conhecimento é visto a partir de uma relação de inclusão.

No quadro a seguir, apresentamos a distinção feita por Pádua (2008) entre o pensamento simplificador e o pensamento complexo, que nos proporciona uma compreensão maior das diferenças entre ambos, em que veremos que a complexidade admite a ideia de inclusão para pensar o conhecimento, sem, no entanto entender isso como a busca de um pensamento totalitário.

Paradigma tradicional – dominante	Paradigma da complexidade – emergente
--	--

Ciência moderna (clássica)	Ciência pós-moderna (contemporânea)
<p>Razão absoluta – lógica formal, rejeita a contradição (lógica identitária aristotélica). Não reconhecimento da complexidade como pressuposto epistemológico – Visão mecanicista do mundo.</p> <p>A ciência como universo das leis invariáveis constantes.</p> <p>“Só há ciência no geral” – expulsão do local e do singular como contingentes ou residuais.</p>	<p>Razão aberta – admite a contradição (lógica dialética, busca de modelização de outras lógicas). Busca de reconhecimento da complexidade como pressuposto epistemológico transdisciplinar – visão complexa do mundo.</p> <p>A ciência como universo de probabilidades e incertezas.</p> <p>Princípio complementar e inseparável de inteligibilidade baseado no local e singular.</p>
<p>Simplicidade – causalidade linear, superior e exterior aos objetos – relações causa-efeito – “causalidade simples”.</p> <p>Análise compartimentalizada – divisão do todo em partes – atomização.</p> <p>Disjunção redutora – fragmentação dos saberes em campos compartimentalizados – disciplinaridade.</p> <p>Objeto fora (destacado) do contexto – separação absoluta entre objeto e o sujeito que o percebe/ concebe.</p> <p>Estabilidade – pressupõe um mundo ordenado – previsibilidade, controlabilidade.</p> <p>Previsibilidade – matematização, quantificação e formalização do real – redução do real a aspectos mensuráveis. Busca estabelecer leis gerais e invariáveis – confiança absoluta na lógica formal – a contradição é necessariamente um erro.</p> <p>Explicação objetiva – busca de verdades, certezas.</p> <p>Representação exata da realidade unicamente pela descoberta científica.</p> <p>Objetividade – observador independente – neutralidade da ciência – disciplinaridade, especialização, hiperespecialização.</p> <p>Totalidade – o todo = soma das partes Cada parte tem valor em si.</p>	<p>Complexidade – causalidade circular – relações causais recursivas, policausalidades – “causalidade complexa”.</p> <p>Análise das partes e das relações – foco nas redes, nas ligações, nas relações.</p> <p>Conjunção/ articulação/ organização dos saberes – busca da transdisciplinaridade.</p> <p>Objeto em contexto(s) – relações entre o sujeito e o objeto observado/ concebido.</p> <p>Instabilidade – pressupõe um mundo em que convivem ordem e desordem.</p> <p>Imprevisibilidade – incontrolabilidade do real comporta aspectos mensuráveis e não-mensuráveis, processos desordenados e imprevisíveis. Busca compreender processos, saltos qualitativos, acasos, crises – reconhece os limites da lógica formal, considera as contradições.</p> <p>Explicação objetiva, subjetiva e intersubjetiva – admite incertezas, múltiplas “verdades”, explicações provisórias, múltiplos saberes, “verdades provisórias”.</p> <p>Objetividade entre parênteses – a neutralidade da ciência é um mito.</p> <p>Transdisciplinaridade.</p> <p>Totalidade – o todo é (+) e (-) que a soma das partes. O todo está nas partes/ as partes estão no todo – metáfora do holograma. O sentido de cada parte está no todo e vice-versa.</p>
<p>Atitude diante do conhecimento – exclusão Ou isto – ou aquilo Ou – ou</p>	<p>Atitude diante do conhecimento – relação, inclusão. É isto e aquilo. E – e</p>

(PÁDUA, 2008, p. 32)

Fica, portanto a concepção de que o pensamento complexo trata essencialmente com a incerteza, sendo capaz de conceber a organização, é nesse sentido um pensamento que pode reunir, contextualizar, globalizar ao mesmo tempo em que concebe o singular, o individual e o

concreto. Entendemos assim, de acordo com o autor, que “o pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à filosofia, mas permite sua comunicação, como se fosse uma naveta que trabalha para unir os fios.” (MORIN, 2003, p. 213).

No que concerne ao conceito de relação social apresentado por Weber, percebe-se que ela está pensada no plano da coletividade, das relações complexas, no que tange a ideia de caráter coletivo da ação do sujeito, sendo esta reciprocamente orientada. Ela situa-se no plano das interações, ligando-se, assim, no texto de Wersig, ao momento em que ele apresenta a necessidade de uma reformulação de conceitos na Ciência da Informação. Essa reformulação proposta por Wersig, a que ele chama interconceitos, apresenta um panorama de conceitos que possuem uma significação comum, que se supõe sejam entendidos por todos, ou seja, a percepção que se tem é de que todo mundo os compreende.

Esses interconceitos têm uma relação com um conjunto de disciplinas de acordo com Wersig, sem que, no entanto, sejam entendidos de forma interdisciplinar. Nas palavras do autor, “they are concepts of strong self-evidence, of an apparent familiarity, they penetrate a lot of disciplines and common discourses but themselves do not have a scientific domicile.”²⁸ (WERSIG, 1993, p. 237).

Assim, ao promover uma reformulação desses conceitos, a partir da complexidade inerente ao pensar humano e ao fazer científico, dever-se-iam encontrar os cruzamentos diante dos quais são consideradas a diversificação de disciplinas. E isso seria feito olhando-se para todas as configurações desses conceitos e os seguindo em busca de suas raízes dentro da evolução humana (WERSIG, 1993, p. 237).

Posto isso, inferimos que tal reformulação só seria possível no âmbito das relações sociais, pautadas pela conduta plural, numa atitude inclusiva de conhecimentos, ou ainda, como nos diz Weber, porque existe a probabilidade de que se agirá socialmente de certo modo. A relação social é a possibilidade de que uma conduta social específica tenha, em algum momento, o seu sentido partilhado pelos diversos agentes sociais. Tal proposição integra-se de modo harmonioso com a proposição de Wersig, quando este afirma que os conceitos

²⁸ São conceitos com uma significativa auto-explicação, uma aparente familiaridade e se interpenetram em muitas disciplinas e discursos comuns, mas eles não têm um domicílio científico. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

precisam ser revistos à luz de sua origem para, então, criarem-se os interconceitos, ponto a partir do qual o sentido seria compreendido e compartilhado por todos.

5.2.2 A ciência na contemporaneidade

A ciência moderna tinha seus princípios estruturados, *a priori*, de modo que os controles produtivos podiam se servir dela como instrumentos conceituais. O método científico que trazia o domínio sobre a natureza trouxe também o domínio do homem sobre os homens. Essa dominação expande-se e intensifica-se não só mediante a tecnologia, mas como a própria tecnologia.

o verdadeiro motivo, a manutenção da dominação objectivamente caduca, é ocultado pela invocação de imperativos técnicos. Semelhante invocação é possível só porque a racionalidade da ciência e da técnica já é na sua imanência uma racionalidade do dispor, uma racionalidade da dominação. (HABERMAS, 2006, p. 49)

Nesse sentido, a ciência, que nasce como um projeto de libertação, assume um papel ideológico em que se torna, juntamente com a técnica, elemento de dominação. A partir daí, a união da técnica e da dominação guardam um projeto de mundo que é determinado pelos interesses históricos e de classe.

O que está em jogo nessa discussão é o entendimento de como a ciência e a técnica são fomentadas por interesses ou visões de mundo determinadas e como isso vai influenciar o próprio desenvolvimento técnico e científico e, por conseguinte, a própria sociedade.

Todavia, dadas as contingências infligidas pela imposição técnica, as quais nos são irrenunciáveis, devemos estar atentos para o fato de que

o limiar que existe entre a sociedade tradicional e uma sociedade que entrou em processo da modernização não se caracteriza pelo facto de, sob a pressão de forças produtivas relativamente desenvolvidas, se ter imposto uma mudança estrutural do marco institucional – este foi, desde o início, o mecanismo da história evolutiva da espécie. Novo é, pelo contrario, um estado evolutivo das forças produtivas que torna permanente a expansão dos subsistemas de acção racional teleológica e que, deste modo, impugna a forma que as culturas superiores têm de legitimar a dominação mediante interpretações cosmológicas do mundo. (HABERMAS, 2006, p. 63)

Cabe destacar que essa visão legitimadora da dominação vai impondo, à própria ciência, um novo papel na sociedade contemporânea, diante do qual ela geraria um saber tecnicamente utilizável.

Seguindo esse pensamento, Wersig afirma que “the new situation of knowledge- being caused by the development of sciences themselves and the development of a set of technologies crystallizing in the phenomenon of “informatization” (Nora & Mint, 1979) – requires a science of the new type.²⁹” (WERSIG, 1993, p. 235).

Assim, a partir do momento em que a ciência se alia à técnica, essa união – ou o progresso técnico científico – torna-se o fundamento da legitimação, que segundo Habermas (2006, p. 80), perdeu a forma de ideologia.

Esse papel, assumido por uma consciência tecnocrática, é menos ideológico que as ideologias que o precederam, por outro lado, entretanto, a ideologia por trás dessa consciência tecnocrática faz da ciência um feitiço irresistível e de maior alcance do que as ideologias anteriores, conforme apontado por Habermas (2006, p. 80). Desse entendimento decorre que

As informações de natureza estritamente científico-natural só podem entrar num mundo social da vida, por meio da sua utilização técnica, como saber tecnológico: prestam-se aqui à ampliação do nosso poder de disposição técnica. Por isso, não se situam no mesmo plano do da autocompreensão, que orienta a ação dos grupos sociais. Para seu saber prático, que se exprime na literatura, o conteúdo informativo das ciências não pode, pois, ser relevante sem mediações – só pode adquirir significação pelo desvio através das consequências práticas do progresso técnico. (HABERMAS, 2006, p. 95)

A mudança do papel do conhecimento, ao lado da questão filosófica, tem também uma dimensão de natureza tecnológica, como afirma Wersig, e esta mudança é gradativa, e só se fez sentir, mais intensamente, no começo do século XX. Ainda segundo o autor, ela se tornou mais relevante a partir dos anos 60, a partir dos quais a mudança do papel do conhecimento, pautada por essas dimensões filosóficas e tecnológicas, passaram a integrar um movimento chamado pós-moderno.

O que precisa ficar entendido, como nos diz Habermas (2006, p. 110), é que sobre necessidades sociais e situações objetivas da consciência, sobre direções emancipatórias e da regressão, não se podem fazer proposições vinculantes ligadas às investigações que têm por fim aumentar o poder técnico, pois “só na medida em que, apoiados no conhecimento do poder técnico, orientamos a nossa vontade historicamente determinada segundo a situação

²⁹ O novo papel do conhecimento como causa do desenvolvimento da ciência em si mesma e do desenvolvimento do aparato de tecnologias que cristalizaram o fenômeno da “informatização” (NORA e MINC, 1979), requer um novo tipo de ciência. (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

dada é que também podemos saber, inversamente, que ampliação queremos, no futuro, do nosso saber técnico e em que direcção.” (HABERMAS, 2006, p. 121).

Nesse sentido, precisamos ter em mente que “uma sociedade científica só poderia constituir-se como sociedade emancipada, na medida em que a ciência e a técnica fossem mediadas pelas cabeças dos homens juntamente com a prática vital” (HABERMAS, 2006, p. 127), em que, de acordo com Habermas (2006, p. 141) a disposição técnica, de compreensão prático-vital e de emancipação diante da natureza, determinaria os pontos de vista específicos da história sobre os quais se poderia, pela primeira vez, conceber a realidade como tal.

Decorre daí que “os processos de conhecimento, a que está incondicionalmente ligada a formação da sociedade, não podem funcionar apenas como meio da reprodução da vida: determinam em igual medida as definições desta vida.” (HABERMAS, 2006, p. 142). Posto isso, o conhecimento deve subsidiar as decisões que os atores tomam para lidar com situações cotidianas, baseadas no crescente e complexo universo informacional. O conhecimento, cada vez mais relevante no contexto social, pode ajudar os indivíduos nessa configuração contemporânea da sociedade, a decidir com mais segurança que ações irão desenvolver e que escolhas podem ser mais apropriadas ao seu contexto, dentro do extenso leque de opções oferecido pela complexidade do conhecimento na sociedade contemporânea.

Assim, Habermas apresenta-nos três categorias de saber possível, que são estabelecidos pelos pontos de vista específicos sob os quais concebemos a realidade:

informações, que alargam o nosso poder de disposição técnica; interpretações, que possibilitam uma orientação sob tradições comuns; e análises, que emancipam a consciência da sua dependência relativamente a poderes hipostasiados. Esses pontos de vista derivam da conexão de interesses de uma espécie que, por natureza, está vinculada a determinados meios de socialização: ao trabalho, à linguagem e à dominação. (HABERMAS, 2006, p. 143)

Somente em uma sociedade emancipada o saber poderia se constituir com base nestes três conceitos, que ajudariam os indivíduos em sua vivência. Assim, Wersig considera que sob uma ótica específica, seria objeto da Ciência da Informação ajudar as pessoas “being confused by the situation of knowledge usage (which will become even more confused under the shaping of postmodern society)³⁰” (WERSIG, 1993, p. 233) e, nessa perspectiva, inferimos

³⁰ Confusas pelas situações causadas pelo uso do conhecimento (que se tornou muito mais complexo dentro da configuração da sociedade pós-moderna). (tradução de Mário Lúcio Caixeta)

que para alcançar seu objetivo – a ajuda a pessoas – a Ciência da Informação poderia buscar a combinação destas três categorias de saber, por meio das quais o uso de informações para utilização de técnicas poderia se associar às interpretações, que seriam um modo de nos orientarmos, e às análises, que teriam então o importante papel emancipatório da consciência.

O que Habermas nos apresenta nessa discussão, na qual a ciência aparece tão intimamente relacionada à técnica, é que os elementos da realidade não são uma coisa só, antes, eles comportam em si múltiplos olhares e, só a partir daí que se pode instaurar um projeto de ciência livre da dominação e capaz de inserir-se numa sociedade emancipada.

5.3 Tecendo os fios: balanço de uma análise

É uma tarefa difícil definir o momento vivido pela sociedade, mas, ao olhar o horizonte delineado por Wersig, tentamos entender como esse autor compreende o momento atual, como esses conceitos apresentados vêm criar um panorama que permitirá ao autor nos apresentar a questão da mudança do papel do conhecimento na sociedade contemporânea.

Temos, dos autores apresentados por Wersig, um entendimento de que

Alude-se, em geral, ao fato de estar ocorrendo o deslocamento de um sistema baseado na produção de bens materiais para outro, centrado na produção de informação. Entretanto, há diferentes posições em relação à intensidade do fenômeno. O que há de comum é a aceitação de que alguma coisa tenha acontecido ou esteja acontecendo com caráter de mudança social importante, uma *revolução*, cuja data se situa por volta dos anos 70. (NEHMY; PAIM, 2002, p. 11)

Nesse sentido, somos apresentados aos conceitos com os quais Wersig trabalha e que vão juntos construir a explicação para essa sociedade. Assim, num primeiro momento, o autor no apresenta o conceito de identidades que foram consideradas, por longos períodos da humanidade, como sendo estáveis e, no advento desta nova sociedade, estão sendo modificadas, tornando-se fragmentadas e mesmo descentradas. Some-se a isso, o fato de que na sociedade contemporânea a questão das identidades ganha uma nova roupagem, caracterizada pelas diferenças, pelo pertencimento a uma cultura e pelas relações do sujeito num mundo globalizado.

Entendido como o autor concebe a questão das identidades para os sujeitos, ele avança sua análise asseverando que a partir de determinadas características e contextos os sujeitos vão

definir sua conduta, assim, os sujeitos podem agir de formas diferentes em cada situação. Suas ações podem orientar-se por valores ou objetivos a serem alcançados, e podem também ter uma orientação afetiva, tomando-se como base suas emoções, ou ser uma conduta orientada por hábitos. Esse processo ocorre de forma subjetiva, entretanto, guia-se pela interação com outros indivíduos, pois, de acordo com Weber, a ação de um indivíduo é determinada pelo comportamento do outro.

Apresentadas essas peculiaridades relativas ao sujeito, somos levados a pensar a questão do conhecimento nessa sociedade que se postula. Assim, o autor trabalha o conceito de esclarecimento que surgiu com a promessa de um mundo racionalizado, liberto dos mitos, que vai se tornar, igualmente, uma ideologia marcada pela dominação. O esclarecimento que o homem acredita ter adquirido, uma vez tendo dominado a natureza e tornando-se senhor desta, o qual acredita que ,consequentemente, viria libertá-lo, constituindo-o como sujeito autônomo, impõe ao próprio homem sua dominação. Logo, o conhecimento advindo do medo do homem frente à natureza tornou-se elemento de dominação contra si mesmo.

Decorre daí, todavia, que o homem, passando por esse momento dominado pela racionalidade, chegue num momento de desenvolvimento da própria noção de ciência, em que a credibilidade do conhecimento se dá a partir de elementos advindos do seio da própria sociedade.

A credibilidade do conhecimento passa, assim, pelo lugar social, pois é no desenvolvimento da cultura que se dará o reconhecimento de um novo tipo de sociedade, chamada pós-moderna, que apresenta o conhecimento como tendo vinculação direta com o contexto de sua criação. É dentro da sociedade que acontece todo o processo de busca pelo conhecimento, pela sua acreditação e validação. É pautado na confiança de que o conhecimento que se apresenta em meio à sociedade é digno de crédito que os indivíduos lhe darão credibilidade.

Tomando esses elementos como aporte, o autor apresenta-nos aqueles que caracterizam esse momento social e, do mesmo modo, como é definida sua relação com essa nova perspectiva de sociedade:

Dentre os autores identificados como defensores de teses sobre a sociedade da informação, Daniel Bell (1978) desempenha papel de evidente destaque, sendo considerado um dos precursores do debate. Defende a proposição de que, desde a década de 70, estaríamos vivendo na sociedade pós-industrial. (NEHMY; PAIM, 2002, p. 12)

Diante do entendimento postulado

O que Bell apresenta enquanto novidade da sociedade pós-industrial é a ênfase no desenvolvimento sistemático e direcionado da ciência e, em consequência, do conhecimento, pelo mundo da produção. O estreitamento da relação entre os interesses da economia e o conhecimento constituirá o germe de outra tese da sociedade da informação que se aprofundará mais nos discursos posteriores. (NEHMY; PAIM, 2002, p. 14)

Essa configuração leva-nos a entender a inserção do conceito de redes na discussão de Wersig, diante da qual a sociedade estruturada em redes trouxe um novo caráter às sociedades contemporâneas, considerando-se que elas conseguem integrar-se ao global, sem, contudo perder seu alcance. Uma sociedade baseada em redes é redefinida continuamente, inclusive, as próprias identidades são reconstruídas sob essa estrutura, assim como a própria vida social, que se redesenha num espaço de mudanças constantes e rápidas.

Esse panorama nos leva ao conceito de sociedade pós-moderna – apresentada também com outras denominações – ainda que carregando controvérsias quanto ao seu significado e a sua pertinência. A pós-modernidade é fruto de uma cultura globalizada e da ideologia neoliberal que nasce da perda de historicidade, na qual se têm a consciência da não historicidade dos sujeitos e de uma crítica as metanarrativas. O conceito de sociedade pós-moderna trouxe uma possibilidade de se pensar a emergência de um novo século livre da ideia de sujeito histórico, tal qual nos era proposto pelo Iluminismo, ao mesmo tempo em que rompe com as visões de totalidade e integra-se às tecnologias.

Na realidade, sua formulação principal, sempre retomada, é a do papel do conhecimento e da informação na sociedade enquanto mediados pela tecnologia. O próprio autor afirma que a mais notável diferença entre as sociedades da primeira metade do século XX e as da segunda não está no fato de serem industriais e pós-industriais, mas na presença das tecnologias da informação e sua difusão em todas as esferas da atividade social e econômica, fornecendo a base para o seu funcionamento em escala global. (NEHMY; PAIM, 2002, p. 17)

Com esse panorama apresentado, Wersig prefigura um horizonte amplo das estruturas epistemológicas contemporâneas – ou do momento pós-moderno – e da organização da sociedade. Esse horizonte mostra como o autor enxerga o momento vivido pela sociedade e apresenta uma perspectiva para entender a mudança do papel do conhecimento no presente contexto social.

Essas relações que buscamos através dos conceitos aqui trabalhados nos permitem inferir, a partir de um ponto de vista mais específico, numa vertente que entendemos próxima ao pensamento complexo, que Wersig caminha por entre os conceitos, indo e voltando em direção às teorias sociais para construir seu pensamento dentro do campo. Ora, eis aí a marca e a atitude do sujeito, uma forma pós-moderna de se fazer ciência, pautada pela pluralidade de dimensões teóricas, pelas múltiplas possibilidades de contextualização e recontextualização do discurso científico contemporâneo.

Conformando o pensamento de Wersig a partir dessas questões, ampliamos a discussão e buscamos compreender o ponto de vista do autor sobre o papel que o conhecimento assume na sociedade contemporânea.

O conceito de complexidade insere-se, neste contexto, para dar respostas a uma necessidade social e científica, que busca superar os limites do pensamento simplificador para construir um pensamento baseado na complexidade do real, que é permeado pela contradição e pela aceitação de verdades múltiplas, em que o conhecimento é visto sempre pela ótica da inclusão, da articulação e da organização de saberes.

Wersig constrói sua fundamentação teórica a partir da ideia de que o pensamento complexo perpassa todos os níveis do conhecimento, principalmente o científico, e apresenta, a partir daí, o lugar ocupado pela ciência na sociedade contemporânea.

A questão colocada para o entendimento do projeto de ciência na contemporaneidade refere-se à compreensão de como deve dar-se sua ligação com a técnica, e da própria compreensão do significado da técnica, já que o desenvolvimento de uma leva necessariamente ao desenvolvimento da outra, e a união das duas requer um novo tipo de ciência, como postulado por Wersig.

Nesse contexto, o papel que o conhecimento adquire nessa sociedade é cada vez mais importante, visto que, na medida em que ciência e técnica são colocadas como mediadoras de uma sociedade, que se quer emancipada, portanto, com sujeitos autônomos, o conhecimento pode ser instrumento para a tomada de decisão dos indivíduos.

O conhecimento, cada vez mais relevante no contexto social, apresenta-se como possibilidade para os indivíduos que precisam lidar com situações cotidianas em um universo informacional complexo, característico das sociedades pós-modernas.

6. Considerações finais

Inferimos que o campo dialoga com diversas teorias sociais, utilizando uma diversidade delas em uma perspectiva teórica que subjaz ao trabalho de pesquisadores como foi possível perceber ao se fazer uma análise do trabalho de Wersig. Ocorre, porém, que pela constituição interdisciplinar do campo, que nasce em direção às ciências exatas, a busca de uma vertente social só começa a se manifestar na década de 1970.

Nesse sentido, o que se percebe é que, de uma fragmentação das abordagens possíveis ao campo, Wersig consegue fazer uma sistematização dessas concepções teóricas, uma consolidação das abordagens possíveis ao campo, no momento em que utiliza várias delas, às vezes, diríamos, divergentes para compor um pensamento acerca da sociedade contemporânea e do papel que o conhecimento adquire nessa mesma sociedade. Assim, em todo seu estudo sobre a Ciência da Informação, fica clara sua preocupação como o objetivo da área, sua destinação social, tendo como base o pressuposto de que o conhecimento deve ser utilitário e funcional, na medida em que esteja relacionado com a autonomia e emancipação dos sujeitos.

A Ciência da Informação pode, assim, encontrar nessas incursões teóricas, sobretudo dos autores diretamente envolvidos com a área, novas possibilidades para enfrentar os desafios que se colocam no contexto social, nas relações entre a sociedade – representada por seus indivíduos – e o conhecimento que na contemporaneidade assumiu um grau de importância elevado.

Assim, Wersig, entendendo a nova configuração do conhecimento na sociedade, vai buscar, em diferentes abordagens teóricas, elementos que lhe permitam construir uma compreensão do papel assumido pelo conhecimento, fazendo, inclusive, uma discussão, a partir de diferentes abordagens teóricas, sobre esse mesmo conhecimento.

O trabalho de Wersig mostra, neste contexto, a sua importância para pensar em como trabalhar dentro do campo da Ciência da Informação com diferentes teorias. O trabalho empreendido foi uma construção de olhares múltiplos, em que primeiramente buscamos um entendimento dos conceitos utilizados pelo autor; uma vez que detínhamos a posse desses conceitos, olhamos para o campo das Ciências Sociais e buscamos os autores que nos permitiriam discutir esses conceitos. Feito esse trabalho, empreendemos então uma busca pela aproximação da perspectiva de Wersig e do autor escolhido para entender o conceito. Feito

isso, olhamos para o quadro teórico e identificamos nele a teoria que mais se aproximava da perspectiva tratada pelos autores. Assim, fizemos Wersig dialogar com alguns autores pela ótica dos conceitos estudados e, posteriormente, o resultado desse diálogo foi analisado pelo prisma do quadro teórico que nos deu as possíveis teorias para o campo na perspectiva de Gernot Wersig.

O objetivo maior dessa pesquisa não foi a busca de conclusões, foi, antes, uma tentativa de compreensão do papel exercido pelas Ciências Sociais no âmbito da Ciência da Informação.

Nessa perspectiva, acreditamos que muitos percursos possam ser pertinentes ao campo e podem surgir daqui algumas possibilidades para estudos futuros. Uma possibilidade seria o confronto da perspectiva trabalhada nesta pesquisa na ótica de mais de um autor, visto que seria interessante construir uma comparação de como os diferentes sujeitos construtores de uma ciência abordam as teorias presentes no campo das Ciências Sociais.

Essa tentativa de interlocução poderia, em outra análise, ser estendida a outros artigos de Wersig, pensando na possibilidade de se comparar a incursão teórica em diferentes contextos, e mesmo em disciplinas específicas.

Pelos discursos que encontramos, acreditamos que cada vez mais a Ciência da Informação delinear um horizonte científico fundado em teorias com uma roupagem própria, e, assim, as concepções acerca dos fundamentos teóricos da área serão cada vez mais consensuais.

O campo permite que se busque esse olhar, cabe aos cientistas da informação, enquanto sujeitos construtores desse campo, descortinar nos horizontes teóricos novos diálogos em busca da consolidação epistemológica.

Para finalizar, refazemos uma proposta de Wersig que, em agosto de 1991, no I CoLIS, *Conceptions of Library and Information Science*, ocorrido em Tampère, Finlândia, apresentou um trabalho chamado “*Information Science and theory: a Weaver bird’s perspective*”. Weaver bird é o “pássaro tecelão”, e diz de um ser que constrói seu ninho com pedaços de várias coisas diferentes –; a essa construção do pássaro tecelão comparamos o método de trabalho do próprio Wersig ao trabalhar com os inter-conceitos, juntando pedaços das diferentes disciplinas e teorias para construir seu pensamento, dito de outra forma, o seu ninho de ideias.

Assim, a Ciência da Informação poderia buscar inspirar-se no pássaro tecelão, e construir sua epistemologia baseada na busca de conceitos em diferentes disciplinas, como percebemos que o autor fez no artigo analisado, propondo que se construam dentro do campo os interconceitos com os quais este poderia trabalhar e alcançar assim o estágio de ciência desenvolvida, utilizando “a framework of broad scientific concepts or models and reformulated common concepts.”³¹ (WERSIG, 1993, p. 238-239). Como o próprio autor afirma, o pássaro tecelão já alcançou o desenvolvimento pela evolução natural, à Ciência da Informação cabe buscar essa evolução.



Imagem: **Tecelão social:** tecendo estruturas no ar. Disponível em: <<http://coizaradas.blogspot.com/2009/02/grandes-construtores-na-natureza.html>>. Acesso em 30-04-2010.

³¹ Uma estrutura de conceitos científicos ampliados ou por modelos e reformulações de conceitos comuns que estão entrelaçados. (tradução Mário Lúcio Caixeta)

7. Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985. p. 19-52.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. A ciência da informação e a sociedade brasileira: algumas representações de pesquisadores da área. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p.169-180, set./ dez. 2006.
- ALMEIDA, Carlos C. de; BASTOS, Flávia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista eletrônica informação e cognição**, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007.
- ALVES, Roberta Caroline Vesu; *et al.* Ciência da Informação e a pós-modernidade: considerações sobre o status científico. **Revista eletrônica Informação e Cognição**, [s.l.], v. 6, n.1, p. 41-54, 2007.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Análise temática da produção científica em comunicação no Brasil baseada em um sistema classificatório facetado**. 2005. 427 f. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- ARAÚJO, C. A. A ciência como forma de conhecimento. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 2006a. Disponível em: <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 23 mar. 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila *et al.* A ciência da informação na visão dos professores da ECI/UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 03-22, 2007.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila *et al.* A Ciência da Informação na visão dos professores e pesquisadores brasileiros. **Informação & Sociedade. Estudos**, João Pessoa, v. 17, n.2, p. 95-108, maio/ago. 2007.
- AZEVEDO, Marco Antônio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 122-133, jul./ dez. 2004.
- BELL, Daniel. Da sociedade industrial à pós-industrial: teorias sobre o desenvolvimento. In: **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 63-142.
- BUNGE, Mario Augusto. **Epistemologia**: curso de atualização. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 244 p.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CASTELLS, Manuel. A Rede e o Ser: o ser na sociedade informacional. In: **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 57-60.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 565-573.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ciências humanas. In: **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 343-353.

DUARTE, André Felipe Pinto. **Recentes tentativas de consolidação da Ciência da Informação enquanto campo científico no contexto das reflexões sobre a ciência**. 2001. 107 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Adorno/ Horkheimer & a dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 68 p.

DUARTE, Eduardo. A formação dos campos de saber científico: o caso do campo comunicacional. In: DRAVET, Florence; CASTRO, Gustavo de; CURVELLO, João José (orgs.). **Os saberes da comunicação: dos fundamentos aos processos**. Brasília: Casa das Musas, 2007. 252 p.

FERNANDES, Joliza Chagas; KOBASHI, Nair Yumico. Contribuições para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **EDIBCIC**, Brasil, jun. 2009. Disponível em: <<http://eventos-iuc.com/ocs/index.php/edibcic2009/EDIBCIC/paper/downloadSuppFile/179/8>>. Acesso em 20 fev. 2010.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Teoria (s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, v. 23, n. 2, p. 138-152, jul./ dez. 1994.

FREIRE, Isa Maria. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./ abr. 1995.

FREIRE, Isa Maria. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2002.

FREIRE, Isa Maria. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.p. 11-60.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero**, v. 2, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.dgzero.org/ago01/F_I_aut.htm>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GOMES, Maria Yêda F. S. de Filgueiras. Ciência da Informação: desafios atuais para a consolidação do campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, out. 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, artigo 3, dez. 2000. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_art.htm>. Acesso em: 28 de ago. 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramZero**, v. 4, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev03/art_02.htm>. Acesso em: 13 jan. 2009.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa: Ed. 70, 2006. 147 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p. 7-23.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. 199 p.

LALLEMENT, Michel. Introdução. In.: **__História das ideias sociológicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 171p.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In. **Revista Temas de Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%Elcs.pdf>. Acesso em 14 abr. 2009.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: fenomenologia e hermenêutica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 181-190, set./dez. 2006.

MATOS, Olgária C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993. 127p.

MATTELART, Armand. Cenários pós-industriais. In: **História da sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 79-103.

MOLES, Abraham A. Introdução. In.: **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995. 371 p.

MORIN, Edgar. O desafio da complexidade. In: **Ciência com consciência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 175-193.

MORIN, Edgar. A inseparabilidade da ordem e da desordem. In: **Ciência com consciência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 207-232.

MORIN, Edgar. Ciência e consciência da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2004. p. 27-41.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120 p.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: MORIN, Edgar *et al.* **Ensaio de complexidade**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 11-20.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da Informação: uma ciência, uma revista. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-5, 1996.

NEHMY, Rosa Maria Quadros, *et al.* A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 1, p. 9-2, jan./jun. 1996.

NEHMY, Rosa Maria Quadros, PAIM, Isis. Repensando a sociedade da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte: UFMG, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.

NUNES, Lucilena; MURGUIA, Eduardo Ismael. Epistemologia da Ciência da Informação; um estudo através das comunicações do GT1 do ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, out. 2008.

OLIVEIRA, M. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 9-28.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Complexidade e meio ambiente: um estudo sobre a contribuição de Edgar Morin. In: PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de; MATALLO JÚNIOR, Heitor (Orgs.). **Ciências sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios**. São Paulo: Papyrus, 2008. p. 15-46.

PAIVA, Luis Henrique. **Weber e Popper: filosofia das ciências sociais**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997. 112 p.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M.. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

PINHEIRO, Lena Vania R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p.155-182.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 159 p.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e Ciência da Informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli.; R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 26, p. 17-46, 2º sem. 2008.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da Ciência da Informação: uma análise de seus fundamentos sociais. **Enc. Bibli.; R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 23, p. 133-150, 1º sem. 2007.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. **A ciência da informação e sua configuração epistemológica**: análise com base nas linhas de pesquisa da área. 2007. 156 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. Paradigmas e modelos: proposta de análise epistemológica para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**. Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 53-60, maio/ ago. 2007.

ROJAS, Miguel Angel Rendón. La ciência de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontologia, epistemologia, metodologia e interdisciplina. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, artigo 6, ago. 2008. Disponível em <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 23 de set. 2008.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação**: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. 302 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Milton. Introdução geral. In: **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 17-21.

SANTOS, Milton. Uma globalização perversa. In: **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 37-45.

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 159-174.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003. 92 p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./ jun. 1996.

SILVA, Junia Guimarães e. Ciência da Informação: uma ciência do paradigma emergente. In: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT/CNPq – DDI/DEP, 1999, v. 1, p. 79-113.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 81 p.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Dimensões teórico-metodológicas da Ciência da Informação: dos desafios à consolidação epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, out. 2008.

TÖNNIES, Ferdinand. Teoria de la comunidad. In: **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947. p. 25-63.

TÖNNIES, Ferdinand. Teoria de la sociedad. In: **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947. p. 65-116.

TÖNNIES, Ferdinand. Conclusão y perspectiva. In: **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947. p. 301-319.

VIEIRA, Sarita Brazão. Tópicos sobre a “ciência do impreciso”. **Conceitos**, João Pessoa, v. 4, n. 6, p. 123-129, jul./ dez. 2001.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v. 9, n. 4, 1975.